

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GUARAPUAVA NO PARANÁ: DISCURSO, MEMÓRIA E  
IDENTIDADE (1950-2000)**

**CURITIBA**

**2009**

**EDILANE LACHESKI**

**GUARAPUAVA NO PARANÁ: DISCURSO, MEMÓRIA E  
IDENTIDADE (1950-2000)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. José Roberto Braga Portella.

**CURITIBA**

**2009**

**Aos meus pais Joaquim e Durvalina**

## AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Ao CNPq pela bolsa.

Ao meu orientador Professor Dr. José Roberto Braga Portella pela paciência, dedicação e contribuições valiosas durante a trajetória de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

À todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização desta dissertação que ora se apresenta.

## RESUMO

Esta dissertação pretende analisar o processo de construção de uma memória histórica para Guarapuava, localizada no centro-oeste do Paraná, a partir do discurso de sua ocupação e/ou conquista. Essa ocupação ocorreu no século XIX atendendo à uma determinação da coroa portuguesa preocupada em ocupar e povoar suas possessões na América, no contexto das disputas coloniais entre Portugal e Espanha. A recorrência ao discurso épico da conquista dos denominados Campos de Guarapuava, principalmente a partir da segunda metade do século XX, constrói uma memória histórica para a região, ao mesmo tempo em que cria referenciais fortemente identitários, num momento em que Guarapuava procurava por um espaço no cenário político e econômico do Estado do Paraná. A partir da contribuição teórico-metodológica da Análise do Discurso, o trabalho procura entender essa discursividade produzida por diferentes intérpretes regionais, nessa conjuntura específica. Um dos pressupostos fundamentais para o entendimento da produção desses discursos, reside no fato de que o espaço regional conhecido e reconhecido como Guarapuava ou ainda, Campos de Guarapuava, construiu-se como identidade própria pautada em vários processos, dentre eles, o interpretativo.

**Palavras-chave:** conquista, Guarapuava, Paraná, memória, identidade.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the process of building a historical memory for Guarapuava, located in the center-west of Paraná, the speeches of their occupation and/or achievement. The occupation occurred in the nineteenth century view of a determination of the Portuguese crown and people concerned to take their possessions in America, in the context of colonial disputes between Portugal and Spain. A recurrence to the speech of epic conquest of the known fields of Guarapuava, mainly from the second half of the twentieth century, build a memory for the region, while also establishing benchmarks heavily identity at a time when Guarapuava looking for a space political and economic scenario in the State of Paraná. From the theoretical and methodological contribution of discourse analysis, the study aimed to understand the discourses produced by different regional performers in that specific situation. One of the assumptions fundamental to understanding the production of these discourses, is the fact that the area known and recognized as regional or Guarapuava, Campos de Guarapuava, built up as its own identity based on various processes, including the interpretation.

**Keywords:** achievement, Guarapuava, Paraná, memory, identity.

## SUMÁRIO

Introdução .....	01
<b>Capítulo I</b>	
Guarapuava no Paraná: algumas considerações .....	17
1.1 - Guarapuava: ocupação e conquista .....	17
1.2 - Guarapuava na primeira metade do século XX .....	34
<b>Capítulo II</b>	
Um retrato de Guarapuava 1950-2000 .....	59
2.1 – Valorizando o espaço .....	59
2.2 - Guarapuava: entre as representações do passado, a vivência do presente e as aspirações do futuro.....	77
<b>Capítulo III</b>	
Por uma análise do pensamento histórico regional .....	97
3.1 – Projeto político: construindo memória, construindo identidade .....	97
3.2 – Interpretações regionais .....	127
Considerações finais.....	152
Relação de Fontes .....	156
Locais pesquisados .....	157
Referências bibliográficas .....	158

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Mapas

Mapa nº 1: Roteiro das Expedições Militares no Paraná no século XVIII .....	25
Mapa nº 2: Ocupação territorial do norte do Paraná .....	45
Mapa nº 3: Ocupação territorial do oeste do Paraná .....	54

### Fotos

Foto 1: Museu Municipal Visconde de Guarapuava .....	102
Foto 2: Monumento que contém as cinzas do Padre Francisco das Chagas Lima .....	105
Foto 3: Busto de Antônio de Sá Camargo .....	106
Foto 4: Busto de Afonso Alves de Camargo .....	106
Foto 5: Estátua do Cacique Guairacá .....	108
Foto 6: Casa do Imigrante .....	118



## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação será analisar as representações discursivas, construídas e emitidas por diferentes indivíduos sobre o processo de ocupação dos denominados Campos de Guarapuava. A ocupação desses campos teria ocorrido no século XIX atendendo à uma determinação do governo português, preocupado em tomar posse do território que hoje forma o terceiro planalto paranaense, constituindo uma evidência das operações de demarcação de fronteiras e ajustes territoriais, realizadas no sul do Brasil, na época pombalina.

Para tanto, privilegiou-se o espaço temporal que abrange a segunda metade do século XX, período em que o discurso histórico sobre a ocupação dessa região foi sistematizado pela discursividade local, instalando condições para a criação de referenciais identitários e uma memória histórica para esse espaço regional.

Nesse contexto, Guarapuava, localizada no centro-oeste do Paraná, procurava conquistar um espaço no cenário político e econômico desse Estado, rivalizando com regiões relativamente novas e que estavam em pleno desenvolvimento como era o caso do norte e oeste paranaense.

Essa discursividade configurou um processo de identificação para esse espaço regional, assentado em um imaginário social construído acerca do processo de ocupação, narrado ao longo do tempo pela produção historiográfica paranaense, principalmente por autores como Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana entre outros.

Essas narrativas instauraram condições para a criação de um discurso histórico sobre a região, que foi sendo incorporado por diferentes sujeitos da enunciação em Guarapuava: os intérpretes locais.

Partindo desse pressuposto, é possível perceber que se considera que os sujeitos que pensaram essa ocupação, o fizeram sob determinados pontos de vista e abordá-los significará interrogar a região a partir de seus intérpretes. São eles políticos, médicos, empresários, jornalistas, enfim, pessoas de vários setores da

sociedade, nascidos ou radicados em Guarapuava e que atribuíram sentido ao vivido, sendo aqui considerados como intérpretes para seguir a terminologia proposta por Reis<sup>1</sup>.

A partir dessa conceituação, entende-se que os produtores desse discurso sobre Guarapuava são porta-vozes de diferentes classes, grupos ou instituições que produziram discursos revestidos de autoridade. Essa autoridade, no entanto, vem de fora. Para que esse discurso seja compreendido e aceito é necessário que o grupo que o recebe reconheça a autoridade daquele que o fabricou.

Por exemplo, um discurso que trate de algum aspecto da história de Guarapuava, só é e será bem sucedido, por um lado, quando o seu produtor, agente anunciador, for reconhecido pelos seus pares, por outro, vai depender do grau em que o discurso se fundamenta na realidade do grupo que o recebe. Explicando, um discurso só possui uma eficácia simbólica na construção de suas verdades, à medida que possuir tais condições sociais para sua produção<sup>2</sup>.

Portanto, há a necessidade de compreensão dessas construções discursivas, elaboradas por diversos indivíduos, nascidos ou radicados em Guarapuava, e como esse discurso foi elaborado no intuito de construir referenciais identitários e uma memória histórica para esse espaço regional.

Seguindo essa linha teórica, o discurso sobre Guarapuava caracteriza-se por ser um discurso regionalista, ou melhor, um discurso performativo (proporcional à autoridade daquele que o enuncia) que destaca em suas páginas, como legítima, uma determinada visão de conquista e seus desdobres. Que a faz conhecer e ser reconhecida como uma região que vivenciou um processo histórico que lhe é peculiar<sup>3</sup>.

Esse discurso regionalista inscreve a região a partir de seu interior, a partir da construção de sua memória. Seguindo esse encaminhamento, o discurso sobre Guarapuava se caracteriza por ser um discurso regionalista que destaca uma determinada visão da conquista dessa região e seus desdobres. Isso abriu espaços

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

para compreender o regional pelas interpretações elaboradas pelos sujeitos sociais.

Partindo dessa perspectiva, o foco de análise recai sobre como se formaram e a partir de que se formaram as representações discursivas elaboradas sobre a ocupação da região, para poder questionar essa fala regionalista. A intenção ainda consiste em mostrar como essas mensagens circularam em Guarapuava, onde foram criadas e recriadas, relacionando-as à conjunturas históricas particulares, procurando mostrar como essas formas simbólicas, construídas e fixadas no corpo social de Guarapuava, eram carregadas de sentidos, significados e valores.

O discurso épico de conquista regional foi incorporado e difundido através da imprensa periódica de Guarapuava, das obras produzidas em torno do tema da ocupação e/ou conquista desse espaço, bem como através dos projetos instituídos pela prefeitura municipal, em prol do “resgate” e “preservação” da memória histórica de Guarapuava a partir da década de 1990, com o objetivo de construir uma memória histórica e delegar uma identidade à esse espaço regional.

O interesse pela questão surgiu durante a leitura de obras produzidas por autores, nascidos ou radicados em Guarapuava e que trazem como tema de suas obras a ocupação e/ou conquista desse espaço no século XIX. A ênfase dada ao processo ocupacional dessa região intriga pela recorrência ao termo conquista, que perpassa de modo geral, grande parte da produção discursiva acerca de Guarapuava ao longo de sua história.

Essa produção textual, tomada como representações sobre o espaço compõe um conjunto de textos que podem ser culturalmente interpretados. Essa assertiva é válida e representa uma escolha que demanda um esforço interpretativo de contextualização cultural e social dessa produção revisitada.

Essa produção, recorrente na década de 1990, recuperou representações construídas sobre a ocupação de Guarapuava principalmente produzidas pela historiografia paranaense que versa sobre o tema. A retomada de elementos relacionados à idéia de conquista territorial, fez indagar o porque esse tipo de

apelo ao passado encontrou ressonância em uma sociedade que vivia um processo de urbanização e modernização de seu espaço.

Portanto, o estudo do tema proposto se justifica não só pela tentativa de compreensão da discursividade produzida na segunda metade do século XX, mas também pela permanência de traços dos imaginários em torno da idéia de ocupação e conquista instaurado pela historiografia ao longo do tempo e que serviram como base para a produção de discursos na segunda metade do século XX.

No caso da região estudada, se pode perceber que se buscou consolidar a região pelo sentimento nativista, na busca de um passado para forjar as suas origens. Construção de um marco temporal pelo qual a sociedade foi fundada. Esse marco foi construído a partir da ocupação regional, pois o discurso construído e sistematizado no século XX em torno da idéia de conquista, fizeram essa região emergir como região.

Mais do que detectar a presença da idéia de conquista presente na discursividade construída acerca da ocupação de Guarapuava, se deverá perceber o por que dessa idéia se tornar tão latente no imaginário. Para tanto, se buscará entender o imaginário construído em torno dessa expressão, bem como a produção de material discursivo e simbólico para que fundou a região, uma vez que esses discursos procuraram estabelecer uma relação com o passado, reelaborando tradições e forjando uma memória.

De acordo com essa proposição, esse discurso será tratado como um discurso fundador, que foi elaborado e apropriado ao longo do tempo. Essa discursividade construída sobre o processo de ocupação de Guarapuava carregou consigo a marca de um discurso fundador, pois quando se referia à ocupação e/ou conquista dos campos de Guarapuava afirmava um ponto de origem, um começo, uma história. Enquanto discurso fundador essas representações são produtos culturais essencialmente articulados com o presente vivido e portanto, com uma historicidade.

Assim, para compreender como essa idéia foi sendo construída, precisouse captar sua historicidade e levantar as condições históricas da construção dessas

representações, pois Guarapuava, embutida no conceito de região cresceu como idéia, uma significação contida em si. Com isso, tais enunciados criaram e recriaram uma tradição de sentidos que se projetaram e foram instalados no imaginário social. Os discursos fundadores como destaca Orlandi são:

Aqueles que vão construindo um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente que nos dão a sensação de estarmos dentro da história de um mundo conhecido. São enunciados que ecoam [...] e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica. Ainda que sejam exatamente os que repetimos em nosso discurso social, diferentes já do que encontramos em nossos documentos históricos. Não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam<sup>4</sup>.

A mesma autora, analisando esse tipo de discurso, afirma que ele tem como uma de suas características a criação de referenciais de pertencimento e de tradições, projetando-se para frente e para trás, instalando-se irrevogavelmente, e com o tempo, tornando-se familiar junto aos sujeitos.

Sobretudo, o que o identifica como fundador é a eficácia em produzir certas imagens que se arraigam na memória daqueles que o incorporam, construindo assim uma imagem de verdade junto ao grupo que o recebe. A sua marca se verifica então, à medida que se constrói um imaginário necessário para dar uma identidade à região em um momento específico de sua formação, para constituí-la em sua especificidade como objeto simbólico.

Mas quanto a essa noção de discurso fundador na discursividade regional e sua correspondência com a produção de verdades, cabe destacar que seus autores, ao mesmo tempo em que produziram discursos sobre a conquista de Guarapuava, produziram também a possibilidade da formação de outros discursos, como por exemplo àqueles vinculados às idéias de civilização e de progresso.

Essa formação é um processo dinâmico, pois tais discursos forneceram substratos para a história regional e acabou instalando condições para a formação de outros discursos, instituindo um conjunto de formações discursivas, em outras

---

<sup>4</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. p. 12.

palavras, significados que configuram um processo de identificação para uma cultura, uma nacionalidade, um território<sup>5</sup>.

Partindo da perspectiva da dinâmica dos saberes junto ao processo de identificação regional, a problemática inicial partiu de uma tentativa de captar os discursos em torno da ocupação ou conquista de Guarapuava. Que significados perpassam tal enunciado? Como o processo é apreendido? Que elementos discursivos integram e interagem com esse enunciado para explicar essa história regional? Que pluralidade de sentidos produz essa discursividade? Essas ponderações, serviram para dar sustentabilidade ao entendimento dessa discursividade regional no âmbito dessa pesquisa.

Esse encaminhamento não reduz a história ao texto, pelo contrário, a opção de atentar para a dimensão discursiva do texto significa procurar relacionar texto-contexto. Ou seja, buscar os nexos entre as idéias contidas nesses discursos e as formas que presidiram a sua produção. Assim, atentou-se para o fato de analisar a discursividade inscrita em seu lugar e meios de produção<sup>6</sup>.

Nesse sentido, para a análise da imprensa periódica como fonte histórica, serão necessárias algumas considerações. Primeiramente, levar em conta a conjuntura em que esta esteve inserida, quem foram os seus emissores, com quais interesses estiveram identificados e para que público estavam se destinando, pois as manifestações simbólicas “derivam sua eficácia específica do fato de que parecem encerrar em si mesmas o princípio de um poder que reside efetivamente nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção”<sup>7</sup>.

Partindo desse pressuposto, a História Regional se apresentou como um campo fértil para o desenvolvimento de estudos sobre as representações discursivas que caracterizam um determinado espaço em uma conjuntura específica, considerando “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Discurso fundador: a formação do país...**

<sup>6</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discursos**. Campinas: Pontes, 2000.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas...** p. 91.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo: Estudos Avançados, 1991. p. 177.

Esse espaço de investigação, com pretensões de trazer à luz o registro de impressões de uma época, levará ao enfrentamento de discussões em torno de temas tais como região e identidade(s), que servem hoje como substrato teórico para o entendimento da idéia de História Regional.

De acordo com essas proposições, o atual estágio das reflexões sobre o conceito de região não permitem mais ao historiador o estabelecimento de um recorte arbitrário para seu trabalho, ao mesmo tempo em que conduz à superação do entendimento de História Regional como aquela que se dedica às peculiaridades do lugar, àquilo que se relacionaria de forma marginal com o todo nacional.

Essa perspectiva admite portanto, que um recorte regional não é algo neutro, é sobretudo uma construção, processo histórico concreto e concebido, e portanto, “atravessado pela temporalidade e nesta interferente”<sup>9</sup>. Seguindo esse encaminhamento uma região é o resultado de uma série de representações, dentre elas, a representação historiográfica. Representação que por sua vez, também possui uma historicidade própria.

Nessa mesma perspectiva, Liliane Freitag ao problematizar a identidade regional no extremo-oeste do Paraná, considera que “o regional não existe a priori. Sua existência se dá a partir do momento em que é construído por agentes coletivos em uma dinâmica constante”<sup>10</sup>.

Ademais, à medida que se trabalha com construções de representações sobre um determinado espaço geográfico, se nega a possibilidade de caracterizá-lo somente a partir de critérios objetivos ou naturais que o definam como região. Isso porque qualquer ordem do discurso que procure explicar, buscar identidades e especificidades de um dado território nomeado de região, incidirá naquilo que Pierre Bourdieu chamou de “poder simbólico” ou de “campo de lutas simbólicas”. Nesse sentido, a definição da identidade regional em Guarapuava se deu a partir de objetos de representações mentais (atos de percepção e

---

<sup>9</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos (org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 17.

<sup>10</sup> FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Franca: UNESP, 2007. Tese . p. 19.

apreciação, conhecimento e reconhecimentos) e representações objetais (mitos, emblemas, bandeiras), ou estratégias interessadas na manipulação simbólica<sup>11</sup>.

Portanto, não se buscou uma divisão natural desse espaço regional, abordando-o a partir de índices populacionais ou econômicos, priorizando dados geográficos, mas sim problematizar sua invenção ancorada à discursividade, representações e percepções desse espaço que criaram identificações e códigos de referência à sociedade.

A história regional que a partir dessas atribuições foi forjada, em última análise, se deu a partir dessas nomeações em um sentido lato. Pode-se dizer então, que quando se fala da história de Guarapuava está se referindo a um espaço que se formou e ainda se forma por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados por agentes da enunciação que conferem a essa história regional uma dada identidade. É pois um constructo, suas fronteiras delimitativas são fluidas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas<sup>12</sup>.

Esse encaminhamento corrobora às proposições expostas pela sociologia interpretativa de Bourdieu, a qual propõe um rompimento com o que considera uma visão reducionista acerca do tema região. Para o sociólogo,

é preciso, pois, romper com o economismo – marxista ou qualquer outro – que reduz o regionalismo à paixão, ou mesmo à patologia, porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação colectiva da representação colectiva dá à transformação da realidade<sup>13</sup>.

Essas considerações são fundamentais à medida que a perspectiva de História Regional aqui trabalhada pode ser enfocada enquanto uma prática social. Ao considerar os discursos em torno da conquista de Guarapuava como textos que construíram representações coletivas acerca da história desse território, se está diante de diferentes matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social. A noção de representação coletiva permite articular, segundo Roger Chartier:

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...**

<sup>12</sup> VISCARDI, Cláudia M. Ribeiro. **Elites políticas em Minas Gerais na primeira república**. Estudos Históricos, História e Região. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 8. n 15. p. 39 – 55.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** p. 129.



três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais e múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe<sup>14</sup>.

Nesse sentido, as reflexões contidas neste trabalho pautaram-se na perspectiva de História Cultural, entendendo esta história como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, pois

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade<sup>15</sup>.

Seguindo essa perspectiva, a região é um fenômeno social, estrategicamente construído. Portanto, a região de Guarapuava é um constructo de diversos intérpretes através de seus discursos e representações que demonstram a sua percepção da região. Nesse sentido, desvelar uma região significa percebê-la como um campo discursivo<sup>16</sup>.

Analisar a discursividade expressa por diversos intérpretes de Guarapuava na segunda metade do século XX, significará compreender as motivações que impulsionaram esses sujeitos, uma vez que se considera que não existe consciência coletiva, mas valores sociais, que amarram diferentes indivíduos em interesses comuns, “todavia o movimento de consciência se dá num âmbito de relações sociais. A substância integral do ato consciente são valores, dados e emoções socialmente elaboradas”<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. **A beira da falésia. A história entre certezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 73.

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. **A beira da falésia. A história entre...** p. 73.

<sup>16</sup> SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná**. Curitiba: Cultura e Cidadania. ANPUH – PR. V. 1, 1996. p. 292 – 321.

<sup>17</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 17.

As percepções individuais da região se fizeram por parâmetros gestados pela sociedade, ou seja são produtos sociais. Dessa maneira, indivíduo e sociedade deverão ser analisados conjuntamente para captar suas relações e entender a percepção que tinham da região , uma vez que

a captação dos fenômenos, as formas de sua descrição e representação, os modelos para seu equacionamento analítico, os conceitos e categorias, enfim os conductos da reflexão tudo emana da própria vida da sociedade. São coisas gestadas pela práxis humana. A percepção do mundo tem também a sua história, que se traduz em diferenciadas formas de abordar o real e exprimi-lo. Nesse sentido pode-se dizer que a consciência individual é um produto social, assim como a própria armação das subjetividades<sup>18</sup>.

Além da cultura onde foram gestados, esses indivíduos exprimiram a sua época, daí a necessidade de não se perder na análise o contexto em que estão inseridos. Isso significará captar na internalidade dos discursos os interesses dos sujeitos e o que padronizava seus discursos, a formação e difusão de certas idéias. Enfim, autor, obra e época como mutuamente explicativos. Daí a necessidade de relativização da discursividade construída sobre a história de Guarapuava. Da análise dessa discursividade se pode afirmar a complexidade das representações e percepções e dos sujeitos, reconhecendo a relatividade histórica e cultural do conhecimento.

Há dessa forma, a necessidade de não dissociar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção, daí entender que o espaço produzido pela sociedade manifesta projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções de homens reais, seres históricos, culturais e sociais em um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções<sup>19</sup>.

No caso estudado, a percepção da região é ao mesmo tempo resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço. A discursividade criada permite a leitura de uma cultura e de uma época, uma vez que se pode reconhecer aí a subjetividade que vai no imaginário da sociedade e a forma pela qual estruturam seu mundo. O domínio do passado torna-se revelador das projeções para o futuro da região.

---

<sup>18</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas...** p. 17 – 18.

<sup>19</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas...**

A região resulta dessa trama histórica de múltiplas determinantes propiciando leituras ao veicularem projetos e interpretações. Nesse ponto, delinea-se claramente a região enquanto representação e enquanto reveladora de uma época e de uma cultura, “o discurso sobre o espaço em si mesmo apreendido enquanto produto histórico e cultural, pré-ideação básica na produção do próprio objeto sob o qual se exercita. Resgata-se então, a consciência do espaço diretamente como tema de análise. Tema cuja compreensão traz luz ao debate maior da valorização do espaço”<sup>20</sup>.

Segundo Robert Moraes, os discursos sobre a região são reveladores da percepção do espaço. A leitura do espaço é comum a qualquer sociedade, em qualquer época. A relação dos homens com a região implica níveis de percepção do meio que os abriga. A construção dos lugares envolve projeções, pré-ideações, avaliações, enfim, formas de percepção do espaço. O próprio território se define nessas percepções.

Um dos pressupostos fundamentais para o entendimento dessa produção textual reside no fato de que o espaço regional conhecido e reconhecido como Guarapuava ou ainda, Campos de Guarapuava, construiu-se como identidade própria pautada em vários processos, dentre eles, o interpretativo. Esses discursos, vistos como fonte histórica, necessitam ser indagados pois atribuem e são atribuídos de sentidos. E, longe de negligenciar a forma do discurso, procurar relacionar as fontes ao social, pois

a passagem, entretanto, do estudo da linguagem formal – conjunto de normas e regras fixas e imutáveis – para o discurso constituído de enunciados socialmente construídos – permitiu a elaboração do que se convencionou chamar “análise do discurso”, um quadro teórico-metodológico que contempla as formações discursivas/sociais em suas condições de possibilidade e de produção, atingindo todas as suas dimensões constitutivas<sup>21</sup>.

Entendendo o discurso como sendo produto de uma interação verbal/social no sentido proposto por Bakhtin<sup>22</sup>, a contribuição teórica da análise do discurso

<sup>20</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas...** p. 25.

<sup>21</sup> SWAIN, Tânia Navarro (org.). Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro. **História plural**. Editora UnB, 1993. p. 46.

<sup>22</sup> BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

por sua vez, será de extrema importância para perceber as concepções sobre o processo histórico de ocupação dessa região pois, como seu próprio nome indica, trata do discurso trazendo em si a idéia de curso, percurso, movimento. Isso pressupõe que o discurso é a palavra em movimento, com suas maneiras de significar, com sujeitos falando, considerando a produção de sentidos em uma determinada forma de sociedade.

A análise do discurso considera os processos e as condições de produção dos enunciados, os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer<sup>23</sup>. Isso não significa trabalhar com a idéia de um discurso que se encerra nele mesmo, mas a relação discurso-visão de mundo porque não existe discurso sem sujeito e não há sujeito que não pertença a um determinado lugar social.

Pois bem, diante da impossibilidade de uma ciência do discurso encerrada em si mesma e por si mesma, um discurso só pode ser analisado à medida que se entendê-lo como expressão de um dado imaginário social de seu produtor. Os sentidos desse discurso, portanto só podem ser captados quando referidos às condições sociais de sua produção. Ou seja, as posições ocupadas por seus autores no campo da produção por um lado e, por outro, o mercado para o qual foram produzidos, procurando demonstrar o contexto e as relações de poder envolvidas na sua produção<sup>24</sup>.

Esse encaminhamento pressupõe que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, instituída pelos sujeitos que buscam revelar, classificar, ordenar, instituir o real. Esse procedimento parte da análise teórico-metodológica proposta por Pierre Bourdieu em torno das questões que envolvem os esquemas de desconstrução da linguagem, bem como seus conceitos de habitus e de campo<sup>25</sup>.

O quadro conceitual esquematizado por Bourdieu visa encontrar a mediação entre o agente social e a sociedade à qual ele pertence. Nesse sentido, ele afirma que a comunicação entre os agentes se dá enquanto uma interação estruturada, conferindo à linguagem uma eficácia simbólica na construção do

---

<sup>23</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discursos**. Campinas: Pontes, 2000.

<sup>24</sup> ALVES, Paulo. **Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos**. Revista História. Assis: UNESP, 1983. p. 33 – 37.

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

real. Portanto, a linguagem contribui para construir a estrutura do mundo social a partir de atos de nomeação dos agentes que agem na tentativa de impor uma imagem legítima do mundo social.

Assim, o discurso regionalista sobre Guarapuava, tomou os processos sociais que lhe deram origem como qualidades do espaço. Portanto, se tornou pertinente a discussão do espaço enquanto representação, retomando discursos variados, identificando suas matrizes, seus formuladores, seus canais de divulgação, suas projeções na política do Estado, aferindo sua eficácia no movimento da sociedade ao caracterizar uma região e ao mesmo tempo determinar códigos de pertencimento e referência de uma população com essa região<sup>26</sup>.

Essas considerações são fundamentais à medida em que a perspectiva da História Regional aqui trabalhada é enfocada enquanto uma prática social. Isso abrirá espaços para compreender o regional através de interpretações elaboradas pelos sujeitos sociais em seu tempo vivido<sup>27</sup>.

No entanto, para esclarecer a dinâmica discursiva que tomou como base o discurso épico da conquista regional, que fomentou as representações discursivas elaboradas na segunda metade do século XX, tornou-se necessário expor como essa ocupação foi narrada pela historiografia paranaense, especialmente a partir dos pressupostos de Brasil Pinheiro Machado, mais especificamente através do clássico “Sinopse da história regional” de 1951 e corroborado pelas análises contidas na obra “História do Paraná” de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen de 1969. Acrescenta-se a esse rol, Romário Martins e sua “História do Paraná” de 1995, bem como a “História do Paraná” de Ruy Wachowicz de 1968.

Esse encaminhamento torna-se necessário para poder analisar a produção local da segunda metade do século XX por entender que esta é debitária dessa historiografia paranaense. Essa assertiva torna-se válida ao se verificar a forma como essa ocupação foi concebida pela historiografia acima referida através do

---

<sup>26</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas...**

<sup>27</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**

destaque dado às expedições de ocupação, ao narrar a ocupação de Guarapuava como uma verdadeira epopéia no sentido de conquista territorial.

Esses referenciais tornaram-se o fio condutor da produção discursiva incorporada pela produção local, pela imprensa periódica regional e pelos projetos políticos instituídos no sentido de construir referenciais identitários e uma memória histórica para Guarapuava a partir da segunda metade do século XX.

Nesse capítulo irá se discutir ainda a configuração de Guarapuava dentro do Estado do Paraná na primeira metade do século XX através do tropeirismo, inaugurando nova fase de atividades econômicas para habitantes paranaenses e paulistas, bem como o denominado “ciclo das tropas” e do papel fundamental que tiveram as fazendas de criação de gado para a fixação de populações e a edificação da chamada “comunidade paranaense tradicional”. Isso configurou um crescimento econômico em Guarapuava no fim do século XIX e posterior declínio em função da chamada “crise do sistema tradicional campeiro”.

Posteriormente, na mesma linha de interpretação, se fará uma discussão quanto às transformações econômicas processadas na região, destacando-se a crise do tropeirismo e seu vínculo com o comprometimento da economia local no início do século XX. Contexto em que autoridades locais reclamam precariedade de vias de comunicação, onde uma “elite local” manifesta-se em prol do progresso e desenvolvimento regional.

Será necessária ainda uma discussão quanto à configuração paranaense, para entender a busca de Guarapuava por uma identidade para se afirmar no cenário estadual. A partir dos estudos historiográficos de Maria Cecília Westphalen “História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu” de 1987, o trabalho de Jayme Cardoso em parceria com Westphalen “Atlas Histórico do Paraná” de 1986, além dos já referidos “Sinopse da história regional do Paraná” de Brasil Pinheiro Machado de 1951 e do “História do Paraná” de 1969 de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, demonstrar como conceberam a ocupação do território paranaense através de três fases distintas, postulando a idéia de que a

penetração em território paranaense aconteceu com certa onda povoadora no início do século XX.

O texto de Wachowicz de 1985, também norteou a leitura quanto à ocupação das regiões oeste e sudoeste paranaense no século XX, com o objetivo de demonstrar que essa historiografia produzida no momento em que acontecia a colonização dessas áreas, produziu um discurso apologético quanto a ocupação dessas áreas.

Assim, entende-se que a busca por uma identidade regional em Guarapuava ocorreu pela confluência entre rápida expansão das áreas de povoamento recente e queda na economia guarapuavana no início do século, agregadas a desmembramentos ocorridos em seu território e a difusão de propagandas em apologia ao desenvolvimento do oeste e do norte paranaense, gerando preocupação com a posição ocupada por Guarapuava no cenário estadual. Nesse momento, procurou-se identidade via identificação com o espaço e apego as tradições.

No segundo capítulo, se fará uma discussão quanto ao processo de valorização desse espaço regional em consonância com os discursos desenvolvimentistas da segunda metade do século XX, bem como a busca por um espaço no cenário político e econômico do Estado do Paraná. Nesse capítulo, irá se discutir ainda, como Guarapuava viveu um processo de urbanização ao mesmo tempo que fazia um apelo ao passado para criar as bases da discursividade atual, uma vez que o tipo de ocupação territorial de Guarapuava abriu espaço para que seus porta-vozes explorassem idéias preconizadas pelo espírito heróico e destemido dos colonizadores.

Os excertos de jornais que circularam em Guarapuava a partir da segunda metade do século XX, deverão demonstrar que as formas espaciais são vistas como produto de um movimento que se realiza através de sujeitos individuais ou coletivos e que são discursos produzidos de acordo com perspectivas historicamente determinadas. Nesse capítulo irá se demonstrar ainda os paradoxos da modernidade instalada em Guarapuava, onde há apelos em prol da “preservação” da memória histórica de Guarapuava.

Os apelos em prol de uma “preservação” da memória histórica, encontrou ressonância em um projeto político empreendido pela prefeitura municipal, em consonância com um projeto desenvolvido pela Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Paraná, a partir da década de 1990. Essa será a discussão empreendida no terceiro capítulo, ou seja, a instituição desse projeto, no intuito de construir uma memória histórica e uma identidade para esse espaço. Essa identidade estaria ancorada na história que se construiu para a região ao longo do tempo, através das representações elaboradas pelos intérpretes regionais.

Nesse sentido, se discutirá os espaços de memória coletiva evidenciados em monumentos, Conselhos Municipais de preservação da Memória, restauração de edificações coloniais e demais empreendimentos, sendo destacados como práticas sociais que legitimaram a história/memória de Guarapuava.

Nessa mesma linha de interpretação, se deverá analisar a produção de obras, principalmente na década de 1990, que versaram sobre a ocupação e/ou conquista. Essas obras sistematizaram o conhecimento sobre a história dessa região, elaborando um imaginário épico cada um deles, segundo seu sistema de posição e disposição no mundo social a partir do pensar regional via produção textual de Heitor Francisco Izidoro (1971) e (1976), Luiz Cleve Teixeira (1993), Sebastião Meira Martins (1997), Gracita Gruber Marcondes (1998), Murilo Valter Teixeira (1999) e Nivaldo Kruger (1999).

Essas práticas e discursos revelam a concepção de história que os permearam, se fazendo necessária portanto, também uma discussão com relação a essa questão.



## CAPÍTULO I

### **Guarapuava no Paraná: algumas considerações**

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1819, aos 9 do mês de dezembro, nesta conquista de Guarapuava, sendo convidados o tenente comandante interino da expedição Antonio da Rocha Loures, o reverendo vigário colado Francisco das Chagas Lima, e mais povo, que achavam neste Presídio de Atalaia, para um lugar de campo aprazível, situado para a parte do sul da mesma Atalaia, légua e meia distância e do rio Jordão  $\frac{1}{4}$  de légua, onde procedendo-se ao exame do terreno e achando-se este com todas as circunstâncias e proporções necessárias, tanto em belas águas de que está cercado, como em madeiras de construir edifícios, de que tem abundância pelo circuito, aí se puseram os próprios fundamentos e se fizeram as demarcações da povoação, freguesia e Igreja Matriz de N. S. de Belém, para cuja tinha o mesmo reverendo vigário obtido alvará de S. Majestade.  
(Auto de fundação de Guarapuava).

#### **1.1 – Guarapuava: ocupação e conquista**

A idéia de conquista territorial, sistematizada pela historiografia paranaense, ilustra muito do que se encontra no imaginário construído sobre a história de Guarapuava. Essas idéias foram incorporadas pelos autores de obras em Guarapuava, que versaram sobre sua ocupação, pela imprensa periódica regional, enfim, por diversos intérpretes da região que pautaram suas representações sobre Guarapuava no discurso épico de conquista regional.

De acordo com a análise realizada acerca da ocupação e da discursividade construída em torno da conquista de Guarapuava, entende-se que essa região nasceu no bojo de uma concepção de território a conquistar, terra a ocupar. Essa

visão do espaço a se ganhar é recorrente do colonizador lusitano no sentido proposto por Robert Moraes. Para esse autor, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, uma vez que “em termos genéticos, a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial”<sup>28</sup>.

Nesse sentido, Brasil Pinheiro Machado infere que “a história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura”<sup>29</sup>.

Brasil Pinheiro Machado em sua obra “Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná” - publicado no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1951 – propõe um modelo de explicação da história paranaense, dentro do contexto da História Regional do Brasil. Este modelo tem influência positivista do naturalista alemão Carl Friedrich P. Von Martius, que deixou importante contribuição para a compreensão da história da formação brasileira, formada de histórias regionais.

Também influenciado por João Ribeiro, com a sua “História do Brasil” de 1900, que também seguiu e avançou nos caminhos de Martius, Machado escreve história no rumo delineado por Martius salientando que “aí estão os fundamentos da história interna do Brasil, que é um conjunto de histórias regionais, isto é, história que se faz, ao mesmo tempo, em diferentes pontos do território, e por múltiplos estímulos”<sup>30</sup>.

Destes estudos, Brasil Pinheiro Machado extrai os fundamentos para explicar a formação de núcleos de onde partem as expansões para o interior, expansão por áreas geográficas próximas, sem finalidade política, a não ser estimulados pela própria subsistência. Expansão espontânea, popular, sem participação do governo e por isso estritamente brasileira. Área geográfica conquistada por expansão espontânea tendo por eixo o Rio São Francisco,

---

<sup>28</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas...** p. 94.

<sup>29</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional do Paraná.** Curitiba, 1951. p. 03.

<sup>30</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 05.

O processo, em largos traços, é este: primeiro se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as células fundamentais. A expansão que daí parte, é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação de gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os múltiplos estímulos a que se refere João Ribeiro. Essa expansão é espontânea, puramente popular, sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo e, por isso mesmo, é inteiramente brasileira. A vasta área geográfica conquistada por essa expansão espontânea e livre das coações governamentais, tem por eixo o rio S. Francisco, e constitui aquela camada sedimentar da nacionalidade, que João Ribeiro chamou de “Brasil brasileiro”<sup>31</sup>.

Porém, Machado faz referência à uma “outra expansão” marginal a essa expansão que se fez ao redor da Bacia do São Francisco. Para ele essa expansão não é espontânea, mas obra de estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil e capitães-generais, impelindo a população a se distender, através de um plano político previamente traçado, para atingir as fronteiras naturais do Brasil que estavam na Bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na Bacia do Amazonas. Ele se refere ao interior dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e por todo o Rio Grande do Sul e ao norte pelo estado do Amazonas e interior do Pará, sendo que

Este movimento de povoamento político e oficial, com a coação do governo, acabou por conquistar, pela posse e pelos tratados diplomáticos, a extensa área distante do S. Francisco, e que é constituída pelo interior dos atuais estados do Paraná, S. Catarina, por todo o Rio Grande do Sul e, ao norte, pelo Estado do Amazonas e interior do Pará. Esse é um Brasil que não é o “Brasil brasileiro”<sup>32</sup>.

Portanto, seu modelo parte da expansão na ocupação do território brasileiro à partir de núcleos denominados células fundamentais, como por exemplo São Paulo. Desses núcleos parte a expansão para o interior por múltiplos estímulos espontâneos e dirigidos pelo governo, que vão formando sub-núcleos que podem se tornar autônomos. Este é o caso da formação do Paraná.

Para Machado, o atual território do Paraná teve inicialmente uma expansão espontânea a partir do núcleo paulista pelo estímulo do ouro de

<sup>31</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 06.

<sup>32</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 06.

lavagem. Porém, no século XVIII, o segundo processo de expansão, oficial, leva à conquista pela posse até o domínio da Bacia do Paraná-Paraguai. Para Machado, é nesse momento que Curitiba – pequeno sub-núcleo paulista – adquire autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria, segundo ele, afinal, constituir a província e o estado do Paraná.

Para esse autor, de fato, remotamente, o sul do Brasil se desenvolve na competição entre portugueses e espanhóis, para o reconhecimento e conquista das riquezas de prata e ouro, em cuja existência se acreditava desde os primeiros conflitos do descobrimento do rio da Prata, em 1515. Nesse esforço de conquista da prata e do ouro, cuja localização incerta não se sabia se estava em terras portuguesas ou espanholas, as costas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo se enchem de aventureiros de Portugal e Espanha, que procuravam no sul do continente o caminho das riquezas do Peru e, talvez, sua continuação meridional.

Essa era a época das expedições de Aleixo Garcia, Sebastião Caboto, Diego Garcia, Francisco Chaves, Pedro Mendoza, Cabeza de Vaca. Mas é, também, a época da fixação dos portugueses nas primeiras vilas que se fundam na costa sul e que visam a posse dos caminhos que levam ao país da prata e do ouro. E é, ao mesmo tempo, a época da fixação dos espanhóis em Buenos Aires e Assunção.

Para Machado, a partir daí a expansão de espanhóis e portugueses pelo território dá início aos contatos e choques entre ambos que caracterizaram a história do sul do Brasil por quase dois séculos,

Abre-se daí em diante, um período de mais ou menos 150 anos, em que o sul do Brasil é sacudido pela política da fronteira entre luso-brasileiros e castelhanos. Nos primeiros tempos da história do Brasil estava juridicamente estabelecida pelo meridiano de Tordesilhas.

Era um meridiano e uma hipótese. E uma hipótese que não preocupava aqueles homens rudes das Câmaras Municipais, muito preocupados em garantir sua própria subsistência na caça ao índio ou na procura do ouro<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 10.

Após a restauração de Portugal, em 1640, começa a se delinear, claramente, a política portuguesa de conquista, pela posse efetiva de toda a região do sul até o rio da Prata, e da região oeste, no vale do Paraná-Paraguai-Uruguaí, até entestar com a posse efetiva dos castelhanos. Até aí, segundo Machado, tinha havido uma expansão espontânea da população luso-brasileira

Depois da Restauração de 1640, ao mesmo tempo em que se reconstituía o território português na península, negociava-se a demarcação das fronteiras portuguesas na América, sob o princípio do uso-possidetis.

Passam, daí em diante, os capitães-generais a promover o povoamento dirigido e criar uma solidariedade nacional. E o faziam, sobrepondo a lei aos interesses familiares, e o rei longinquo ao poder do pater-familias. Até o século XVIII, os brasileiros viviam praticamente sem governo. As famílias se governavam por si próprias e as Câmaras Municipais as uniam<sup>34</sup>.

Durante o reinado de D. João V (1706-1750), houve uma preocupação com a questão da ampliação e definição dos limites territoriais. Porém, o endividamento da Coroa Portuguesa para com os comerciantes ingleses, holandeses, franceses e a inviabilidade política do reequilíbrio econômico do Reino levavam as potências credoras a cobiçarem sua colônia na América.

Com isso, por trás da fragilidade da estrutura econômica portuguesa, pairava o risco da perda do Brasil, cujas zonas fronteiriças já vinham sendo disputadas, alertando-se para o fato de reforçar as fronteiras brasileiras, estendendo a ocupação aos pontos sujeitos a litígios com a Espanha, na região sul do país, pois “ao findar a primeira metade do século XVIII, a penetração para o interior do território paranaense era ainda apenas obra de aventureiros sem possibilidades de permanência”<sup>35</sup>.

Em meados do século XVIII, o embaixador português em Viena, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, assumiu o comando da administração governamental. Já no comando, ele se dispôs a pôr em prática um amplo projeto de reformas, destinado a restabelecer os fundamentos da economia de Portugal. Confirmado no cargo pelo novo monarca D. José I, ele concentrou poderes em suas mãos.

---

<sup>34</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 11.

<sup>35</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. et. all. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. p. 71.

No sentido de resguardar e tanto quanto possível ampliar as possessões portuguesas na América, Pombal transferiu a capital da colônia de Salvador na Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, de modo a melhor prover cobertura e defesa da fronteira sul do país, objeto de violentas disputas com as tropas espanholas acantonadas em Buenos Aires e no Paraguai<sup>36</sup>.

Para zelar por essas áreas ameaçadas, Pombal contaria com dois aliados decisivos, D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeado em 1765 como o Capitão-General e governador da Capitania de São Paulo e D. Luis de Almeida, Marquês de Lavradio, nomeado em 1769 como vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro.

A autorização para autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, que havia sido submetida à do Rio de Janeiro, em 1748, foi uma das primeiras medidas do governo português para colocar em prática seu plano de militarização para defesa das fronteiras, em especial as localizadas ao sul da colônia, porque São Paulo serviria como território tampão entre a região da capital e das Minas Gerais e a área de atrito, nas margens do rio do Prata e do rio Uruguai, disputada entre Portugal e Espanha. Assim, nas palavras de Machado

Restabelecida a Capitania de S. Paulo em 1765, recebeu ela o seu capitão-general, D. Luís Antônio Mourão, o Morgado de Mateus. Foi um admirável escritor de cartas e severo observador dos costumes brasileiros, carregou as cores do militarismo e do fisco, comprimiu ainda mais as liberdades locais, exigiu sacrifício de todos, mas se atirou com toda a energia e clarividência à empresa de povoar o sul do Brasil e de conquistar definitivamente suas fronteiras<sup>37</sup>.

Quando o Morgado de Mateus assume como capitão general e governador da província de São Paulo, com a responsabilidade pela segurança de toda a área sulina, Pombal resume o fulcro de suas novas funções a três pontos principais: defender as fronteiras, povoá-la para que possa defender-se a si mesma e, tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descobertos<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: CAMARGO, Beatriz; CAMARGO, Mário Pimenta. (orgs.). **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

<sup>37</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 13.

<sup>38</sup> SEVCENKO, Nicolau. **O ciclo de Miranda: utopia indigenista...**

Percebe-se que as expectativas de Pombal para o desenvolvimento de seu plano econômico na colônia estava centrado em defender a fronteira do sul contra os espanhóis e conseqüentemente a conquista dos sertões desconhecidos. Iniciase assim a ocupação do território indígena, gerando o confronto entre os colonizadores e o índios.

No século XVIII, intensificou-se a expansão para o oeste em direção aos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, através de expedições militares para reconhecimento e posse dos territórios que ainda não contavam com a presença do colonizador uma vez que

Com os capitães-generais não há mais o bandeirismo, há expedições militares e povoadoras, organizadas, planejadas comandadas para atingir uma finalidade: o povoamento, a ocupação continuada e fixa do território – a fronteira, enfim. Embora o princípio do “uti-possidetis” fosse uma vitória diplomática portuguesa, seria ela pulverizada sem a ocupação efetiva, dirigida pelos capitães-generais. O processo consiste, primeiro, no esmagamento dos localismos e liberdades locais, depois o descobrimento dos lugares desabitados e seu povoamento compulsório, pela fundação de vilas e criação de fazendas e estâncias e pela construção de estradas de ligação dos vários núcleos<sup>39</sup>.

Os Campos de Guarapuava ganharam destaque na documentação colonial portuguesa relativa à fronteira ao sul do Brasil, alvo da disputa das coroas ibéricas, imediatamente após a assinatura do Tratado de Madri (1750), pois

Apesar do Tratado de Madri ter sido negociado pelo antecessor de Pombal, o novo ministro teve que efetivar esse tratado. Esse documento foi o primeiro entre Portugal e Espanha que tratou especificamente da questão das fronteiras e de seus territórios coloniais na América, fazendo com que as delimitações dos tratados anteriores, como de Utrecht e mesmo as primeiras demarcações de limites feitas pelo “Tratado de Tordesilhas” fossem eliminadas, visto que, já haviam sido violadas. Desde que Portugal tomou posse de seu território, determinado neste tratado, suas ações de expansão foram intensificadas. Quando o Tratado de Madri foi negociado em 1750, os portugueses já tinham estabelecido de fato a soberania sobre uma grande área que pertencia à Espanha, e para a manutenção desse território foram necessárias a adoção de medidas estratégicas<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 11.

<sup>40</sup> SANTOS, Zeloí Martins. **Os Campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná (1854 – 1889)**. Guarapuava, Dissertação de Mestrado: UNICENTRO/UNESP, 1999. p. 47.

O povoamento e o aparelhamento político dessa região estabeleceriam, segundo as expectativas de Pombal, uma barreira contra os avanços de espanhóis rumo às Minas Gerais e Rio de Janeiro, fundando para tanto, núcleos de urbanização em pontos avançados da fronteira, como por exemplo a fundação da vila de Lages e a criação do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi e de uma povoação adjacente.

O Morgado de Mateus planejava forçar, assim, as linhas de fronteira na direção de Buenos Aires e do Paraguai, os dois pontos fundamentais da administração espanhola na região do Prata, garantindo para Portugal tanto a posse do Rio Grande quanto do Mato Grosso. Além da fundação da praça do Iguatemi, a expansão para o oeste planejada pelo Morgado de Mateus previa a ocupação dos sertões contíguos ao vale do rio Tibagi, onde se tinha notícia da ocorrência de faisqueiras de ouro.

Dessa forma, para promover a exploração e conquista dessa região, Morgado de Mateus traçou planos e organizou expedições para as regiões do Iguatemi, sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava. De 1768 a 1774 foram empreendidas onze expedições militares para o que se convencionou chamar a “Conquista dos Campos de Guarapuava”. Nas onze expedições estiveram mobilizados centenas de homens de todas as vilas e povoados da região sul da colônia, atraídos por promessas de riquezas, terras e também o perdão que a Coroa Portuguesa oferecia aos criminosos que adotassem a região para cumprir seu degredo. Assim,

Na parte do território paranaense, porém, o plano teve execução, sob o comando geral do coronel Afonso Botelho, que organizou e enviou ao sertão, onze expedições militares de conquista dos rios do Paraná, entre 1768 e 1774. Para as expedições que seguiam pelos rios, recrutavam-se soldados de Paranaguá, Iguape e Cananéia, “práticos de embarcação”; para as que iriam reconhecer as matas e descobrir os campos, os recrutados eram do planalto, “mateiros e caçadores”<sup>41</sup>.

Como visto, o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ajudante de ordens de Morgado de Mateus, e que já prestava serviços no litoral paranaense, ficou encarregado do comando das expedições que partiram para os

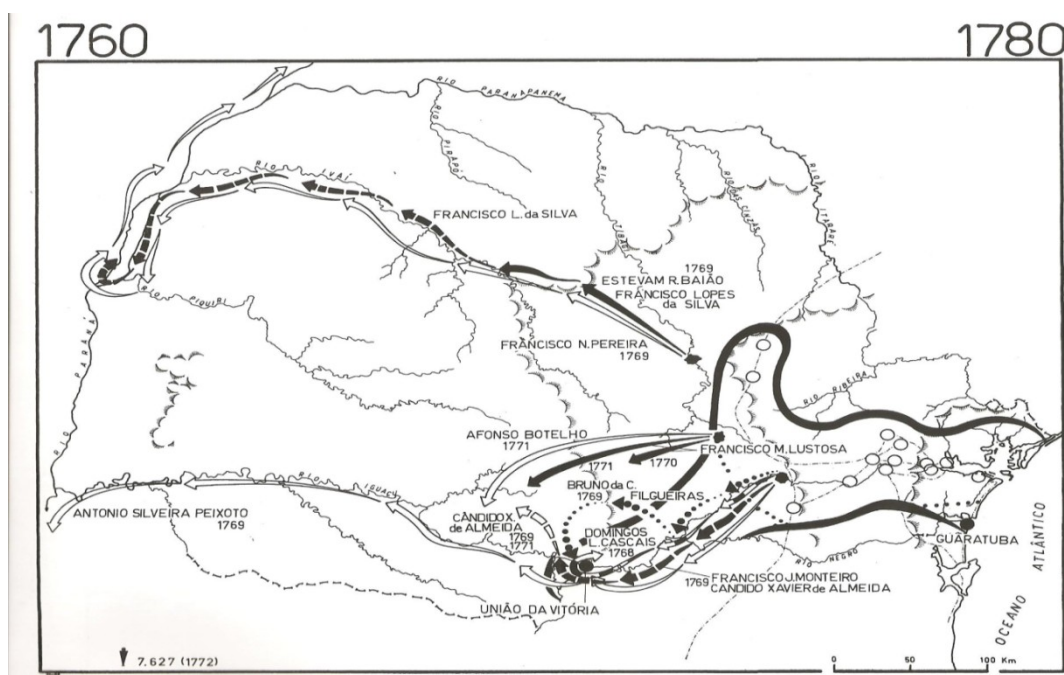
---

<sup>41</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 77.



sertões do Tibagi. No mapa a seguir, podem ser vistos os roteiros dessas expedições:

Mapa 1: Roteiro das Expedições Militares no Paraná no século XVIII.



Fonte: Adaptado de CARDOSO, Jayme; Westphalen, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba: Chain Editora, 1986, por Edilane Lacheski.

Como se pode observar através do mapa, esse período foi assinalado pela movimentação das expedições militares de conquista, organizadas por Afonso Botelho, e enviadas aos sertões do Tibagi.

Os Campos de Guarapuava foram penetrados em 1770 pela expedição comandada pelo tenente Bruno da Costa Filgueiras, que após seu falecimento foi substituído pelo tenente Cândido Xavier de Almeida. Essa era a quarta expedição, partindo do Porto de Nossa Senhora da Conceição do Rio Registro no dia 28 de agosto de 1769, até alcançar o Rio Pitinga onde as embarcações foram abandonadas e seguiram por terra até encontrarem os referidos campos<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> SANTOS, Zeloí Martins. SANTOS, Zeloí Martins. **Os Campos de Guarapuava na política indígena...**

O tenente Cândido Xavier, após a notícia da chegada a estes campos dada pelo sargento José Lourenço das Neves, decidiu verificar o local que foi chamado de Nossa Senhora do Carmo. A ameaça das tribos indígenas que habitavam a região fez com que ele voltasse ao Porto da Vitória.

A estratégia de se retirar dos Campos de Guarapuava pelo temor dos índios não foi bem recebida pelo comandante da expedição Afonso Botelho, que determinou seu retorno de imediato à região, para que fosse consolidada a posse desse território, visto que o Morgado de Mateus tinha ordens de Portugal para que o reconhecimento fosse feito com brevidade, evitando dar tempo aos espanhóis.

Uma das expedições, comandada por Afonso Botelho, gastou mais de seis meses de trabalho, dentro da mata abrindo a picada para ter acesso aos campos de Guarapuava. Para efetivar a posse desses campos, foi rezada a primeira missa em 08 de dezembro de 1771 e a fundação do Forte, símbolos da conquista da Coroa Portuguesa.

A resistência dos índios por um período de quarenta anos impediu a posse portuguesa do território de Guarapuava, sendo que nas palavras de Pedro Calil Padis,

a ocupação de Guarapuava, por sua vez, foi um processo mais de uma vez iniciado e malsucedido desde a sua “descoberta”, nos começos do terceiro quartel do século XVIII. Aliás, os esforços nesse sentido eram fruto do temor, por parte do governo português, de uma efetiva ocupação espanhola, o que, de resto, já o levará a tentar a consolidação da tomada do território não só pelo estabelecimento de fortificações militares, como também, pelo “desbastamento do sertão”. E, assim, várias penetrações foram feitas através dos vales dos grandes rios, como o Iguaçu, o Tibagi, o Ivaí, entre outros.

Aliás – levadas a efeito, à guisa de bandeiras, tiveram alguns resultados palpáveis relativos à ocupação do território, pois a elas se deve o crescimento das vilas de Castro e da Lapa e, principalmente, a “descoberta” dos campos de Guarapuava. no entanto, desde a as “descoberta” até a sua ocupação efetiva, decorreram cerca de quatro décadas”<sup>43</sup>.

O plano do Morgado de Mateus de ocupação efetiva das regiões interiores do Paraná, por meio da expansão da população em novas vilas e estâncias, até

---

<sup>43</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 54.

entestar efetivamente com os estabelecimentos espanhóis, apresentava-se no começo do século XIX, com nova oportunidade e urgência, quarenta anos depois das expedições de Afonso Botelho. Acrescia, ainda, que durante aqueles quarenta anos de inação, as tribos indígenas que Afonso Botelho encontrara em 1770, nos campos guarapuavanos, e que não pode dominar, seguiram uma marcha de expansão para leste, entrando em conflito com a expansão da comunidade paranaense para o oeste<sup>44</sup>.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, é vista por Balhana como um acontecimento decisivo para a conquista definitiva dessa região, pois considera que “se o século XIX se abre para a história brasileira com as transformações provocadas pela presença da Família Real no Brasil, para a comunidade paranaense o início está na efetiva conquista dos campos de Guarapuava”<sup>45</sup>.

Nestes termos, para a efetivação da conquista, D. João que havia deixado Portugal porque as tropas napoleônicas tinham invadido seu país sendo obrigado a se instalar em sua colônia localizada na América, determinou os fundamentos para essa ocupação.

Assim, D. João oficiou em 05 de novembro de 1808 ao governador e capitão general de São Paulo, Antônio José da França e Horta que considerava como “principiada a guerra contra esses bárbaros índios”. Essa determinação além de autorizar o extermínio, determinava que os índios capturados poderiam ser escravizados.

Após receber essa determinação, o governador de São Paulo partiu para a Corte a fim de interpor junto ao ministro do rei, Conde de Linhares, as considerações daquela determinação quanto ao tratamento que deveria ser dispensado aos índios. Em seu entendimento, essas determinações só iriam aumentar a tensão na região. Para ele, deveria ser criada uma comissão com conhecimento do assunto para tratar dessas questões.

Em 1809 há uma determinação do governo português para que se formasse a Real Expedição de Conquista dos campos de Guarapuava, da qual

---

<sup>44</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...**

<sup>45</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 81.

faziam parte Antônio José da França e Horta, e os deputados João da Costa Ferreira e José Arouche de Toledo Rondon. Essa Junta elaborou um plano para que a expedição enviada tomasse posse definitiva dos campos de Guarapuava e promovesse a catequese dos índios.

D. João após atender as solicitações feitas pela Junta Real, expede outro documento datado de 1º de abril de 1809, onde constata-se uma grande diferença em relação ao tratamento que deveria ser dado aos índios. D. João passava a considerar que os índios eram um elemento importante para se manter a segurança das fronteiras com os países vizinhos. Nesse documento ainda, determinava-se que o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal deveria chefiar a expedição, além de conter outras determinações para que se efetivasse a posse e o povoamento desse território. Isso demonstra a preocupação de Portugal com suas possessões na América, reconhecendo a necessidade de ocupação e efetivo povoamento dessa área e

Para se cumprirem todos esses objetivos – ocupação do território, domínio sobre os índios, encontro de uma passagem para as missões – preparou-se planejadamente uma expedição militar. Para este fim, destinou-se a arrecadação de tributos sobre animais em Sorocaba, em cujo Registro se cobrava o imposto sobre as tropas de muares que vinham do sul; criou-se em S. Paulo uma Junta de direção para a expedição; encomendou-se ao Regimento de Milícias de Curitiba “duzentos soldados dos mais capazes”, soldados que soubessem lavrar e serrar madeiras; dois índios que soubessem a língua; trabalhadores que soubessem arrear tropas; requisitaram-se peças de artilharia das fortalezas de Santos. Os Capitães-Mores das Vilas de Curitiba, Castro e Lapa deveriam forçar fazendeiros dos campos Gerais a concorrer com escravos e com gado, os lavradores com farinha e feijão, e a juntar todos os vadios para trabalhar na estrada que se ia abrir para a conquista. Para o comando da expedição foi nomeado o Coronel Diogo Pinto, que cumpriu inteiramente sua missão<sup>46</sup>.

Azevedo Portugal partiu para Santos em 1809, munido de toda documentação referente à Real Expedição, para organizar a tropa de linha e a comitiva que iria acompanhá-lo. Do Porto de Santos partiram para Paranaguá, depois foram para Antonina e após atravessar a Serra do Mar chegaram à Curitiba. Formada a expedição, partiu de Curitiba

---

<sup>46</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 82 – 83.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, nomeado pelo governador de São Paulo para chefe da bandeira povoadora dos campos de Guarapuava, recém descobertos e explorados, partiu com esse destino e intento em meados de 1809, com cerca de trezentas pessoas armadas e o padre curitibano Francisco das Chagas Lima, grande catequista de Queluz cujo glorioso sacerdócio iria ainda mais fulgurar nessa missão<sup>47</sup>.

Essa expedição, partiu portanto de Curitiba com um batalhão de 200 milicianos e mais 100 pessoas, voluntários, mulheres e escravos, para a conquista e povoamento dos Campos de Guarapuava. Assim,

O comandante ordenou a um contingente de seus comandados que seguissem para os Campos de Guarapuava, onde construíram alojamentos ao longo do caminho e realizariam a derrubada da mata para que fosse traçado o caminho bem como se construíssem pontes, fossem plantadas as roças para alimentação. Ao longo do caminho entre Curitiba e o território que viria a ser Guarapuava foram fundados entrepostos para o descanso e a espera da abertura de melhor passagem para o Trem Real. Assim surgiram os entrepostos de São Felipe, Linhares, São Miguel e Esperança, que serviriam como sede do comando até a efetivação dos componentes nos Campos de Guarapuava<sup>48</sup>.

A Real Expedição seguiu as picadas nas trilhas abertas e alcançaram os campos de Guarapuava em 17 de Junho de 1810. Com a chegada dessa expedição colonizadora comandada por Azevedo Portugal, pelo Sub-Comandante Tenente Antônio da Rocha Loures e Padre Francisco das Chagas Lima para catequizar os índios, foi fundado em 17 de julho de 1810 o Forte Atalaia. Esta fortaleza, segundo Wachowicz, foi “construída de madeira, numa elevação, em forma quadrangular, e defendida por fossas e paliçadas”<sup>49</sup>.

Após divergências entre o Padre Chagas e Azevedo Portugal quanto à localização da povoação e quanto ao tratamento que deveria ser dispensado aos índios, a Junta da Real Expedição de Guarapuava ordenou a retirada da tropa ali instalada. Após ouvir as queixas do Padre de que a região estava desamparada e desguarnecida, a Junta ordenou a volta da tropa, agora sob o comando do Tenente Antonio da Rocha Loures<sup>50</sup>.

Em 1818 o Padre Francisco das Chagas Lima pediu a D. João para criar a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, instalada em 09 de dezembro de 1819.

---

<sup>47</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do saber, 1995. p.188.

<sup>48</sup> SANTOS, Zeloí Martins. **Os Campos de Guarapuava na política indígena....** p. 62.

<sup>49</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2 edição. Curitiba: Editora dos professores, 1968. p. 59.

<sup>50</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná...** p. 192.

Nessa data, foi assinado o Auto de Fundação de Guarapuava. Sendo assim, em 09 de dezembro se comemora seu aniversário e normalmente se rememora através da fala de diversos intérpretes regionais o que ficou conhecido como a “Conquista dos Campos de Guarapuava”.

A ocupação desse espaço regional e a definição de empreendimentos comerciais advindos do tropeirismo, envolveram elementos políticos, espaciais e econômicos uma vez que “as populações paranaenses do século XIX continuavam a ser rurais, predominantemente. Sobre o sistema épico do bandeirismo do século XVII e da conquista militar do século XVIII, sobreveio no século XIX, o movimento de ocupação das terras conquistadas para o seu aproveitamento econômico”<sup>51</sup>.

As condições naturais da região favoreceram a atividade pecuarista, incrementando o comércio das tropas entre as regiões sul, a região de Minas Gerais e São Paulo,

E com isso se inaugurava uma nova fase de atividades econômicas dos habitantes do Paraná e do sul de S. Paulo: o tropeirismo. Consistia o negócio em ir comprar as muladas no Rio Grande, no Uruguai, na Argentina, conduzi-las em tropas, numa caminhada de três meses pela estrada do Viamão, inverná-las por alguns meses nos campos do Paraná, e vendê-las na grande feira anual de Sorocaba, onde vinham comprá-las paulistas, mineiros e fluminenses<sup>52</sup>.

Nessa conjuntura, Guarapuava apresenta um certo crescimento urbano, embora não apresentando o mesmo dinamismo dos grandes centros urbanos da época, pois, a região era monótona com a ausência quase completa de homens na paisagem urbana. Os fazendeiros dos Campos Gerais que obtiveram grandes extensões de campo em Guarapuava, para onde levaram seus animais, continuaram com suas residências nos Campos Gerais, passando pouco tempo em Guarapuava, para verificar suas criações, não contribuindo dessa forma para dinamizar essa região.

---

<sup>51</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 51.

<sup>52</sup> BALHANA, Altiva Pillatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 65.

A expedição militar tinha sido apenas a vanguarda da conquista daqueles campos. O grosso realmente estava na multidão de fazendeiros dos Campos Gerais, à procura de novas terras de campo limpo para a ampliação de suas criações de gado. Em 1821, segundo informações do Padre Chagas, só estavam ocupadas cinquenta léguas quadradas dos campos que mediam, no seu total, cento e trinta léguas quadradas. Moradores pobres dos campos gerais se mudaram para Guarapuava, com toda a sua família, e receberam pequenas porções de terras ao redor da vila<sup>53</sup>.

Em meados da década de 1830, Guarapuava continuava apresentando um certo desenvolvimento, com seus campos cobertos de animais de criar não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas nem para o estabelecimento de novas. É nessa situação que os fazendeiros de Guarapuava se lançaram na procura de novos campos. Sabia-se da existência de campos imensos junto às Missões. É nesse intento que vão se concentrar os esforços a partir de então.

Ocupados os campos de Palmas, ressurgiu a necessidade de encontrar uma passagem para as regiões missioneiras, uma das fontes principais do comércio de tropas muares. Em 1844 o governo provincial encarregou o Alferes Francisco Ferreira Rocha Loures de explorar o local da estrada para as Missões no Rio Grande. Essa estrada foi feita saindo de Palmas, passando pelos campos de Nonoai e atingindo as Missões.

Começa nessa data o fluxo de tropas de muares pelo caminho das Missões, em demanda de Sorocaba, e começa também o uso dos campos de Guarapuava e Palmas para a invernagem das mesmas, como o maior negócio de que dispunham os fazendeiros.

O “ciclo das tropas” começa em 1731 e se esgota na década de 1870, quando as construções das estradas de ferro do café, em S. Paulo, desvalorizam o muar como meio de transporte”. Durante o período desse ciclo, as fazendas de criação de gado e invernagem de muares, estendem-se por todas as regiões de campos naturais do Paraná, campos que vão desde Curitiba, Campos Gerais, aos campos de Guarapuava e de Palmas, numa ocupação fundamental do território paranaense, até as fronteiras do Rio Grande e Argentina.

Sob a base da grande propriedade de terras de campo natural, de criação de gado, do tropeirismo e da invernagem, e do trabalho escravo de índios e de negros, caracterizou-se no século XIX, a classe dominante regional, configurada em famílias fazendeiras, vivendo em suas terras e detendo o poder político local e regional, por meio de oligarquias parentais. É nesse período que florescem as cidades dos planaltos paranaenses: Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava, Palmas, todas elas nos roteiros das tropas, das fazendas, das invernadas<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> BALHANA, Altiva Pillatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 83.

<sup>54</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 65.

Assim, a fazenda de criação de gado tornou-se o elemento fundamental da expansão e da fixação das populações nas regiões de campos naturais. Baseada fundamentalmente no comércio de tropas de muares e bovinos, a comunidade paranaense tradicional ocupou toda a vasta área de campos naturais.

A floresta foi o limite de sua expansão, pois que, de acordo com o mercado existente, a floresta não oferecia possibilidades de exploração comercial. As vastas regiões de florestas só seriam ocupadas e valorizadas no século XX, quando o mercado o justificasse, mas por outras comunidades, com outras tradições de culturas econômicas como os plantadores de café e de cereais, originários de outras regiões sócio-econômicas situadas fora do Paraná, em expansão, ocuparam as grandes regiões e ricas áreas florestais que rodeiam a região dos campos limpos<sup>55</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX, ao lado do comércio exportador da erva-mate, através do porto de Paranaguá, prosseguia ainda o grande negócio das famílias fazendeiras dos Campos Gerais, com a invernagem e o comércio de mulas. A década de sessenta irá mesmo assinalar o auge da passagem das tropas destinadas à feira de Sorocaba. Os fazendeiros do Paraná, transformados em tropeiros, dominaram esse comércio.

Segundo Balhana, foram, aliás, os homens do comércio exportador da erva-mate, via de regra comerciantes de Paranaguá e Curitiba, bem como aqueles do comércio do gado muar, da elite campeira dos Campos Gerais, os que trabalharam e, enfim, obtiveram em 1853 a emancipação político-administrativa da Província do Paraná, e que constituíram as oligarquias políticas dominantes em todo o período provincial<sup>56</sup>.

Na década de 1870, Guarapuava conhece um processo de crescimento econômico devido às atividades ligadas ao tropeirismo. Porém, já no início da próxima década há um declínio no crescimento urbano devido ao desmembramento de Palmas em 1882, a evasão populacional devido aos ataques indígenas que continuaram ocorrendo até o final do século XIX e a própria crise

---

<sup>55</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...**

<sup>56</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...**



do sistema tradicional campeiro, caracterizando-se uma crise no comércio de animais, que se manifestava pela deteriorização dos negócios de invernagem.

Isso se devia à diminuição da procura de animais nas províncias que deles se supriam por intermédio do Paraná, em razão da expansão das linhas férreas no oeste paulista, o que prejudicou o comércio de gado em tropas, pois o prolongamento das estradas de ferro, ia aos poucos substituindo o serviço feito anteriormente pelos animais. Esses animais, não encontravam mais compradores na Feira de Sorocaba e então retornavam ao Paraná, onde eram liquidadas por preços reduzidos, pois agora o gado paulista vinha concorrer com o gado do Paraná.

Diante dessa conjuntura, apresentada a partir dos estudos historiográficos das décadas de 1960 e 1980, Guarapuava procurou estabelecer novos rumos para sua economia durante o século XX, ao mesmo tempo em que buscava por um espaço no cenário político e econômico do Estado do Paraná, numa configuração em que movimentos populacionais procuravam novas áreas no território paranaense, para se estabelecer.

Como visto, a historiografia selecionada para compor esse capítulo, tem como sujeito a ocupação territorial do Estado do Paraná e narra de forma factual a ocupação objetiva desse território, buscando na economia uma forma de construir e narrar essa ocupação.

Essa historiografia foi selecionada no intuito de demonstrar que ela tornou-se referência para a elaboração de representações discursivas acerca da ocupação do território de Guarapuava, que na segunda metade do século XX, principalmente na década de 1990, recuperou idéias acerca da ocupação principalmente aquelas tangenciadas pela idéia de conquista territorial.

Essa ocupação/conquista vistas como sinônimos nesse mesmo processo, foi narrada de uma forma épica, destacando os feitos heróicos dos expedicionários, referenciando sua bravura e coragem. Essas representações tornaram-se o fio condutor da história que se construiu para Guarapuava e se tornaram referência constante para a produção discursiva que objetivava

conclamar os guarapuavanos da segunda metade do século XX, a promover Guarapuava no cenário político e econômico do Estado do Paraná.

No entanto, para que se possa entender essa discursividade local, torna-se necessária a seguir, uma discussão sobre a configuração política e econômica de Guarapuava no Estado do Paraná na primeira metade do século XX, para que se possa compreender as motivações da produção discursiva que procurou promover Guarapuava no cenário estadual a partir da década de 1950.

## 1.2 – Guarapuava na primeira metade do século XX

Como visto, em Guarapuava, a pecuária enfrentou um processo de enfraquecimento, que já se iniciara no final do século XIX e se acentuou nas primeiras décadas do século XX, devido à falta de investimentos financeiros nessa atividade, provocando uma crise econômica que se fez presente entre as décadas de 1930 e 1940, decorrente, entre outros fatores, da própria. O desenvolvimento econômico da região ficou ainda mais comprometido, pois nas primeiras décadas do século XX

a exportação da erva-mate continuava, porém, ocupando o primeiro lugar na pauta das exportações paranaenses, seguida pela madeira e o café. Este, na década seguinte, já aparece em segundo lugar nas exportações paranaenses. Também, as madeiras que tiveram sua oportunidade na conjuntura da Primeira Guerra, iriam ter por ocasião da Segunda Guerra, uma acentuada procura e, pois, o seu grande momento. Em 1939, segundo o valor oficial das exportações, a madeira liderava a pauta paranaense, seguida pelo café e a erva. Esta não mais voltaria a ser o principal produto de exportação do Paraná. a conjuntura era outra, a vez seria do café<sup>57</sup>.

Nesse contexto, se passa a promover Guarapuava através dos discursos que denotavam a vastidão e as riquezas naturais de um território a ser explorado e integrado à economia estadual e nacional nas primeiras décadas do século XX, bem como se passava a reclamar do isolamento da região. As melhorias na estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu iniciada em 1917 e inaugurada

---

<sup>57</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 143 – 144.

em 1920 no governo de Afonso Camargo ainda eram insuficientes para fomentar transformações na região<sup>58</sup>.

Assim, passa-se a reclamar da precariedade das vias de comunicação que não permitiam o escoamento da produção nem a modernização regional. Segundo Marcia Tembil, nesse contexto a estrada de ferro representava, então, a assimilação da vivência moderna, sendo que

Para Guarapuava dos anos 1920 a 1950, significava, antes de tudo, o renascimento. Sua população, que havia adquirido hábitos de consumo mais exigentes, com o período de transformações sociais e econômicas advindas do tropeirismo, não queria mais se submeter ao ostracismo a que era relegada a antiga Freguesia de Nossa Senhora de Belém. A “antiga elite” guarapuavana, que se ressentia da perda de poder aquisitivo e das condições de vida da “idade de ouro” da cidade, passou, então, a veicular um discurso que traduzia o desejo de ver Guarapuava novamente em sintonia com os ideais da modernidade<sup>59</sup>.

Para tanto, passa-se a reivindicar vias de comunicação que possibilitassem o acesso de Guarapuava à economia estadual e nacional. Nesse sentido, reclamava-se da demora com que aconteciam os empreendimentos na região, uma vez que o projeto ferroviário, apesar de sua regulamentação em 1912, não se concretizava. Em 1928, o ramal ferroviário Riozinho-Guarapuava começava a ser construído e só chegaria em Guarapuava em 1954.

Ainda, há a preocupação com a economia agrícola, que se iniciou desde o final do século XIX, onde “ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, a não ser a eventual introdução de trabalhadores para as obras públicas, sobretudo construção de estradas, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento”<sup>60</sup>.

A imigração naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário ao tentar controlar a decadência agrícola. Portanto, essas campanhas

---

<sup>58</sup> KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade**. Guarapuava, 1999. Dissertação de Mestrado. UNICENTRO/UNESP.

<sup>59</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias**. Guarapuava: UNICENTRO, 2007. p. 91.

<sup>60</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 162.

migratória e imigratória tinham como objetivo aumentar o contingente de colonos, aumentar a produção e modernizar a agricultura.

Assim, para solucionar o problema da agricultura de subsistência, que foi praticamente ignorada durante o domínio das atividades tropeirista e de extração da erva-mate, o governo passou a incentivar o estabelecimento de colônias de imigrantes russos, poloneses, ucranianos e alemães em Guarapuava, Ponta Grossa e Prudentópolis, pois “com a conquista da Independência acentua-se a preocupação pelos vazios demográficos. Os governos das jovens nações americanas procuram resolver o problema da ocupação efetiva do solo, necessária à soberania nacional e à sua valorização econômica”<sup>61</sup>.

Na política imigratória do governo do Estado a tendência dominante depois de 1930 foi a de desvincular a imigração da ação governamental direta, enfatizando a colonização através de organizações privadas e mais tarde de instituições internacionais de imigração. Porém,

a tônica dos projetos imigratórios continuou a ser o estabelecimento de pequenas e médias propriedades agrícolas através da introdução de imigrantes, política, aliás, consagrada pela legislação federal, com o decreto nº 3010 de 20 de agosto de 1938, ao fixar que 80% da quota de cada nacionalidade de imigrantes, deveriam ser preenchidos por imigrantes agricultores<sup>62</sup>.

Nessa conjuntura, a política territorial renova as tentativas de instalar imigrantes para trabalhar em atividades agrícolas no Estado do Paraná. Segundo Padis, em 1920 aconteceram grandes transformações na estrutura sócio-econômica do Estado. Já, a partir do começo da década de 1930, o Paraná passou a se constituir, talvez, no principal pólo de atração dos fluxos migratórios internos<sup>63</sup>. Esse autor, ao analisar o crescimento demográfico da população paranaense, a partir dos censos realizados entre 1854 e 1930, infere que

em conclusão, verifica-se que todo o movimento colonizador e ocupacional registrado no Paraná até 1930 teve reflexos palpáveis no crescimento da população do Estado. Apesar da “notória imperfeição” dos recenseamentos realizados antes de 1940, pode-se afirmar, embora não sem risco de erro, que a população paranaense no período

<sup>61</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 157.

<sup>62</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 225.

<sup>63</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 62.

considerado entre 1854 e 1930 multiplicou-se aproximadamente por 14, enquanto a brasileira apenas por 5”<sup>64</sup>.

E, infere ainda que apesar de o crescimento da população paranaense ser quase três vezes maior que o do total do país, a ocupação do território paranaense era bastante pequena, relativamente ao total da área a ser ocupada.

Na década de 1940 a erva-mate, considerada como produto hegemônico, começa perder importância econômica no Estado e então começa o período de extração da madeira que passou a ser largamente exportada. Nesse contexto, observa-se uma contestação em Guarapuava por empreendimentos políticos e econômicos aplicados localmente. Neste caso,

Esse capital, necessário à dinamização das atividades econômicas, iria surgir nas mãos dos madeireiros que se instalariam na região a partir da década de 1940, tendo em vista que Guarapuava detinha uma das maiores reservas florestais do Paraná e, portanto, mostrava-se atrativa aos investimentos desses novos homens de negócios que vinham de outros lugares do país. Esses madeireiros iriam construir uma outra “elite”, uma vez que não faziam parte da antiga classe dominante guarapuavana, composta por membros da sociedade campeira. A presença, então, desse novo segmento iria modificar, substancialmente, as relações de poder e mesmo as relações sociais da cidade”<sup>65</sup>.

Embora a madeira tenha contribuído para dinamizar a economia de Guarapuava, ela não proporcionou desenvolvimento, uma vez que sua exploração foi essencialmente predatória não se realizando investimentos na área de industrialização da madeira. Ela era extraída em Guarapuava, porém seu beneficiamento e comércio eram feitos em Ponta Grossa, ficando a circulação de capitais contidos, portanto, em Ponta Grossa.

Nesse sentido, quando da crise do setor madeireiro em 1980, muitas serrarias encerraram suas atividades em Guarapuava, liberando um grande contingente de mão-de-obra. Porém, segundo Tembil,

Contudo, o advento da madeira, mesmo sendo de caráter exploratório, marcou na cidade a expansão do comércio e, conseqüentemente, o crescimento urbano, acabou por criar além de uma nova elite, uma outra camada de consumidores composta por operários, técnicos e gerentes, o que resultou na estimulação do setor terciário. Assim, não seria

<sup>64</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 67.

<sup>65</sup> TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias...** p. 93.

exagerado afirmar que a madeira acabou por urbanizar Guarapuava, na proporção, inclusive, em que forçou o incremento das vias de transporte para a sua circulação”<sup>66</sup>.

As transformações econômicas que se processaram na região, alertaram para a necessidade de dinamizar a vida econômica e urbana em Guarapuava, onde passou-se a explorar idéias de progresso e desenvolvimento preconizadas também em nível estadual. Entende-se portanto, que a partir da década de 1950, Guarapuava procura conquistar um espaço no cenário político e econômico do Paraná rivalizando com regiões de colonização recente e que estavam em pleno desenvolvimento como era o caso do norte e oeste paranaense.

A partir da análise da historiografia construída por Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen em parceria com Jaime Cardoso<sup>67</sup>, percebe-se uma história concebida em fases e para tanto inferem de uma maneira geral, que o povoamento definitivo do território paranaense completou-se em três fases sucessivas e bem distintas. A primeira, havia começado através da busca de ouro no primeiro planalto e em meados do século XVII no litoral. Ainda, com a valorização dos animais de carga, organizaram-se as fazendas dos Campos Gerais, povoamento de Guarapuava e Palmas consolidando as fronteiras com o Paraguai e a Argentina.

A segunda, compreendida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, onde paulistas, mineiros e nordestinos dedicaram-se à plantação de café no norte paranaense. E finalmente a terceira e última etapa, correspondeu à ocupação do sudoeste no século XX por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos dos vales do Baixo-Iguaçu e do Piquiri, movimento que se intensificou a partir da formação do território do Iguaçu, ao tempo do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Isso é o que depreende nas palavras abaixo, a partir da concepção de Brasil Pinheiro Machado:

---

<sup>66</sup> TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias...** p. 93.

<sup>67</sup> Westphalen, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu.** Curitiba: SBPH, 1987; BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná.** Curitiba: GRAFIPAR, 1969; CARDOSO, Jayme, Westphalen, Maria Cecília. **Atlas histórico do Paraná.** Curitiba: Chain Editora, 1986.

A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses. Três foram, na verdade, as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com diferentes motivações realizaram essa ocupação e formaram as comunidades que historicamente constituem o Paraná.

Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do Paraná tradicional, que se esboçou no século XVII, com a procura do ouro e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio da erva-mate e da madeira, levando suas fronteiras de expansão até os campos de Guarapuava e Palmas; e aquelas do Paraná moderno, já no século XX, sendo a do Norte do estado, com migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e outros, e com a agricultura do café, e a do Sudoeste e Oeste do Estado, dos criadores de suínos e plantadores de cereais, vindos sobretudo do Rio Grande do Sul<sup>68</sup>.

As concepções de Brasil Pinheiro Machado quanto a ocupação territorial do Paraná, vem ao longo do tempo influenciando e suscitando debates dentro da historiografia paranaense. Em “Sinopse da história regional do Paraná”, Machado lança fundamentos para a escrita de uma história sócio-econômica do Paraná, embora carregue em sua bagagem a escola positivista fundamentando-se nas leituras de Von Martius e João Ribeiro.

Para Machado, a História do Paraná é um capítulo da História Regional do Brasil e consiste na história da formação de uma comunidade que adquiriu individualidade das outras comunidades regionais do país. Trata-se de uma história de migrações, com o Paraná “Tradicional” (Litoral, Curitiba e Campos Gerais) sendo resultante da migração paulista, com Curitiba, posteriormente, se tornando o centro irradiador. Da mesma forma, o Paraná Moderno resultou das migrações paulista e mineira – para o Nordeste, Norte e Noroeste, e migrações gaúcha e catarinense para o Sudoeste e Oeste paranaenses. Estes processos de expansões completaram a ocupação territorial do Estado e configuraram sua estrutura sócio-econômica.

Segundo essa concepção, durante mais de dois séculos a população do Paraná teria permanecido concentrada em limitada porção do seu território, ou seja, na área ocupada pela denominada comunidade tradicional paranaense. Também o intensivo programa de colonização, posto em execução na segunda

---

<sup>68</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental ...** p. 05.

metade do século XIX, ficou em torno dessa mesma área, não representando contribuição significativa para o povoamento das extensas regiões do norte, do oeste e do sudoeste paranaenses. Assim, no começo do século XX, havia apenas pequenas e poucas povoações separadas por consideráveis distâncias, nessas regiões do Paraná.

Nessa perspectiva, a penetração em território paranaense, somente ganharia expressão no início do século XX quando a conjuntura nacional tornaria procuradas e preferidas, para o café, as terras do Paraná. Este Estado, por não haver ainda ultrapassado as suas quotas de produção, estava fora do alcance das leis restritivas ao plantio do café, advindas das crises de superprodução, não incidindo sobre os seus cafeeiros as taxas que já gravavam aqueles do Estado de São Paulo.

Segundo Arias Neto, a crise dos anos 20, havia provocado abalos no setor mais importante da economia desde meados do século XIX: a agro-exportação cafeeira. O Estado do Paraná, onde a produção de café era insignificante, tornou-se área fundamental para investimentos de fazendeiros paulistas interessados em expandir suas atividades e que encontravam-se limitados pelo Convênio de Taubaté. Este acordo foi firmado entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em 1907 para contornar as baixas de preços nos mercados internacionais, limitando a produção cafeeira. As crises do setor e a fragmentação da propriedade liberaram uma grande quantidade de mão-de-obra de colonos que se tornaram potenciais compradores de pequenas propriedades no norte do Paraná<sup>69</sup>.

No entanto, no que se refere à região Norte do Paraná segundo Wachowicz, que analisa o Paraná naquela conjuntura, ele permaneceu incógnito até a década de 1930, onde

sua extraordinária fertilidade permaneceu inexplorada pelo bandeirante paulista, que em suas terras destruiu as reduções espanholas; não despertou a atenção dos mineradores de ouro do planalto de Curitiba e do Vale do rio Ribeira, no século XVIII, os tropeiros que

---

<sup>69</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O pioneirismo: discurso político e identidade regional**. ANPUH, Editora Marco Zero Revista Brasileira de História. vol. 4, n. 28, 1994.



faziam o comércio entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, no século XVIII, também não lhe divisaram a fertilidade, nem tampouco o governo imperial ou estadual<sup>70</sup>.

Segundo o mesmo autor, após as destruições das reduções jesuíticas, localizadas nessa região, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme, percorreu o Vale do rio Tibagi, à procura de ouro e diamantes. No século XVIII, a região foi vasculhada pelo tenente coronel Afonso Botelho Sampaio e Souza, procurando riquezas minerais, bem como seu maior conhecimento. Porém, para Wachowicz, dessa expedição, nenhum povoado estável se formou, uma vez que

As primeiras tentativas, mais em razão de ordem militar que colonizadora, dos meados do século XIX, de expansão rumo ao Norte do Paraná, com o estabelecimento da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra, ou aquelas do último quartel do século, rumo ao Oeste do Paraná, com as colônias militares de Foz do Iguaçu e de Chopim, justamente porque não tinham função no sistema, haja vista a repetida observação dos relatórios oficiais de que os colonos, tanto de uma, como de outras, não tinham onde colocar a sua produção agrícola, pela ausência de mercados e de transportes, não resultaram, na verdade, na ocupação colonizadora da terra<sup>71</sup>.

A colônia militar, fundada pelo Barão de Antonina em meados do século XIX, na margem direita do Rio Tibagi - o Pôrto de Jataí - devido à localização estratégica, próxima do Mato Grosso sobre o qual pairava a ameaça de invasão por parte do Paraguai, com o intuito de abrir uma estrada que comunicasse os campos gerais paranaenses com a província de Mato Grosso, não se desenvolveu satisfatoriamente mas foi, no entanto, o primeiro núcleo de povoamento permanente no norte do Estado, juntamente com os dois aldeamentos indígenas acima referidos.

Após 1867, houve a vinda de famílias colonizadoras para cultivo das terras, pois a notícia da fertilidade das terras se espalhou e apesar das dificuldades existentes como falta de estradas e de recursos, inúmeras famílias, mineiras e paulistas, ali vieram estabelecer-se, surgindo ao nordeste do Estado, novas povoações. Porém, nas palavras de Wachowicz, “a espantosa obra de

---

<sup>70</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...** p. 159.

<sup>71</sup> BALHANA, Altva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 213.

colonização, de rapidez sem precedentes no mundo, ainda não começara. Seu início deve-se à Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>72</sup>.

A colonização dirigida, quer por empresas privadas, quer pela iniciativa oficial, seria, sobretudo, realizada entre a margem esquerda do Tibagi e as barrancas do Rio Paraná, “também os povoadores vinham agora através do rio Paranapanema, trazidos pela ação das companhias colonizadoras que revelaram a exuberância e a fertilidade das terras do Norte do Paraná; organizaram o fluxo migratório e a efetiva ocupação da terra”<sup>73</sup>.

Foram feitas várias concessões de terras à companhias colonizadoras, porém a mais consequente, no entanto, dessas concessões foi a realizada, por meio de venda, feita pelo governo do Estado, de terras consideradas devolutas, à Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, que passava, como outras já o faziam, a operar no Brasil também com negócios de terras e colonização. Nas palavras de Arias Neto,

Essas companhias adquiriram grandes parcelas territoriais do estado – interessado em projeto de povoamento. Entre outras, e sem dúvida a maior e mais importante, foi a Paraná Plantations Syndicate – CTNP, que adquiriu 515 mil alqueires (1 alq é igual a 24.200m) no norte do estado e implantou um projeto imobiliário baseado na pequena propriedade e na fundação de cidades, próximas umas das outras, que seriam os núcleos difusores do projeto. Londrina foi o primeiro desses núcleos. A CTNP realizou intensa propaganda em todo o Brasil, na qual apresentava o norte do Paraná como uma nova “terra da promessa”<sup>74</sup>.

Essa companhia inglesa possuía vastos cafezais na região de Cambará e para transportar sua produção vai ser construída a estrada de ferro São Paulo-Paraná para ligar o Norte do Paraná aos centros consumidores, como São Paulo, e exportadores, como Santos. Mas, para Wachowicz o norte do Paraná ainda não estava colonizado, nem conhecido, sendo que “resolveram então, os ingleses da “Paraná Plantation”, colonizar a região. Nunca poderiam ter adivinhado, nem sequer sonhado, o esplêndido futuro da região que se propunham a colonizar”<sup>75</sup>.

<sup>72</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...** p. 161.

<sup>73</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 214.

<sup>74</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O pioneirismo: discurso político...** p. 199.

<sup>75</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...** p. 162.

Embora a propaganda fizesse efeito, vários outros problemas concorreram para o pequeno desenvolvimento do norte paranaense até o final do anos 30. A queda dos preços do café com o crack da bolsa em 1929, as convulsões políticas do Brasil nos anos 30 e o início da Segunda Guerra Mundial, contribuíram para a baixa vendagem de terras nesse período o que acarretou a desarticulação do grupo inglês em monopólio de terras e meios de transporte.

A Paraná Plantation desdobrou-se em duas companhias: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária SP-Paraná. A primeira tinha por finalidade lotear e revender em pequenas propriedades os 12.643 km de terras devolutas adquiridas do governo do Estado.

A segunda teria a função de continuar os trilhos de Cambará até o local do loteamento. Para Wachowicz, “a Lord Lovat, Mr Thomas, Willie David e a outros, deve-se esta esplêndida iniciativa. Foi escolhido o local da cidade que seria a sede das atividades da companhia, bem como o centro da colonização. Recebeu o nome de Londrina, em homenagem a Londres. Este centro urbano é cognominado hoje de “cidade milagre”<sup>76</sup>.

Com isso, os compradores ocorreram em grande número, atraídos pelos preços e pela propaganda da companhia e “após 1945, no entanto, o fim da guerra, a elevação dos preços do café e a convicção generalizada de que o Paraná era o lugar do futuro, provocaram um *rush* populacional e um *boom* econômico sem precedentes na vida do estado”<sup>77</sup>. Com relação a Londrina, situada no norte do Paraná, assim se expressa Arias Neto:

Fundada em 1929 e elevada a município em 1934, foi formada por uma companhia imobiliária privada (Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP) de origem inglesa, durante a expansão da frente cafeeira paulista. No pós-Segunda Guerra, com a alta dos preços do café – que estimulou seu plantio na cidade – houve um espantoso surto de desenvolvimento, levando à construção das representações de Londrina e do Norte do Paraná como *Terra da Promissão* e *Eldorado* e dos homens e mulheres que para lá se dirigiam como pioneiros<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...** 162 – 163.

<sup>77</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O pioneirismo: discurso político...** p. 199 – 200.

<sup>78</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O pioneirismo: discurso político...** p. 195.

Esse autor considera que sinônimos da idéia de progresso, essas representações instituíram-se como discurso público de uma elite cafeeira emergente e foram incorporadas à crônica local, bem como ao discurso científico da Geografia, das Ciências Sociais e da História nos anos quarenta e cinquenta<sup>79</sup>.

As iniciativas de colonização fez povoar densamente a região. Os povoadores eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros, de variada origem e procedência, também se estabeleceram no norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos pelas companhias colonizadoras, tornando a região um grande centro de atração das migrações internas no Brasil.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir de 1951, não tendo podido adquirir novas terras devolutas ao Estado, teve de lançar-se a novos empreendimentos que não apenas os de venda de terras e colonização, surgindo, em consequência, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Entusiasmado com o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, o governo do Estado resolveu lotear as terras que ainda lhe pertenciam surgindo então várias colônias oficiais sendo que “além da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, e da colonização oficial, dezenas de imobiliárias particulares operaram e ainda estão operando em loteamentos menores”<sup>80</sup>. Neste momento surgem diversas companhias imobiliárias interessadas na comercialização de terras do Estado do Paraná.

Padis, ao analisar o processo ocupacional do norte do Paraná concomitantemente à análise da importância do café para o desenvolvimento dessa região infere que “na verdade, o norte, desde a sua ocupação até quase metade da década dos anos sessenta, permanecia praticamente isolado do resto do Estado, em virtude, sobretudo, da completa ausência de meios de comunicação entre ambos”<sup>81</sup>.

A produção de café das fazendas pioneiras no Norte Velho, fazendas de café no tradicional estilo paulista, demandava exclusivamente ao porto de Santos,

---

<sup>79</sup>ARIAS NETO, José Miguel. **O pioneirismo: discurso político...**

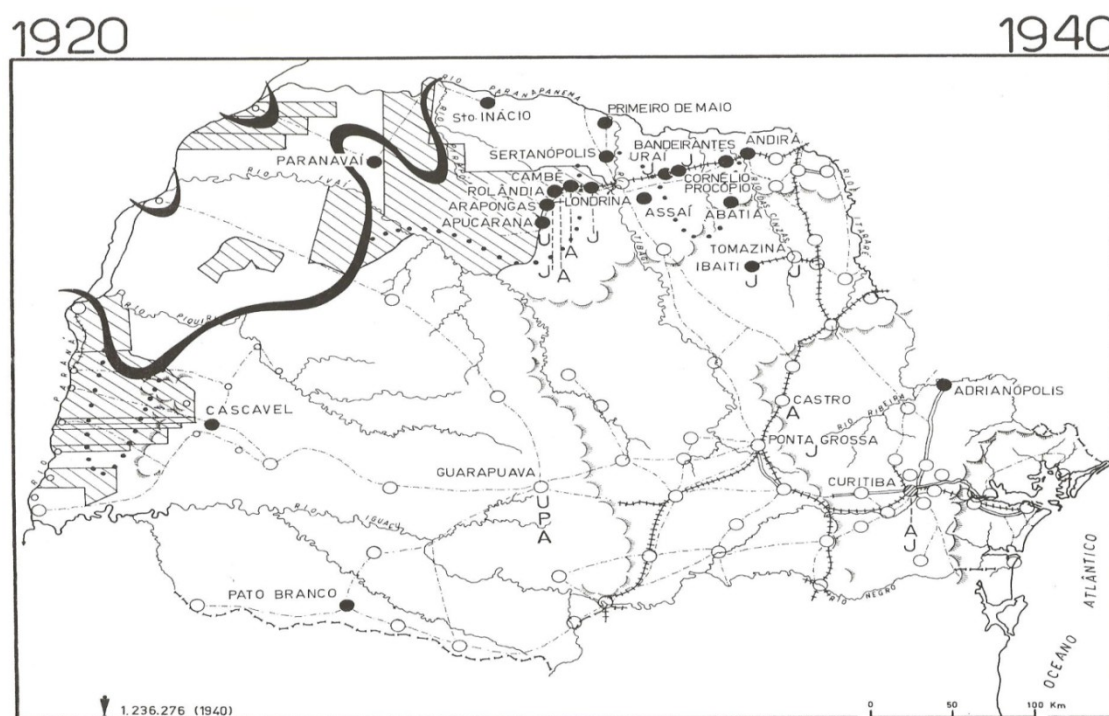
<sup>80</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná...** p. 165.

<sup>81</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 179.

mesmo pela ausência de vias de comunicações entre o norte do Estado e o porto de Paranaguá. Até a década de 1920, não se fez regularmente exportação de café paranaense, via porto de Paranaguá. Isso causava a preocupação dos dirigentes estaduais para que se construíssem rodovias de ligação com aquela área. Haja vista que aquela região se vinculava, identificava e sobretudo se tornava mais dependente de São Paulo que do Paraná. No início da década de 1960 foi construída a rodovia do café, e o volume de café exportado pelo porto de Paranaguá aumentou consideravelmente.

No mapa a seguir, é possível perceber as cidades que surgiram a partir do processo colonizatório do norte paranaense:

Mapa 2: Ocupação territorial do norte do Paraná.



Fonte: Adaptado de CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Chain Editora, 1986, por Edilane Lacheski.

Assim, a busca por uma identidade regional em Guarapuava se deu em meio à essa amálgama de transformações que ocorriam no Estado do Paraná e

principalmente em face das transformações que ocorriam em seu próprio território, pois havia em Guarapuava a preocupação com a questão do desmembramento de seu território com a emancipação política de vários municípios. Nessa conjuntura, Guarapuava está na eminência de perder o então distrito de Laranjeiras do Sul, quando este passou a ser capital do território do Iguaçu.

Segundo Wachowicz, a partir da década de 1920 e mais ainda no início da década de 1930, a intelectualidade brasileira passou a discutir a questão da redivisão administrativa do território brasileiro. Dentre os enfoques discutidos estava a densidade demográfica, correlacionada à existência de estados muito pequenos e outros muito grandes, carecendo de uma redivisão administrativa do país que passou a ser discutida e analisada, onde “nesta oportunidade, ventilou-se a conveniência ou não de o governo federal criar territórios federais nas regiões de fronteiras, a fim de acelerar o seu povoamento”<sup>82</sup>.

A criação desses territórios era sugerida pela Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que sugeria a criação de dez territórios federais, entre os quais o do Iguaçu, compreendendo o oeste e sudoeste do Paraná. Essa idéia encontrava respaldo nas queixas das populações dessas áreas que reclamavam do abandono em que viviam por parte do Estado do Paraná.

Segundo Wachowicz, a Revolução de 1924, havia revelado ao país o estado de abandono em que se encontrava essa região, quando os militares revoltados constataram a situação de desnacionalização em que se encontrava a região, propiciando a penetração e exploração econômica argentina.

Assim, quando Getúlio Vargas assumiu o governo da nação, ele nomeou como Interventor Federal no Paraná Mário Tourinho. Este procurou por em prática um plano para restabelecer a confiança do Estado do Paraná tanto no oeste como no sudoeste.

Dentre suas ações, estão o decreto que fazia retornar ao Estado grandes glebas de terras que se estendiam no sudoeste até a divisa com Santa Catarina e

---

<sup>82</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 139.

que pertenciam à Companhia Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO, subsidiária de São Paulo-Rio Grande, que por sua vez era controlada pela Brazil Railway Co, deu início à nacionalização de Foz do Iguaçu, desencadeando na região de fronteira uma intensa campanha de nacionalização nessas áreas. Esse movimento pela ocupação e nacionalização da fronteira, foi denominado “Marcha para Oeste”.

Para Wachowicz, com essas atitudes “Mário Tourinho havia mexido com determinação num dos problemas mais complexos do sul do país: o domínio da terra, uma das grandes feridas do Paraná”<sup>83</sup>. Nessa conjuntura, as companhias imobiliárias que já realizavam negócios de terras em Santa Catarina, passaram a cobiçar investimentos nas terras do Paraná. Assim, capitalistas gaúchos e catarinenses mostraram-se interessados em investir na colonização dessas áreas.

Essas companhias, com fortes interesses econômicos, passaram a argumentar junto à intelectualidade no Rio de Janeiro, pró criação do território nacional do Iguaçu. Getúlio Vargas, mostrou-se sensível aos argumentos dos capitalistas gaúchos que estavam preparando a expansão de mão de obra agrícola do Rio Grande, em direção ao oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná.

Haviam acusações nesse momento de que pelo descaso do governo do Paraná para com essas áreas, elas se encontravam em total abandono propiciando à Argentina realizar negócios na região. Cumpria pois, ao governo federal, a tarefa de nacionalizar o oeste.

A criação desse território significava a retaliação do território do Paraná. Mario Tourinho, que se colocou contrário à criação desse território, foi demitido por Getúlio Vargas e substituído por Manoel Ribas. A problemática da criação desse território, ficou relegada a segundo plano e só retornou, a partir de 1937, durante o Estado Novo, onde Getúlio Vargas assumiu poderes ditatoriais.

Já pela Constituição de 1937, o governo federal retirava do Estado do Paraná qualquer iniciativa de colonização na faixa da fronteira brasileira, que passaria a ser regulamentada pelo governo federal, a partir de 1938 através de

---

<sup>83</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação...** p. 142.

decretos, passando ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de colonizar a faixa de fronteira.

Finalmente, pelo decreto lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, o governo federal criou vários territórios federais, entre os quais o do Iguaçu, estabelecendo inclusive os seus limites territoriais. Pelo decreto nº 6.550, de 31 de maio de 1944, definia em seu artigo 5 que a capital era Iguaçu, ex vila do Xangú e ex Laranjeiras. Assim, Laranjeiras do Sul, mudava de nome, passava a denominar-se Iguaçu<sup>84</sup>.

O território de Laranjeiras não pertencia ao território do Iguaçu, sendo que a solução foi baixar novos limites para o território federal, onde

pelo decreto 5.812, a fronteira passava pelo rio Guarani, desde as suas cabeceiras até o rio Iguaçu, excluindo desta forma o município de Laranjeiras do Sul, do território do Iguaçu. Mas, pelo decreto 6.550, a fronteira foi colocada pelos rios Restinga Grande e Cavernoso. O mesmo decreto incluía, pelo art. 3 o município do Iguaçu como o quinto município do território federal do Iguaçu<sup>85</sup>.

O primeiro governador do território foi o coronel Garcez do Nascimento, substituído depois pelo coronel Frederico Trota. Em 1945, o regime do Estado Novo chegava ao fim. Na eminência de uma nova constituição a ser votada, apresentava-se uma oportunidade para desfazer o Território Federal do Iguaçu. Assim, uma emenda foi apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto, para desfazer esse território. A desativação desse território, foi conseguida portanto, na constituinte de 1946 e o Paraná voltou a possuir suas fronteiras históricas.

Segundo Wachowicz, o Iguaçu foi um território criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos. Mas “a chegada na região em grande quantidade, de migrantes gaúchos e catarinenses, já prevista pelo Estado Novo, haveria de se concretizar nas décadas de 50 e 60. A década de 50 foi a época do grande boom migratório sulista, para a região sudoeste e oeste do Paraná”<sup>86</sup>. Esse processo de colonização foi liderado por companhias imobiliárias, notadamente de capital gaúcho, sendo que Wachowicz informa que esses capitalistas gaúchos

---

<sup>84</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação...** p. 148.

<sup>85</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação...** p. 149.

<sup>86</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação...** p. 155.



eram os mesmos que desenvolveram os planos colonizadores durante o Estado-Novo.

Como visto anteriormente, o Governo do Estado do Paraná, proprietário ainda de grandes áreas devolutas, e de terras de antigas concessões anuladas que retornaram ao seu patrimônio, iniciou, também, no final da década de 1930, diretamente, um programa de colonização de muitas dessas áreas. Nessa conjuntura, o governo do Estado resolvera colonizar suas terras devolutas e de antigas concessões, também no oeste paranaense. Nas palavras de Machado,

Se as migrações internas nacionais provenientes em sua maioria das regiões ao norte do estado se concentraram no “Norte do Paraná”, outras migrações provenientes das regiões ao sul do estado estão nos últimos anos penetrando em massa nas regiões do sul oeste, onde fazem o desbravamento que vai caminhando para o norte até entrar em contato com os desbravadores do norte. É um capítulo novo, e em início, da história do Paraná, e é um dos fenômenos históricos de transformação do interior do estado<sup>87</sup>.

Segundo Westphalem, desde 1880, os Presidentes da Província do Rio Grande do Sul vinham observando em seus relatórios que, pela ocorrência de sucessivas gerações e consequentes partilhas, não havia mais terras disponíveis para ocupação agrícola,

Assim, desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriam terras de matas, ainda não ocupadas, primeiro no noroeste do Próprio Rio Grande do Sul, ao longo do Uruguai, depois no oeste catarinense e, em continuidade, no sudoeste e oeste do Paraná. Planificaram a colonização dessas terras, venderam os lotes rurais aos agricultores excedentes das velhas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, expulsos pelo minifúndio em que se haviam retalhado as antigas propriedades. Entraram por Pato Branco, inflitando depois pelos vales dos rios Chopim, Iguaçu e Piquiri<sup>88</sup>.

Segundo Padis, entretanto, apenas no início da década de 1950, o sudoeste passou a experimentar um vigoroso surto de transformação e a determinar, em menos de vinte anos, o aparecimento de quase quarenta cidades<sup>89</sup>.

<sup>87</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional...** p. 26.

<sup>88</sup> WESTPHALEN, Maria Cecília. **História documental...** p. 05.

<sup>89</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 208.

Isso se deu em função de vários surtos migratórios como o resultante do movimento ocupacional do norte, que foi liberando contingentes populacionais das áreas onde o café foi sendo substituído por lavouras de criação de gado, que efetivamente ocupam menor quantidade de mão de obra, e outro surto decorrente da vinda de descendentes de imigrantes italianos e alemães das antigas regiões coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul,

todavia a estagnação em que permaneceu o sudoeste paranaense chegará ao começo do fim a partir da década dos trinta. Já na primeira metade dessa década, o governo do estado, apoiado na ação do governo federal que anulava vários títulos de concessão de terras feitos até aquela época, e que manifestara o desejo de intensificar a penetração para oeste do território nacional, passa a concentrar esforços no sentido de estabelecer uma via de comunicação que pusesse fim ao isolamento, que tantas tentativas de ocupação havia frustrado<sup>90</sup>.

Assim, que por iniciativas particulares ou estatal, apareceram vários novos núcleos de ocupação. A historiografia que vem abordando essa região em termos de processo de ocupação empresarial, destaca que esse território carregou em si uma peculiaridade étnica marcada maciçamente pela presença de descendentes de italianos e alemães originários das antigas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>91</sup>.

Esse grupo sulista foi arregimentado por colonizadoras de capital privado em meados da década de 1940, em concordância com os pressupostos nacionalistas embebidos no espírito da “nação em marcha”<sup>92</sup>. Assim, a concentração populacional nas regiões coloniais e a construção de novos territórios atendia aos interesses econômicos do Estado, onde

Nesta nova fase do povoamento do Oeste paranaense, companhias colonizadoras, particulares, empreenderam também grande ação. Entre essas companhias, pela organização colonizadora, pelo espírito de empresa e pela importância consequente que

<sup>90</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 207 – 208.

<sup>91</sup> GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940 – 1970.** Niterói, 1997. Tese; FREITAG, Liliâne da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense.** Cascavel: Edunioeste, 2001. 92 LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986.

<sup>92</sup> LENHARO, Alcir. **A sacralização da política...**

ganhou o empreendimento, destaca-se a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. – Maripá, com sede no atual município de Toledo<sup>93</sup>.

Nesse sentido, o então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, ao visitar a cidade de Toledo, em 1951, afirmou incisivamente que aquela cidade teria nascido dentro da floresta paranaense como por “obra de um milagre”. Segundo sua visão, o milagre de Toledo teria ocorrido pela boa vontade dos migrantes que se instalaram na região. Uma reportagem da Revista do Globo afirma que “[...] o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em sua recente visita à região sudoeste, ficou encantado com tudo o que pôde apreciar em Toledo, considerando as realizações ali levadas a efeito como um dos mais belos milagres do trabalho até agora realizados no Paraná”<sup>94</sup>.

Nos discursos proferidos sobre a região oeste, dava-se a impressão que a “Nova Canaã” despontava no Paraná<sup>95</sup>. Através dessas impressões disseminou-se a imagem de que o sertão foi substituído e suprimido por uma sociedade economicamente pujante,

São agricultores do sul e do norte, são tratoristas, carpinteiros, motoristas, mecânicos, madeireiros, comerciantes, fazendeiros, industriais, servidores públicos, funcionários de escritório, homens de todas cores políticas, de várias crenças religiosas que se irmanam e, com a característica boa vontade dos brasileiros, constroem ca no sertão, cidade e vilas poderosamente alicerçadas na rica e produtiva colônia deste Município<sup>96</sup>.

Assim o discurso do progresso incentivava o trabalho dos migrantes e também ganhava expressão nas páginas da Revista do Globo. Essa revista, em reportagem sobre Toledo enfatizava:

Os colonos que foram trabalhar em Toledo procederam, em sua totalidade, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Chegados à mata virgem, começaram imediatamente os preparativos de desbravamento e instalação no seu novo campo de atividade.

<sup>93</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 219.

<sup>94</sup> CAMARGO, Tulio Sertório Bueno de. **O milagre de Toledo**. Revista do Globo. Porto Alegre. 29 de setembro de 1951. Ano XXII, n 544. p. 67.

<sup>95</sup> LACHESKI, Edilane. **Oeste do Paraná: representações discursivas da ocupação (1950 - 1960)**. Guarapuava: UNICENTRO, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>96</sup> IMEMBUY. **São os homens de boa vontade que fazem o milagre de Toledo**. Jornal O Oeste. Toledo, ano I, n 3. Setembro de 1953. p. 2.

E, decorridos apenas três anos, o fruto do labor desses colonos gaúchos e catarinenses é simplesmente assombroso. Hoje, vêem-se em Toledo magníficas realizações urbanísticas, um comércio ativo, residências confortáveis e higiênicas, uma perfeita assistência médica e hospitalar, escolas dotadas do mais moderno material pedagógico (instaladas em prédios padronizados e dirigidas por professores competentíssimos). A poderosa usina elétrica de Toledo fornece luz e energia para as residências dos colonos e para movimentar o parque fabril que ali começa a surgir com as perspectivas mais promissoras<sup>97</sup>.

Nas citações acima, percebe-se que os migrantes aparecem como os grandes gestores da metamorfose ocorrida no território do oeste paranaense. Através da análise de discursos do poder público e de empresários da região, se percebe a construção de práticas e representações na constituição de uma cultura do trabalho no extremo-oeste paranaense<sup>98</sup>. A presença dos chamados pioneiros transformando o espaço, trazendo a modernidade e o progresso tornou-se tema recorrente dos discursos jornalísticos, reafirmando um imaginário em torno da ocupação desse espaço, onde

Cada linha traçada contém concepções sobre o espaço e sobre os migrantes sulistas. As primeiras, apontam para a penetração da obra civilizadora dos investimentos empresariais metamorfoseando o território e compondo nele as novas cores do desenvolvimento. As segundas, propalam o papel pioneiro dos agrimensores: “bandeirantes continuadores” reeditando a saga de seus antepassados. Eram eles trabalhadores nacionais; bandeirantes modernos, continuadores da grande marcha para Oeste implementada por Vargas. Em torno do trabalho desses sujeitos, constrói-se, portanto no oeste paranaense, uma imagem mítica, um anúncio de “novos e felizes tempos”<sup>99</sup>.

Diante dessas considerações, percebe-se uma apologia à essas regiões que despontavam no cenário paranaense, daí a preocupação com a posição ocupada por Guarapuava dentro dessa configuração. Nas páginas do jornal O Oeste foram efetivamente “homens de bôa vontade” que fizeram o “milagre de Toledo”<sup>100</sup>. Em uma de suas reportagens, esse jornal enfatizou as impressões de um deputado guarapuavano que visitou o oeste paranaense. Dizia a reportagem que “Lustosa

<sup>97</sup> CAMARGO, Tulio Sertório Bueno de. **O milagre de Toledo...** p. 66.

<sup>98</sup> SCHEREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo-Oeste do Paraná.** Toledo: Editora Toledo, 1997.

<sup>99</sup> FREITAG, Liliane da Costa; LACHESKI, Edilane. **Pelas páginas do oeste: imprensa local e região.** Colóquio Cultura, etnias, identificações: Historiografia e região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005. p. 105.

<sup>100</sup> IMEMBUY. **São os homens de boa vontade...** p. 2.

de Oliveira usou da palavra para transmitir impressões da visita que fez à região ocidental do Paraná, acentuando o surpreendente progresso da vasta e rica zona, frisando que milhares de colonizadores gaúchos e catarinenses continuam afluindo para aquelas terras e desbravando e colonizando-as”<sup>101</sup>.

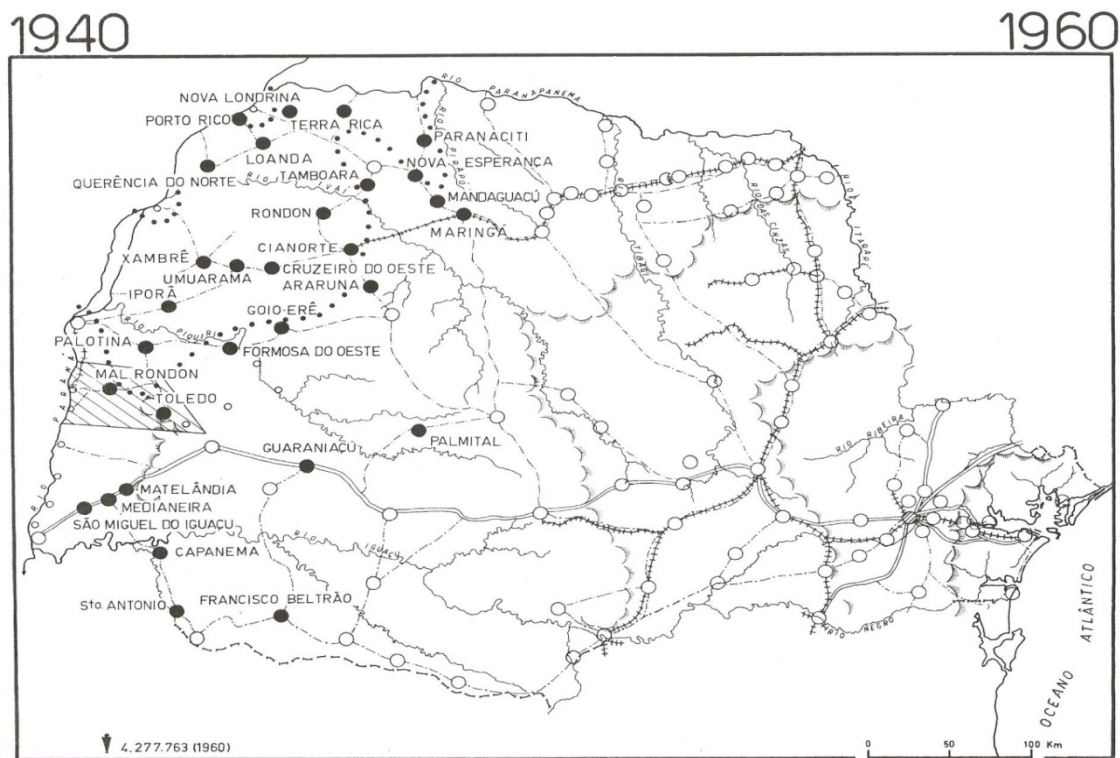
Esse discurso especificamente, denota que os políticos de Guarapuava tinham conhecimento do que estava acontecendo em termos da política e economia paranaense e de que a atenção estava voltada para as novas áreas que despontavam no cenário paranaense, uma vez que as referências sobre o norte e oeste do Paraná estavam construindo atributos que identificavam essas regiões como “Eldorado”, “terra prometida”, “Nova Canaã”, para os leitores das páginas dos periódicos regionais e para os migrantes que para lá se deslocavam.

Surtos migratórios continuavam e atingindo a região oeste do Paraná, promovendo sua rápida transformação, revitalizando, demográfica e economicamente, os núcleos populacionais e contribuindo para a sua multiplicação, aumentando assim o número de cidades que conseguiram sua autonomia na década de cinquenta e sessenta como se pode perceber pelo mapa a seguir:

---

<sup>101</sup> Jornal O Oeste. **O Oeste paranaense (Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa de Curitiba)**. Toledo, ano I, n.17, 31 de jan. 1954. p.2. 57

Mapa 3: Ocupação territorial do oeste do Paraná.



Fonte: Adaptado de CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Chain Editora, 1986, por Edilane Lacheski.

Essa região inicialmente, se caracterizou por uma produção marcada pela atividade de subsistência nas áreas de ocupação nova. Mas, já no fim da década de 1950, começou a implantação de um sistema viário, ainda que limitado, que iria dar início à integração social e econômica dessa região com o sistema econômico paranaense.

A boa qualidade dos solos e a produção de excedentes de produção que podia ser comercializado, fizeram que a partir da década de 1960 o oeste paranaense começasse a surgir como região de significação econômica. Padis observa que nessa conjuntura,

o aumento da população na década dos cinquenta não se fez mais notável nas cidades de origem mais antiga. Ao contrário, exatamente para as regiões ainda virgens afluíram, com mais intensidade, essas populações. Tanto assim que o crescimento da população das cidades mais antigas – Clevelândia, Guarapuava, Laranjeiras, Palmas, etc. – foi

muito menor que nos demais municípios. É evidente que se pode contra-argumentar – e com toda a validade – que esses municípios sofreram crescimento populacional mais lento, exatamente porque seus territórios foram subdivididos para dar origem aos outros e que, conseqüentemente, perderam população. Porém, é essa mesma razão que reforça a assertiva anterior, uma vez que essa subdivisão se deu porque os núcleos mais antigos nos territórios desses municípios eram de expressão insignificante – enquanto os novos apresentavam tal dinamismo que mereciam ser desmembrados da sede anterior para ganharem a própria autonomia<sup>102</sup>.

Essas considerações dão uma idéia da conjuntura econômica estadual, bem como da movimentação em Guarapuava na busca de novas atividades econômicas e o clamor pela melhoria das vias de acesso à região para integrá-la à dinâmica do capital, pois considerava-se que Guarapuava permaneceu por mais de meio século, semi-isolada dos demais centros do Estado, por falta de estradas, que lhe proporcionasse mais rápido desenvolvimento e aproveitamento das riquezas naturais.

Nesse contexto, há uma busca por uma identidade regional que a distinguisse de outros espaços regionais. Nesse sentido, ao procurar resgatar o discurso épico da conquista de seu território objetivava se afirmar identitariamente com relação às áreas novas. A preocupação em torno da construção de uma identidade pautada na epopéia da conquista regional surgiu, portanto, porque Guarapuava, apesar de ser uma das regiões de colonização mais antiga do Estado, não apresentava um desenvolvimento compatível com regiões de colonização mais recente.

Durante toda a década de 1950, a economia do centro-oeste paranaense foi constituída de uma atividade madeireira e pecuária em relativa decadência, localizada nas regiões mais antigas. Nessa conjuntura, estava ocorrendo um notável incremento na dinamização dos centros urbanos aliado à um rápido processo de urbanização, embora no caso de Guarapuava os condicionantes da ocupação ainda não permitiam que a estrutura de produção deixasse de ser caracterizada pela ocupação extensiva da força de trabalho.

Na análise de Padis, nessa conjuntura, o movimento de ocupação da região em que está localizada Guarapuava foi um movimento de ocupação de caráter

---

<sup>102</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 217 – 218.

precário e de densidade bastante pequena, visando apenas desenvolver a economia madeireira. Assim, a estrutura de propriedade caracterizou-se pela implantação de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, pertinentes ao desejo da posse de grandes reservas de pinhais. E, complementarmente à atividade madeireira, surgiu uma pecuária de caráter extensivo. Para o mesmo autor,

tanto uma como a outra não proporcionaram ocupação mais efetiva da terra. No caso da madeira, a sua exploração era feita de forma totalmente predatória e bastante itinerante, sem nenhuma intenção de reflorestamento. Em consequência, o número de serrarias imediatamente surgidas na área foi-se aos poucos reduzindo, à medida que as reservas florestais se iam rarefazendo. Como os proprietários das terras e os responsáveis pela extração da madeira não tinham nenhuma vinculação com a área – pelo contrário, presos aos centros urbanos mais promissores, não procuravam, mesmo porque não era sua intenção, investir, na região, parte que fosse dos seus lucros em reflorestamento, mas preferiam desviá-los para outros setores, nos centros urbanos onde floresciam atividades bastante remuneradoras. Os trabalhadores, aos quais não assistia outra possibilidade de emprego, seguiam o itinerário da devastação das matas, não encontrando nenhuma razão para se fixarem em determinados pontos<sup>103</sup>.

Quanto à atividade pecuária, desenvolvida que foi de forma extensiva, determinou o aparecimento de uma estrutura de propriedade da terra bastante rígida e caracterizada por latifúndios, sendo que a relação trabalho-capital na atividade pecuária costuma ser bastante pequena, pouco contribuindo para a concentração populacional.

A partir da segunda metade dos anos trinta, “quando dos grandes movimentos ocupacionais da região norte e, mais tarde, do sudoeste, o Paraná foi palco de um crescimento populacional de proporções até então desconhecidas no país. Entre 1920 e 1960, a população paranaense se multiplicou 6,2 vezes, enquanto a do conjunto do País aumentava, apenas, 2,3 vezes<sup>104</sup>.”

Durante o século XX, o crescimento da população paranaense foi o mais significativo que o de qualquer outro estado brasileiro. Na realidade, esse crescimento populacional do Paraná estava vinculado ao intenso movimento de

---

<sup>103</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 223 – 224.

<sup>104</sup> PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica...** p. 245.



migrações internas provocado pelo povoamento de suas áreas não desbravadas, a partir de 1920.

Porém, essas expressões médias do conjunto do Estado, não refletem, exatamente, as diferentes regiões. O considerável aumento populacional da década dos anos quarenta se deveu, quase unicamente, aos grandes fluxos migratórios em direção ao norte do Estado. Na década seguinte, porém, embora os movimentos populacionais dirigidos para essa região continuassem intensos, o incremento da população se deu também graças às migrações em demanda das áreas não ocupadas do sudoeste e oeste paranaense, uma vez que

Quanto à distribuição da população paranaense, a principal alteração ocorrida foi no sentido da sua dispersão mais ampla e homogênea pela área territorial do Estado. Assim, dos cinco municípios mais populosos do Paraná, em 1960, apenas um, o de Curitiba, situa-se na área da comunidade tradicional, enquanto que os outros quatro, Campo Mourão, Londrina, Cruzeiro do Oeste e Maringá, estão situados nas áreas recentemente desbravadas do terceiro planalto<sup>105</sup>.

O intuito dessa discussão não foi reinterpretar a historiografia paranaense do período entre 1960 e 1980. Porém, longe de corroborar com o discurso já posto, reafirmando narrativas, o intuito foi demonstrar, a partir das informações até aqui arroladas quanto à configuração política e econômica do Estado do Paraná elaboradas pela chamada historiografia tradicional que versa sobre a ocupação territorial do Estado, engendrar uma discussão quanto a posição de Guarapuava nesse cenário.

Nas décadas em que sistematizam o discurso sobre a ocupação territorial do Estado do Paraná, constróem o discurso que funda as diferentes regiões ao mesmo tempo em que constróem atributos que vê na ocupação do Norte e do Oeste paranaenses como as grandes alavancas propulsoras do desenvolvimento do Estado.

Em meio à amálgama das transformações que ocorreram no Estado, Guarapuava passa a buscar a construção de uma identidade regional para se afirmar dentro da conjuntura estadual. Para tanto, procurou-se o estabelecimento

---

<sup>105</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Et. all. **História do Paraná...** p. 246 – 247.

dessa identidade pautada na identificação da população com o espaço e no apego à sua história.

A produção historiográfica paranaense ao mesmo tempo em que forneceu informações sobre Guarapuava, instaurou as condições e as motivações necessárias para a produção discursiva a partir da década de 1950, que procurou valorizar o espaço regional a partir do discurso épico da ocupação.

A produção discursiva em Guarapuava se apropriou das representações historiográficas para compor a região. Essas representações intuíram-se como um discurso histórico que serviu de base para as representações discursivas que conclamavam o progresso através dos investimentos capitalistas em infraestrutura. Essa estratégia pretendia transformar o espaço regional na tão sonhada região progressista e moderna. São imagens enunciativas criadas pelo capital e por emissores comprometidos com ele como a imprensa periódica.

No próximo capítulo irá se discutir, a partir da imprensa periódica, as transformações ocorridas em Guarapuava, e a discursividade construída por diferentes porta-vozes regionais, no sentido de promover Guarapuava dentro da conjuntura econômica do Estado do Paraná. Ainda, deve-se discutir a tensão vivida por esta sociedade em meio à uma amálgama de transformações sociais e econômicas e o apego ao passado para legitimar o momento presente.

## CAPÍTULO II

### Um retrato de Guarapuava – 1950-2000

Guarapuava, presente.  
Próspera.  
De histórico passado.  
Andando em ásperas sendas  
de grandes feitos  
e muitas lendas.  
(Nivaldo Kruger).

#### 2.1 – Valorizando o espaço

A partir das considerações expostas no capítulo anterior quanto ao processo de ocupação de Guarapuava, bem como as transformações que foram ocorrendo nesse espaço ao longo do tempo, já é possível engendrar uma discussão com relação às questões debatidas acerca do desenvolvimento e progresso regional na segunda metade do século XX.

As concepções em torno da idéia de conquista de território, enfatizadas pela historiografia já referendada, tornaram-se parte do imaginário da sociedade guarapuavana ao longo de sua história. Na segunda metade do século XX, essas idéias ganharam uma ênfase ainda maior diante de uma conjuntura em que Guarapuava procurava um espaço no cenário político e econômico do Paraná.

As projeções para Guarapuava nessa conjuntura, procuravam no passado, ou melhor, na história que se construiu para a região, os elementos ou fatos que pudessem enaltecê-la junto aos seus habitantes. O passado, principalmente no que se refere à conquista da região, se tornou uma referência constante na literatura local e nos periódicos que circularam em Guarapuava, legando uma identidade cultural para a região.

São apelos com amplo teor ideológico que recorre a uma idéia que se sedimentou no imaginário popular. A preservação da memória de homens ilustres e seus feitos pela comunidade, passava pela preservação de uma imagem que conotava desenvolvimento e um retorno às raízes, uma volta às origens de Guarapuava.

Essa discursividade expressou legitimação de posse de um território, pois a imagem do país em construção em meados do século XX, com uma formação territorial ainda inconclusa, estimulou em muito os discursos legitimadores de território. A defesa intransigente da “integridade territorial” do país ilustrou bem que garantir espaço era objeto aglutinador dos interesses, a manutenção do território, interesse comum centrado na terra. O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atuou no sentido de criar comunidades de interesses, veiculando identidades<sup>106</sup>. Observa-se então que se forjou identidade em Guarapuava tendo a concepção de conquista territorial como um componente forte de solidariedade.

Como visto, no Paraná, se tinha ainda no século XX, uma dinâmica de ocupação territorial e essa influenciou diretamente na discursividade construída sobre a região de Guarapuava em torno da conquista territorial e da construção de identidade. O imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser considerado um dos fios condutores da construção de legitimações discursivas acerca do território.

A partir desses referenciais, entende-se que Guarapuava, diante da configuração estadual buscava no enaltecimento de seu passado, ou seja de seu processo colonizatório inicial, as bases para as representações discursivas articuladas nessa conjuntura, encontrando na imprensa periódica um veículo difusor de suas idéias.

As imagens enunciativas criadas sobre a conquista de Guarapuava permitem entender como os diferentes sujeitos construíram e emitiram sua regionalidade de acordo com a lógica capitalista da valorização do espaço. Com o intuito de valorizar as potencialidades do território, os discursos jornalísticos

---

<sup>106</sup> MORAES, Antônio Robert. **Ideologias geográficas...**

faziam apologia à ação conquistadora dos expedicionários que chegaram em Guarapuava no século XIX, ao mesmo tempo em que o ideário do progresso era legitimado pela crônica local.

Essa discursividade pode ser vista como uma forma de valorização subjetiva do espaço, passando necessariamente pelas representações que os homens estabeleceram acerca do seu espaço. Há uma apropriação por esses homens, que são sujeitos históricos agindo em um determinado contexto, materializando projetos, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo pré-concebidos, elaborados intelectualmente a partir da percepção do espaço.

As formas espaciais são produto de um movimento que se realiza através de sujeitos, individuais ou coletivos. Discursos produzidos de acordo com perspectivas historicamente determinadas e socialmente construídos, ou seja, “são produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder”<sup>107</sup>.

Portanto, discutir a relação sociedade-espaço a partir das suas formas subjetivas de valorização pode ser entendida como uma referência à difusão de imagens e idéias elaboradas sobre a região, uma vez que “a valorização do espaço passa necessariamente pelas formas de pensamento que os homens constróem na sua relação com o espaço”<sup>108</sup>. Neste caso, a percepção e consciência dos intérpretes regionais expressam condicionamentos da estrutura econômica existente.

A partir desses referenciais, essa região vivenciou principalmente a partir da década de 1950 uma explosão de discursos que evidenciam uma região progressista e moderna configurando uma forma particular de “valorização do espaço”. Essa forma de valorização se esclarece bastante quando se põe em destaque o movimento global sobre o espaço, não somente de mercadorias, mas também de pessoas e idéias<sup>109</sup>. Nesse caso, esse espaço construído no centro-oeste

---

<sup>107</sup> LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 545.

<sup>108</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Vanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 146.

<sup>109</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Vanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização...** p. 129.

paranaense como um “fator de circulação”, remete à discursividade sobre ele, dentro dos marcos de expansão capitalista.

A marca do empreendimento econômico regional no século XX foi uma ampla difusão de idéias e imagens sobre a região e seus colonizadores. As narrativas contidas no discurso dos periódicos configuraram uma identificação para Guarapuava, ao mesmo tempo em que fazem uma apologia à ação colonizadora da região que ocorreu no século XIX.

As construções discursivas elaboradas em Guarapuava difundiram-se amplamente através da imprensa periódica regional como um conjunto de idéias e imagens que se cristalizaram na região, principalmente sobre seu processo colonizatório inicial. Ademais, o tipo de empreendimento colonial ali instaurado abriu espaços para que estes emissores atuassem na imprensa local explorando imagens e idéias preconizadas no espírito empreendedor dos colonizadores desse espaço.

Assim, ideários tais como progresso e modernização foram ricamente explorados, engendrando projetos com intenções políticas e econômicas para Guarapuava, à medida em que foi sendo realizado um projeto de urbanização, em sintonia com o que estava acontecendo em nível estadual e nacional a partir da década de 1950.

A imprensa periódica utilizada como fonte histórica pode demonstrar, dentro de certos limites, a maneira como a sociedade se enxerga e de que modo ela se identifica. Analisar artigos de jornais que circularam em Guarapuava a partir da década de 1950, elaborados por diversos intérpretes da região, é um dos recursos que permitem compreender as atribuições de sentido que circundaram esse espaço nessa conjuntura específica, pois “na verdade, a vida social produz, além de bens materiais, bens simbólicos e imateriais, um conjunto de representações cujo domínio é a comunicação, expressa em diferentes tipos de linguagem, discursos que se materializam em textos “imagéticos, iconográficos, impressos, orais, gestuais, etc”<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> SWAIN, Tânia Navarro. **Você disse imaginário...** p. 46.

Partindo dessa perspectiva, as representações da região contidas nas páginas dos periódicos pesquisados possuíam uma eficácia simbólica na construção da realidade porque passavam a construir o espaço com palavras.

Dessa maneira, nessa região, espaço onde se produziram sentidos, seus diferentes porta-vozes regionais construíram e emitiram sua regionalidade através de representações discursivas sobre a conquista da região incorporadas e difundidas pela imprensa local. A história construída para Guarapuava, através de um passado sempre exaltado, serviriam como ponto de partida para a discursividade que conotava o desenvolvimento na região.

Assim, a imagem forjada no século XX sobre a ocupação de Guarapuava, impregnada pela idéia de conquista construída pela historiografia, permeou a discursividade construída pelos intérpretes regionais. Essa interpretação seletiva da ocupação a partir da idéia de conquista passava pela experiência da junta expedicionária em desbravar um sertão desconhecido permeando o imaginário de seus povoadores.

Essa imagem que veio sendo construída para Guarapuava ao longo de sua história buscou, portanto, na ocupação/conquista regional os elementos que pudessem glorificá-la no presente. Neste caso, o que se fixava coletivamente era um sentido heróico que teria permeado toda a construção histórica de Guarapuava.

A partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento regional era tido como uma necessidade, buscando a materialização de novos empreendimentos. Esse período foi marcado por um crescimento urbano nos governos dos presidentes da república Getúlio Vargas e posteriormente no governo de Juscelino Kubtschek através das relações econômicas com os Estados Unidos, época em que se atribuiu ao governo uma reputação desenvolvimentista,

<sup>111</sup>.

Com isso, buscava-se impor os discursos progressistas e modernizantes à sociedade em consonância com o que acontecia a nível da economia nacional atribuindo à Guarapuava um papel nessa economia. Essa busca se desenrolou por

---

<sup>111</sup> RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 2001. 66

todo o século XX, mas se acentuou na segunda metade devido aos discursos progressistas e desenvolvimentistas de nível nacional e estadual que tomam conotação na região.

Na década de 1950, “a indústria da madeira estava concentrada em Pato Branco, Palmas, Guarapuava, Pitanga, Campo Mourão, Maringá, Londrina, União da Vitória, Irati, Ponta Grossa e Curitiba. Na realidade, poder-se-ia falar em três centros madeireiros no Paraná: o de Curitiba-Ponta-Grossa, o de Guarapuava e o de Londrina-Maringá”<sup>112</sup>.

Porém, essa atividade se caracterizava por ser uma atividade exploratória uma vez que se extraía a madeira em Guarapuava mas o beneficiamento era feito em Ponta Grossa ficando a circulação de capital naquela cidade. Sendo assim, Guarapuava conotava uma imagem de decadência urbana.

Portanto, queria chamar à responsabilidade os governantes locais e os governadores do Estado. O retorno ao passado, ressaltando-se a extensão territorial, a ação dos pioneiros servia de base para a discursividade em torno das atividades que transformariam a cidade tornando-se centro de progresso com a chegada da estrada de ferro em 1954.

As idéias relacionadas ao progresso propaladas através da imprensa periódica pelos porta-vozes de Guarapuava, tinham como pano de fundo uma crítica política às administrações que não contribuíam com a implantação de medidas que atendessem às necessidades locais. A ausência de realizações materiais, a falta de reivindicações junto ao governo do Estado, os problemas urbanos, a lentidão das transformações levariam ao atraso econômico da região, embora a pavimentação da BR 277, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba, tenha aflorado o imaginário em torno do desenvolvimento regional.

Os discursos procuravam associar uma imagem de desenvolvimento econômico e urbano, através da atividade madeireira, da introdução de tecnologia nas atividades agrárias e a instalação de uma colônia agrícola nas proximidades da cidade, a colônia de Entre Rios.

---

<sup>112</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná...** p. 241.



Essa nova ocupação agrícola, incentivada e orientada pelo governo do estado, obtém êxito na região de Guarapuava, introduzindo técnicas modernas na agricultura, integrando-a ainda mais à economia regional, sendo que

Esse quadro receberia ainda outras cores nas décadas subsequentes com a vinda de um contingente de pessoas de outros estados e da imigração dos suábios do Danúbio para o Brasil, o que ocasionou a dinamização da vida da cidade, influenciada ainda pela mecanização da agricultura. Tais acontecimentos desembocaram em outras práticas de consumo e de vida no espaço urbano guarapuavano, fazendo crer que a cidade havia encontrado o que tanto procurava desde as primeiras décadas do século: o caminho para o progresso<sup>113</sup>.

Nessa conjuntura, realçava-se em Guarapuava o progresso que se propalava através da política progressista de Juscelino Kubitschek. A modernidade também está presente nos discursos dos governadores do Estado do Paraná nos governos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto buscando “evidenciar o surto de progresso dos anos 40 e 50, bem como o novo papel reservado ao estado na economia nacional, de modo a incluí-lo entre os primeiros da Federação”<sup>114</sup>.

Marcia Tembil ao analisar o processo de modernização de Guarapuava em seu perfil urbano, informa que Guarapuava, cidade formada a partir do modelo colonial, foi perdendo suas características originais históricas por causa da destruição do seu patrimônio urbano, ao passo que vivia um tempo de modernização.

A modernidade vista enquanto uma experiência vinculada às organizações sociais que traduziriam estilos de vida, encerra transformações sociais, políticas e econômicas em Guarapuava. Para Tembil, “o cenário mundial, marcado pelos conflitos bélicos, incrementou no país um processo de industrialização que deflagrou novos padrões de consumo e novos rumos à sociedade brasileira, inclusive no que se refere às articulações políticas movidas pela necessidade de apresentar ao país alternativas de gestão social”<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 206.

<sup>114</sup> IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba: 1989. p. 26.

<sup>115</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 140.

Segundo essa autora, a “aventura” da modernidade imprimiria a partir de então o fluxo de vida nas cidades brasileiras. Estava instaurada a cidade moderna que se transforma progressivamente, levando a constatação de que a forma da cidade muda depressa, pois

Nesse período, a questão urbana passa a ser entendida como uma questão de desenvolvimento, encetando discursos que norteariam as práticas de intervenção no espaço citadino, mesmo em pequenos centros como a cidade de Guarapuava. Tal como outras cidades no país, a guarapuavana foi envolvida pelo desejo de modernização e progresso que desembocaria, nas décadas subsequentes, na remodelação de seu espaço físico e em nova configuração social na medida em que passou a atrair maior contingente populacional<sup>116</sup>.

A partir da década de 1950, o espaço urbano começa a se modificar, dando origem à edificações modernas, ao mesmo tempo que ocorreu um grande fluxo de imigrantes europeus e migrantes de outros estados do Brasil para Guarapuava acelerando o processo de modernização.

Assim, o discurso do progresso ganha expressão nessa conjuntura à medida em que instaura um imaginário sobre a ocupação de Guarapuava. Sob a égide do discurso nacional desenvolvimentista, referenciais do progresso, do trabalho braçal heróico, do perfil agrícola e das transformações do espaço em um celeiro de produtividade, foram sendo ricamente trabalhados com a finalidade de legitimar o avanço do capital sobre este espaço regional.

Ademais, o tipo de ocupação territorial da região abriu espaços para que os emissores explorassem idéias preconizadas pelo espírito destemido e heróico dos colonizadores que deveriam ser o exemplo para os guarapuavanos na segunda metade do século XX, momento em que a região carecia se afirmar economicamente dentro do Estado do Paraná.

Na década de 1960 os governos de Ney Braga e Paulo Pimentel ressaltaram a idéia de racionalização do território do Paraná, procurando sintonizar-se com os discursos progressistas e modernizantes de nível nacional,

---

<sup>116</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 44.

em torno de um discurso pela modernização do Paraná, os governadores dos anos 60 constróem uma imagem pública de homens comprometidos com o progresso (tomando-o de forma ampla) e desligados das administrações anteriores. Essas são acusadas de como incapazes de perceber os sinais dos novos tempos e de estarem invariavelmente presas a um defasado gerenciamento da “coisa pública”. Fica, pois, a impressão (a ser avaliada) de que o leitor tem diante de si um outro modelo político, portador de um “projeto de modernização”, anteriormente desenhado e com uma racionalidade interna capaz de justificar e orientar todas as ações dos órgãos do Executivo”<sup>117</sup>.

Em consonância com as idéias disseminadas pelo governo do Estado quanto à modernização e progresso, em Guarapuava desencadearam-se novas relações sociais, em especial, em fins da década de 1960 e, na seguinte, quando a modernização atingiu também a agricultura.

As transformações decorrentes da mecanização da agricultura e da intensificação do fluxo migratório nas décadas de 1960 e 1970, consolidariam o processo de modernização do quadro urbano de Guarapuava. O discurso do progresso sempre esteve presente, defendendo situações pertinentes ao contexto de cada época, sendo que todas as modificações que corporificaram esse progresso incidiram na transformação da vida urbana e, portanto otimizaram a constante mudança do espaço<sup>118</sup>.

Os discursos concentravam-se na formação de imagens relacionadas à prosperidade, evocando imagens relacionadas à epopéia da colonização, ressaltando dados estatísticos que “ressaltam a pujança de uma comuna”,

De acordo com o último Resencamento realizado em 1960, o município de Guarapuava situa-se em terceiro lugar, ultrapassando a 100 mil habitantes e surgindo como força expressiva na marcha do progresso do Estado. Não poderíamos fechar a presente edição alusiva ao jubileu de Prata deste Jornal, sem registrarmos, em números e cifras, a posição de destaque que hoje ocupa a Capital do Oeste Paranaense<sup>119</sup>.

Nesse mesmo jornal, lê-se uma nota ressaltando que “os Diretores e Redatores deste Jornal registram sua admiração e respeito aos desbravadores dos campos de Guarapuava tornando possível essa grandeza populacional”<sup>120</sup>. Essa

<sup>117</sup> IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado...** p. 56.

<sup>118</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...**

<sup>119</sup> Jornal Esquema Oeste. **Eis porque Guarapuava é o terceiro município do Estado.** Guarapuava: Ano XXV, nº 1290. 28 de fevereiro de 1962. p. 09.

<sup>120</sup> Jornal Esquema Oeste. **Eis porque Guarapuava é o terceiro...** p. 05.

nota, constata uma apologia ao processo colonizatório e à conquista regional empreendida pelos pioneiros. A história regional que a partir dessas atribuições é forjada, em última análise, se dá a partir dessas nomeações em um sentido lato.

A discursividade construída nessa conjuntura encontrou respaldo nas transformações econômicas ocorridas no Brasil e no Estado do Paraná. Com a erradicação dos cafezais do norte, que haviam se constituído base de sustentação da economia paranaense, bem como a instabilidade da economia agrícola, contribuiu para a formação de mão-de-obra para os parques industriais que foram se formando durante a década de 1960 em várias regiões do Estado.

A grande extensão do território de Guarapuava, sempre referendada através dos discursos difundidos pela imprensa periódica, denotavam a preocupação em manter a integridade do território, evitando a emancipação política de seus distritos. Sempre se buscava na fundação de Guarapuava, na conquista do território uma referência regional, daí os discursos contrários aos desmembramentos que ocorriam na região.

Guarapuava começou a ter seu território desmembrado a partir de 1871: Colônia Thereza Cristina, em 1871; Palmas, 1877; Prudentópolis, 1906, e Foz do Iguaçu em 1914. Guarapuava ficou com uma superfície de 54.450 Km até 1943, quando o distrito de Laranjeiras do Sul passou a ser capital do território do Iguaçu e logo após três anos, em 1946, foi extinto, emancipando-se o Município de Laranjeiras do Sul, como já visto anteriormente. Logo depois emanciparam-se de Guarapuava os municípios de Pitanga em 1943, Inácio Martins em 1960, Pinhão em 1964, Turvo em 1980, Cantagalo em 1982, Cândói em 1990 e Campina do Simão em 1996.

Muitos porta-vozes de Guarapuava mostraram-se contrários aos desmembramentos sucessivos que estavam ocorrendo em seu território. Para tanto promoveram debates em torno dessa questão, conclamando a população para que se colocasse contra a divisão do território guarapuavano.

O posicionamento de Lustosa de Oliveira contrário aos desmembramentos ocorridos no território de Guarapuava, fica óbvio através de seus discursos

difundidos através da imprensa local, como divulga o Jornal Folha do Oeste em 1961,

Nossa reportagem aproveitou a rápida estadia do Sr. Lustosa de Oliveira em nossa cidade, para abordar diversos assuntos de interesse público. Sabedor de que Guarapuava, através resultados parciais do recenseamento está classificada em terceiro lugar no Estado, fato que tem especial significado para esta próspera comuna, disse-nos que isso deve a que Guarapuava é o maior município paranaense em extensão territorial. Em nosso Estado, tem-se visto regiões sem auto suficiência econômica financeira, serem elevadas a categoria de município, desmembrando-se de suas sedes e com isso causando enfraquecimento das comunas. Exclusivamente por interesses eleitoreiros de políticos incapazes, vários distritos tem sido elevados à categoria de município, criando-se sérios problemas a sua manutenção. Sem rendas suficientes essas novas unidades só tem conseguido agravar ainda mais sua situação perante os demais municípios.

Por essa razão o Sr. Lustosa de Oliveira sempre se bateu contra o desmembramento dos distritos de Guarapuava, e se algumas vezes isso aconteceu, foi inteiramente a sua revelia e contra a sua vontade. Quando Deputado Estadual em nossa Assembléia Legislativa, batia-se como um leão toda a vez que políticos interesseiro propunham desmembramento de setores de nosso município.

Se hoje Guarapuava está se projetando cada vez mais, classificando-se em 3 lugar em nosso Estado ombreando com os maiores municípios paranaense, isso se deve ao fato de sua grandeza territorial e seus inúmeros distritos, onde o progresso impõe ritmo invejável. De acordo com recentes dados fornecidos pelo recenseamento de 1960, Guarapuava já suplantou Ponta Grossa e na marcha dos acontecimentos estamos em via de alcançar Londrina – a capital do Norte.

Ultimamente têm-se falado em pleitear a elevação do distrito de Pinhão a categoria de município. Abordado a esse respeito o Sr. Lustosa de Oliveira declarou-se contrário a pretensão e conclama todos os legítimos guarapuavanos a que se pronunciem contrários a medida que só terá a virtude de causar danos ao próprio Distrito do Pinhão e a grandeza de Guarapuava. Todos os Distritos unidos tem meios de impor suas reivindicações junto aos governos, fazendo valer seu poderio econômico e eleitoral, ao passo que desmembrando-se passarão a ter como fatores apenas aquilo que representam na estrutura geral<sup>121</sup>.

Ainda quanto à essa questão, Antonio Lustosa de Oliveira discursa no auditório da Biblioteca Pública do Paraná, em um evento promovido pelo Departamento Cultural, onde a União Paranaense dos Estudantes e o Centro Estudantil Guarapuavano, organizaram o primeiro ciclo de Estudos Municipais. Segundo o Jornal Esquema Oeste, no “dia 18 o Sr. Lustosa de Oliveira abordou o tópico regionalista “Guarapuava no cenário Estadual””. Nesse discurso ele enfatiza que:

<sup>121</sup> OLIVEIRA, Antonio Lustosa de. Jornal Folha do Oeste. Guarapuava: Ano VII, nº 350. 22 de janeiro de 1961. p. 01. 74.

Guarapuava, outrora, contava com um vasto território, confrontando com o município de Imbituva, prolongando-se até as barrancas do Rio Paraná fazendo divisas com as repúblicas do Prata – Argentina e Paraguai.

Essa imensidão territorial foi pouco a pouco, no decorrer dos últimos anos, sendo fracionado, para constituição de novas unidades municipais, contando, no entanto, nos dias presentes com a área de terras de doze mil quilômetros quadrados, com uma população de 130 mil habitantes, espalhados pelos seus treze progressistas distritos judiciários<sup>122</sup>.

Ainda, no jornal Esquema Oeste há um espaço denominado “Bem-vindo à Guarapuava” onde comumente informava sobre as características da região, como o exemplo que segue:

Bem-vindo à Guarapuava Informações gerais

Guarapuava, chamada a capital do Terceiro Planalto do Paraná, foi fundada pelo Alvará Régio de 11 de novembro de 1819 e instalada oficialmente a 9 de dezembro do mesmo ano. O município foi criado pela lei n 271, de 12 de abril de 1871. É o maior município do Paraná em extensão territorial, (8.062 km) e o quinto do interior do estado, em população: 111. 912 habitantes, segundo o senso de 1970, sendo 40.047 na sede e 71.865 na zona rural<sup>123</sup>.

Nesta nota, tem-se a informação de que “Guarapuava é servida também por estradas de ferro e dispõe de um aeroporto de pista cascalhada, medindo 700 por 45 metros”, além de dar informações quanto ao clima, política, economia, destacando

Economia: os estabelecimentos comerciais são 1500; os industriais, 250; agências bancárias, 11; agência de automóveis, caminhões, tratores e máquinas agrícolas, 9. A indústria predominante é a madeireira. O município produz, sozinho, cerca de 50% do trigo cultivado em todo o Estado, além de arroz, milho e soja em grande escala. Na pecuária, predominam os rebanhos bovinos e suínos; em menor grau, caprinos, equinos, ovinos e muars. Política: a Comarca foi criada pela lei n 054, de 8 de maio de 1859. Atualmente, jurisdiciona os municípios de Guarapuava e Pinhão, sendo Presidente do Fórum o Dr. Edgar Winter. A Comarca tem 32.176 eleitores, sendo perto de 30.000 em Guarapuava. a Câmara Municipal tem 21 vereadores. O atual prefeito é o Sr Moacyr Julio Silvestri. O Bispo Diocesano é D. Frederico Helmel. A Diocese de Guarapuava abrange 12 municípios.

Educação: a Faculdade de Filosofia, instalada em 1970, é o principal estabelecimento de ensino<sup>124</sup>.

<sup>122</sup> Oliveira, Antonio Lustosa de. **Guarapuava no cenário estadual**. Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano VIII, n 360. 23 de abril de 1961. p. 07.

<sup>123</sup> ESQUEMA OESTE. **Bem vindo à Guarapuava**. Guarapuava: ano II, n 58. 30 de junho a 06 de julho de 1971. p. 05.

<sup>124</sup> ESQUEMA OESTE. **Bem vindo à Guarapuava...** p. 05.

Esses discursos induzem à idéias relacionadas diretamente ao desenvolvimento e ao crescimento regional. Assim a imagem que vai sendo construída, associada à prosperidade, é trabalhada no sentido de procurar absorver os problemas existentes na região.

Em consonância com a conjuntura nacional, foi elaborado, durante a administração de Nivaldo Passos Kruger (1964-1968), o primeiro Plano Diretor Urbano para Guarapuava, plano de urbanização elaborado em 1967<sup>125</sup>.

Os discursos produzidos em torno de Guarapuava no período ditatorial referiam-se mais à racionalização e ao planejamento do espaço, e estavam também sintonizados com a conjuntura do período do “milagre econômico”. O tom ufanista dos discursos reafirmava a fé no progresso e desenvolvimento do Brasil. Nas palavras de Tembil:

Nesse contexto, os momentos de comemoração mostravam-se propícios para difundir o discurso de progresso defendido para Guarapuava, pois era no aniversário da cidade que geralmente se davam as inaugurações de empreendimentos “modernos”, bem como se publicavam artigos, panfletos e informativos oficiais que reforçavam as aspirações progressistas<sup>126</sup>.

Segundo a mesma autora, esses discursos, explícitos na década de 1970, já estavam presentes em Guarapuava desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, foi a partir da década de 1950 que se intensificaram de forma a modificar, de forma contundente, a organização de Guarapuava. As vias de transporte teriam aberto as portas para esse progresso.

Nas décadas de 1970 e 1980, os governadores Parigot de Souza, Ney Braga e Jayme Canet procuraram basear seus discursos priorizando a racionalização, o planejamento de desenvolvimento econômico pautado na dinamização dos empreendimentos agro-industriais e parque industrial paranaense, bem como na reforma administrativa procurando evidenciar que

Tais planos têm uma abrangência maior em relação aos que os antecederam, “pensando a sociedade” como um todo. Seus objetivos e metas visam abranger quaisquer recortes da população e da economia, submetendo-as a uma política de desenvolvimento que

<sup>125</sup> KOBELINSKI, Michel. *Guarapuava é isto daqui: da sedução dos discursos...*

<sup>126</sup> TEMBIL, Marcia. *Em busca da cidade moderna: Guarapuava recompondo histórias...* p. 102.

fortalecesse o estado. Assim, as políticas locais deveriam necessariamente estar ajustadas a ela, de modo que as práticas de governo (a nível nacional, regional e/ou estadual) apontassem num único sentido. Para isso, contribuem os mecanismos eleitorais estabelecidos, capazes de assegurar a eleição de governadores identificados com os programas nacionais, bem como garantir a maioria das cadeiras no Congresso e nas assembléias legislativas ao partido do governo<sup>127</sup>.

Sintonizados com as idéias desse período, procurava-se ressaltar imagens referentes à transformação urbana, tendendo à incorporar entre os leitores dos periódicos aspectos relacionados à modernidade e ao progresso, incentivando indústrias a se instalarem na região.

Segundo Kobelinski, nesta conjuntura há um reordenamento espacial em Guarapuava através da especulação imobiliária, e que não foi resolvido pelos programas habitacionais que começaram a despontar na década de 70. Assim,

a atração populacional tornava-se, cada vez mais, um problema crescente, incrementando os núcleos urbanos circundantes nessa época. Por outro lado, a hierarquização urbano-regional permitiu o fortalecimento e a revitalização das cidades de Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Palmas, que se transformaram em centros regionais<sup>128</sup>.

Nessa década, a discursividade difundida através da imprensa periódica ao proclamar melhorias na infra-estrutura de Guarapuava, buscava como base discursiva o passado regional marcado pela idéia de conquista. Essa argumentação, justificaria as reivindicações junto aos representantes municipais pela realização de empreendimentos que resultassem nas transformações econômicas que se esperavam para a região.

Dessa forma, buscava-se na história construída para Guarapuava a legitimação de uma postura participativa dos guarapuavanos na política do Estado, ao se questionar porque Guarapuava não possuía representatividade junto ao governo estadual

E por que acontece isto? Os nossos líderes cansaram? Ou o guarapuavano de tantas lutas, de tantas tradições, cansou? Mais fácil de se aceitar a primeira hipótese. E, nesse caso, resta-nos uma única solução: a união dos homens de Guarapuava, quer dos

<sup>127</sup> IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado...** p. 73-74.

<sup>128</sup> KOBELINSKI, Michel. KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto daqui: da sedução dos discursos...** p. 166 – 167.



comerciantes, dos industriais, dos médicos, dentistas, advogados, da classe operária, quer mesmo daquelas associações que, sem finalidade política, congregaram verdadeiros líderes da nossa comunidade. É tempo de despertar, minha gente. É tempo de fazermos uma Guarapuava forte, novamente<sup>129</sup>.

Esses apelos políticos através da imprensa periódica, procuravam validar ideários em torno de uma Guarapuava moderna e progressista. Percebe-se que os periódicos regionais difundiam discursos que pretendiam divulgar os feitos dos guarapuavanos de ontem e de hoje. A história era um passado de glórias e o presente deveria se explicar pelo passado. Assim

Na data festiva em que Guarapuava comemora o seu 157 aniversário de fundação, voltamos nossos olhos para o passado, para lembrar que a tradição de glórias foi e será sempre motivo de orgulho para todos nós guarapuavanos. Nela encontramos, sempre, exemplos dignificantes que revigoram a nossa fé nos destinos do município e nos servem como luz e guia a nos mostrar os caminhos que conduzem a um futuro maior e melhor. Dos pioneiros até os dias de hoje, é toda uma história de homens que não se curvam ante os desafios do progresso, e que construíram, com suas lutas, com seu trabalho, com sua fibra, com seu amor, uma comunidade unida e próspera<sup>130</sup>.

Esses discursos que pretendiam suprimir a idéia de atraso regional vão ganhando expressão nessa conjuntura. As práticas econômicas de produção, como a atividade madeireira, que começou a ganhar impulso nas décadas de 1960 e 1970, demonstram como o trabalho dos empreendedores guarapuavanos vai transformando um espaço supostamente atrasado em uma região progressista pautada pela ética do trabalho e integrando-a à dinâmica do capital.

Nesse sentido, os porta-vozes da região propõem por meio de seus discursos um compromisso da sociedade guarapuavana em benefício dos interesses locais. A percepção e consciência desses porta-vozes expressavam condicionamentos da estrutura econômica existente e que, sendo assim, a busca por um espaço na economia e uma representação efetiva na política do Estado, configurou a construção de um conjunto de discursos elaborados por agentes

<sup>129</sup> ARAÚJO, Luiz Augusto Pereira de. **Meu canto de guerra, guarapuavanos, ouvi!** Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano IV, nº 209. 22 a 28 de maio de 1974. p. 03.

<sup>130</sup> PRESTES, João Carlos. **Parabéns Guarapuava.** Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano VII, nº 339. 09 de dezembro de 1976. p. 05.

associados ao capital. Nessa perspectiva, os porta-vozes da região, difundiam através da imprensa periódica, que era

preciso uma reação de baixo para cima, do povo junto aos seus líderes políticos exigindo deles a nossa mais premente aspiração, UMA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA na razão direta das nossas forças. É necessário que cada uma das correntes políticas se reúnam e, na roda do chimarrão, façamos ressurgir a Guarapuava forte, a Guarapuava de ontem, a Guarapuava de dias memoráveis<sup>131</sup>.

Nesse contexto, Guarapuava procurava uma representatividade maior junto ao governo do Estado do Paraná para proporcionar o desenvolvimento regional e, para tanto, busca na tradição de seu passado as bases para construir seus discursos no presente. Essas idéias, ou seja, esse apelo pelo progresso local, serve como uma via para se criticar a ação administrativa local pela lentidão nas realizações materiais em Guarapuava.

Nesse sentido, assim se expressou o colunista Luiz Augusto Pereira Araújo analisando a conjuntura regional:

E passei a analisar: Por que, há tempos atrás, conseguíamos as nossas aspirações, e hoje elas dormem em berço esplêndido? Será que os nossos líderes cansaram? Será que o povo se desiluiu com eles? A grande verdade é que, antes, tínhamos representantes que por nós falavam, que por nós lutavam, e aos poucos víamos concretizadas as nossas mais caras reivindicações. Hoje não dispomos de um único representante na Assembléia Legislativa, nem na Câmara Federal. [...] é certo que muitos outros municípios de menores condições, tanto econômicas como eleitorais, já nos ultrapassaram. Esta constatação é uma triste realidade num município que é, sem sombra de dúvida, importantíssimo produtor de trigo e soja. E a madeira, com todos os seus derivados, o que representa para a economia estadual? E o nosso eleitorado nada representa, se somos um dos maiores colégios eleitorais do Paraná?

As condições econômica e eleitorais de um município sempre foram os fatores decisivos em torno de uma grande representação. Apenas em Guarapuava a relação é inversa. Com todas as condições de que dispomos, nossa representação é nenhuma<sup>132</sup>.

Esses apelos discursivos, recorrentes nas páginas dos periódicos regionais, são ilustrativos da preocupação presente em Guarapuava em torno da configuração política do Paraná paranaense e do papel que esta região exerceria dentro desse Estado.

---

<sup>131</sup> ARAÚJO, Luiz Augusto Pereira de. **Meu canto de Guerra...** p. 03.

<sup>132</sup> ARAÚJO, Luiz Augusto Pereira de. **Meu canto de Guerra...** p. 03.

Os diversos porta-vozes da região fizeram da imprensa periódica regional um veículo difusor de determinadas representações que giravam em torno da riqueza do solo, de sua história e principalmente de sua gente. Cabe destacar ainda, que à medida em que escreveram sobre a conquista de Guarapuava produziram também a possibilidade da formação de idéias vinculadas à modernização e progresso.

Essas considerações permitem entender como esses agentes construíram e emitiram sua regionalidade de acordo com a lógica capitalista da valorização do espaço, uma vez que assim se expressou Túlio Vargas fazendo uma alusão à última expedição que chegou à região,

A conquista dos Campos de Guarapuava foi lição de bravura e perseverança, repassada de lances épicos, entremeada de tragédias e epopéias. Surpreende-me até agora não se ver transportada para o celulóide, tanto os cineastas ávidos de temas heróicos, a história dessa valorosa expedição comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, nos primórdios do século passado. As gerações seguintes, que se abeberaram de tais exemplos, buscaram imitar e aprofundar, noutras direções territoriais, o sentido civilizador das penetrações da selva, não apenas pela emoção de desbravamento, mas igualmente por tentar a civilização do índio<sup>133</sup>.

Estas concepções em torno do espaço regional, da bravura, perseverança e heroísmo dos antepassados dos guarapuavanos, que serviriam como exemplo às ações presentes, foram sendo amplamente difundidas e reforçadas durante a segunda metade do século XX. Referenciais esses ricamente trabalhados com a finalidade de promover o desenvolvimento regional.

Os apelos em torno da terra, dos futuros lucros e da riqueza, à medida em que foram adaptados ganhando expressão local, corroboraram com o empreendimento modernizador ali instaurado. Isso explica porque os guarapuavanos, deveriam seguir o exemplo de seus antepassados, para se constituírem nas grandes alavancas do progresso regional. Nesse sentido, se conclamava os guarapuavanos à ações em prol desse desenvolvimento, como na reportagem que segue:

---

<sup>133</sup> VARGAS, Túlio. Jornal esquema Oeste. Guarapuava: Ano I, nº 11. 02 a 08 de agosto de 1970. p. 05.

Gonçalves Dias, no “Y Juca Pirama”, assim se expressou: “meu canto de morte, guerreiros, ouvi!”. E a Guarapuava de hoje está fazendo por merecer que algum Gonçalves Dias aqui apareça e cante o nosso “canto de morte”. Quando aqui cheguei, era notícia que o guarapuavano não se entregava com o surgimento dos primeiros obstáculos; que o guarapuavano levava adiante os seus propósitos, fossem quais fossem as adversidades; que o guarapuavano era antes de tudo um macho; que o guarapuavano não cantava o seu “canto de morte”, mas o seu “canto de guerra”.

Mas, confesso que, conhecendo melhor os problemas de Guarapuava, ao mesmo tempo que me afeiçoava à terra e ao povo, comecei a descobrir que a realidade era bem outra. Todas as nossas aspirações, as nossas necessidades, quando reivindicadas, caminhavam até certo ponto e aí permaneciam marcando passo<sup>134</sup>.

Com esse tipo de apelo, procurava-se construir um imaginário em torno da luta, da coragem e do empreendedorismo, conclamando dessa forma o desenvolvimento capitalista do espaço. Essas idéias eram disseminadas com maior ênfase principalmente na comemoração do aniversário de sua fundação. Dessa forma, no seu aniversário ressaltavam-se os feitos heróicos, as tradições e também os empreendimentos que estavam sendo realizados na região. Neste caso, partia-se da história construída para Guarapuava, do passado e da tradição enquanto base para o progresso e desenvolvimento,

Nossa cidade está em festas no dia de hoje com as comemorações do seu 157º Aniversário de Fundação. É mais uma etapa na grande caminhada para o seu futuro. Ninguém pode negar o grande progresso da comunidade Guarapuavana. É bem verdade que, não existe estardalhaço em nosso desenvolvimento, para alguns, lento mas firme, cujos alicerces deixam antever um futuro dos mais auspiciosos o que deverá ganhar o seu ponto de maior expressão com a implantação do turismo no município e a industrialização do grande potencial agrícola notadamente da fruticultura que poderá desde já ser considerada a realização mais notável dos últimos tempos. Ao ensejo da passagem de mais um Aniversário de nossa querida Guarapuava, desejamos expressar a todos os nossos leitores e amigos da terra de Guairacá, os votos de felicidades pelo evento que enaltece o Paraná e o Brasil<sup>135</sup>.

Com essas argumentações, procurava-se adquirir uma imagem urbana relacionada ao desenvolvimento. Esse apelo imagético local, porém de amplo teor simbólico, foi disseminado de forma ampla durante esse período e durante as décadas que o sucederam. Dessa forma, entende-se que as narrativas contidas no discurso dos periódicos veiculados nesta região nessa conjuntura específica, vai

<sup>134</sup> ARAÚJO, Luiz Augusto Pereira de. **Meu canto de guerra...** p. 3.

<sup>135</sup> Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano VII, nº 339. 09 de dezembro de 1976. p. 07.

construindo certos referenciais identitários para os guarapuavanos conclamando uma vida próspera nas terras de Guarapuava.

Porém, o clamor por progresso e desenvolvimento encontrou paradoxos em discursos que evidenciavam uma relação nostálgica com o passado. Essa será a discussão engendrada a seguir.

## **2.2 - Guarapuava entre as representações do passado, a vivência do presente e as aspirações do futuro.**

Como visto, as projeções para Guarapuava na segunda metade do século XX, procuraram no passado, ou melhor, na história que se construiu para a região, os referenciais que pudessem enaltecê-la junto aos seus habitantes. O passado se tornou uma referência constante, uma representação seletiva, apontada principalmente através da imprensa periódica, legando uma identidade para Guarapuava.

Para apreender as representações construídas sobre Guarapuava a partir do discurso épico de sua ocupação, como um dos materiais constitutivos da esfera da discursividade local, torna-se necessário tomar a relação entre o contexto em que foi produzida e seus respectivos produtores.

Na concepção dos discursos políticos em Guarapuava, a administração pública “deveria ser levada a efeito por um modelo representativo, que abstraísse exemplos de ações e decisões que caracterizaram imagens construídas historicamente, seja pela tradição, seja pelo ufanismo à terra natal, para que as ações administrativas transcendessem as próprias obrigações e se tornassem grandes feitos”<sup>136</sup>.

Esses discursos, ora enaltecem o progresso de Guarapuava, ora passam a contestar as administrações municipais. Isso se dá em face das disputas políticas que ocorrem na região entre as elites locais.

---

<sup>136</sup> KOBELINSKI, Michel. *Guarapuava é isto daqui: da sedução dos discursos...* p. 124.

Nas construções discursivas construídas e disseminadas sobre Guarapuava, há uma intervenção ativa de grandes formações ideológicas. Ideologia no sentido proposto por Baczko impondo-se necessariamente como esquema interpretativo global das realidades sociais, onde esses “debates ideológicos põe em destaque as relações tão íntimas quanto complexas que ligam os imaginários aos interesses e reivindicações de grupos sociais antagônicos”<sup>137</sup>.

Nesse sentido, os símbolos produzidos pela imaginação exploram as imagens coletivas do passado, configurando um sistema de representações produzido por cada época. Através dessas representações concebem o passado e imaginam o futuro, como na reportagem que segue,

Poucas cidades do Paraná têm as condições que Guarapuava oferece para o desenvolvimento. Dos seus campos vastos e férteis, brota uma das maiores produções agropecuárias do estado, atingindo índices de produtividade que se sobressaem nacionalmente. A posição geográfica possibilita acesso por rodovia ao restante do país e à fronteira com o Paraguai e Argentina, ou por ferrovia diretamente ao Porto de Paranaguá. A economia, que sempre foi equilibrada e segura para investimentos, dá sinais vertiginosos de aquecimento. A cidade, fundada em 9 de dezembro de 1819, por uma Real Expedição Colonizadora, chega aos 174 anos embalada por uma ânsia de progresso – só não maior devido à crise que se arrasta no País. Há uma certeza, porém, a de que é preciso acreditar para que a cidade não seja varrida pela onda de derrotismo que graça em muitos setores. Os que investem nas dificuldades, com o tirocinio dos verdadeiros empreendedores, vêm contribuindo com o desenvolvimento com recursos superiores a 40 milhões de dólares, só neste ano, fora os de menor porte. Prova de sua força, Guarapuava alcançou em 1992 com o segundo maior índice de crescimento no ICMS do Estado, com 5,28%.

Se é verdade que há muito a se fazer, também não se pode desconsiderar que a infraestrutura urbana da cidade mudou sensivelmente em tempos recentes, e para melhor. A cidade, agora, passa a ganhar uma nova região de incremento, com a instalação da nova Rodoviária. As aplicações no campo social, como a questão da infância e adolescência, na saúde e educação, são exemplos estaduais. A população tem o que comemorar, mas de olhos abertos para a construção do futuro<sup>138</sup>.

As narrativas dos jornais nesta época procuravam retratar as transformações urbanas que se processavam em Guarapuava, divulgando as realizações da administração pública e veiculando imagens das obras em infraestrutura que estavam sendo realizadas. Aqui se observa o entrelaçamento

<sup>137</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Enciclopédia Einaudi – tomo 5. Anthropos-homem. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 302.

<sup>138</sup> ESQUEMA OESTE. **Guarapuava mostra força para o desenvolvimento**. Guarapuava: Ano XXIV, nº 1788. 11 a 17 de dezembro de 1993. p. 01.

político, histórico e econômico, onde as comparações com o passado, seriam os exemplos para a população rumo ao progresso.

Os artigos de jornais que circularam em Guarapuava a partir da segunda metade do século XX, foram elaborados de acordo com circunstâncias sócio-históricas específicas e que foram levadas em consideração no momento do trabalho com o corpus documental. De acordo com essa proposição, levou-se em conta o contexto em que foram produzidos os discursos para que se pudesse apreender os significados que estavam plasmados em sua retórica. Essa questão é importante pois “não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo”<sup>139</sup>.

Os discursos veiculados através da imprensa local serviram, portanto, como construtores de uma idéia de região e sociedade. O (re)conhecimento e a consagração desse espaço, passou nesse sentido, pelo discurso de agentes - emissores que produziram suas verdades. Dessa forma, a identidade dessa região foi legitimada por um conjunto de discursos e saberes elaborados por agentes historicamente localizados, configurando uma forma de “valorização subjetiva do espaço”, uma vez que considerava-se que

um município de tanta diversidade cultural, herança de seus colonizadores, chega neste 9 de dezembro com uma nova missão: repensar os rumos do seu desenvolvimento. A grande maioria das lideranças concorda que a cidade precisa ir ao encontro de suas raízes e se abrir para a região que ela mesmo construiu<sup>140</sup>.

Essa discursividade incentivava o progresso através dos investimentos capitalistas em infra-estrutura, pretendendo transformar o espaço regional na tão sonhada região progressista e moderna além de conclamar fluxos migratórios para a região, uma vez que

Ela constitui-se também no berço acolhedor de esperanças, sonhos de homens decididos que desejam realizar-se. 9 de dezembro é legado heróico às gerações que virão. O seu território é imenso e abre-se generoso e recebe com hospitalidade aos que procuram “lugar para fazer a vida”, venha de onde vierem, nacionais e estrangeiros,

---

<sup>139</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas...** p. 129.

<sup>140</sup> TRIBUNA DE GUARAPUAVA. **O desenvolvimento sem fronteiras.** Guarapuava; ano III nº 119. 7 a 13 de dezembro de 1996. p. 01.

todos em pouco tempo são guarapuavanos. É a mística que só os mistérios do telurismo podem explicar. Mas sem querer perder este sentido de passado, Guarapuava procura sintonizar-se com as rápidas transformações do mundo atual<sup>141</sup>.

Essa idéia de passado legitimava o discurso presente do progresso. Os termos utilizados nessa produção textual não pretendiam anunciar um lugar, mas as suas características. São enunciados, nomeações que atribuíam sentidos à identidade histórica desse espaço. Os guarapuavanos eram trabalhadores, empreendedores e os que chegavam à região concebidos como novos bandeirantes.

A discursividade construída em torno do espaço e sua gente pretendia conclamar fluxos de migrantes para a região, haja vista que outras regiões do Paraná se desenvolveram a partir de surtos de migração. Nesse sentido, proclamava que “9 de dezembro de 1819, bandeirantes acendem, nos ermos campos, uma fogueira que jamais se apagará. Ela orienta os que procuram o caminho e aquece os que vão chegando... para todos, lugar, sempre haverá”<sup>142</sup>.

“Bandeirantes”, “desbravadores”, “pioneiros”, foram denominações comumente utilizadas para referir-se aos moradores da região. Partindo desse pressuposto, as representações discursivas sobre esses moradores difundidas, sobretudo, pela imprensa periódica regional, justificavam a lógica dos agentes diretamente ligados à expansão capitalista sobre este espaço regional.

A ocupação/conquista desse espaço aparece na produção textual como um marco temporal, ou seja, interpretava-se a região a partir da premissa de que a ocupação proporcionou o desenvolvimento regional, uma vez que se considerava que “ei-nos aqui, querendo sempre ir em frente, sem que, no entanto, nos esqueçamos de onde viemos. Queremos também construir e legar um grande futuro, sem jamais esquecer dos valores verdadeiros que por serem verdadeiros são simples”<sup>143</sup>.

Aqui é perceptível uma tentativa de resgatar um certo passado regional marcado pelo trabalho e pelas conquistas de seus colonizadores para legitimar

<sup>141</sup> KRUGER, Nivaldo. *Cântico à Guarapuava*. O Jornal. Guarapuava; Ano I nº 47. 08 de dezembro de 1991. p. 02.

<sup>142</sup> KRUGER, Nivaldo. *Cântico à Guarapuava...* p. 02.

<sup>143</sup> KRUGER, Nivaldo. *Cântico à Guarapuava...* p. 02.



um presente grandioso. Essas representações discursivas articularam a gênese da região ao trabalho heróico dos desbravadores e uma vez elaboradas no âmbito do imaginário social, apresentavam Guarapuava através de um discurso épico.

Nesse sentido, o imaginário deve ser tomado como realidade inerente ao movimento social, uma vez que “o imaginário que aflora nos mais diferentes tipos de discursos é um forjador de sentidos, de identidades. O imaginário tem uma poderosa força de instauração social”<sup>144</sup>. É o “imaginário instituinte” que forja sentidos absorvidos e normatizados socialmente. Esse imaginário foi sendo construído por um conjunto de discursos elaborados por agentes historicamente localizados e que, portanto, agiam em prol dos interesses presentes de modernização e progresso da região, assim,

Vencendo etapas, vivendo longos ciclos do extrativismo rural, com árduo trabalho, chegamos a este momento, em que a urbanização é a marca a impor compreensão para a convivência estreita entre extremos chocantes. Guarapuava irmana seus filhos como uma polis moderna, pelo exercício da cidadania no imperativo de um meio urbano contrastante.

Os desafios passado exigiram coragem, audácia, despreendimento, honra; os de hoje são outros, os quais somente venceremos, se não nos afastarmos daqueles mesmos valores para harmonizarmos não mais a “índiada bravia”, ou vencermos o isolamento das distâncias, mas para conciliar extremos e discrepâncias sociais, que podem muito bem ser tão ferozes e difíceis quanto os desafios dos antepassados<sup>145</sup>.

A partir de referenciais em torno de desbravamento, civilização, heroísmo, a região passava a vivenciar uma explosão de discursos que evidenciavam uma região progressista e moderna.

Uma edição especial de O Jornal, que comemora os 172 anos de emancipação política de Guarapuava, apresentou-se como

um jornal ilustrado. Uma edição Histórica e documental. Cheio de artigos importantes. Repleto de pesquisas históricas. Trata-se de um documento que esperamos seja utilizado em pesquisas escolares e também faça parte de coleções daqueles que se interessam em conhecer e guardar as lembranças do passado e os acontecimentos presentes. A partir da quinta página, você leitor, vai conhecer mais um pouco da história de Guarapuava<sup>146</sup>.

<sup>144</sup> SWAIN, Tânia Navarro. **Você disse imaginário?**... p. 48.

<sup>145</sup> KRUGER, Nivaldo. **Cântico à Guarapuava**... p. 02.

<sup>146</sup> O JORNAL. 08 de dezembro de 1991. Ano I. n. 47. p. 01.

O Jornal ainda agradece a equipe da UNICENTRO pela colaboração na edição para elaborar o jornal comemorativo dos 172 anos de Guarapuava “com matérias que focalizam o passado e o presente de nossa terra”<sup>147</sup>.

Esses discursos serviram como construtores de uma idéia de região e sociedade, pois é perceptível uma tentativa de resgatar um certo passado regional marcado pelo trabalho e pelas conquistas de seus colonizadores para legitimar um presente grandioso. Nesse sentido, enuncia-se que

Ante o grandioso momento, é preciso não esquecermos dos homens anônimos que, nos confrontos rudes da primeira hora, nas picadas, na culatra das tropas, ou na solidão das trilhas dos campos e no fundão das matas consumiram suas vidas. Nem sequer sabemos seus nomes. Talvez nem mesmo uma cruz a marcar sua passagem, perdidos que estão no vazio do tempo.

A eles nossa homenagem! Se não sabemos quem foram sabemos o que nos legaram, pois deles surgiram caminhos, fazendas, a cidade, e que, não tendo nomes, são olvidados e dormem em paz no silêncio da história. Quisera conhecê-los, para bradar a cada um a nossa imorredoura gratidão<sup>148</sup>.

O processo colonizatório de Guarapuava promoveu a consolidação de um ideário em torno do termo ocupação/conquista. Esta, constantemente tematizada através dos jornais, foi tida como resultado do trabalho de indivíduos que ao longo do tempo transformaram o sertão inóspito em uma região progressista. Assim, ideários tais como progresso, modernização e civilização foram ricamente explorados engendrando projetos com intenções políticas e econômicas para a região. Discursos que produziram uma imagem temporal e referenciais de pertencimento a essa região ao inferir que “9 de dezembro de 1819. Quebra-se o silêncio nas coxilhas milenares, um eco reboará para sempre: estamos em Guarapuava!”<sup>149</sup>.

Esses discursos produziram sentidos e os sujeitos que versaram sobre a propalada história guarapuavana emitiram sua interpretação. Ao escrever sobre a conquista dessa região, esses produtores o fizeram de acordo com circunstâncias sócio-históricas específicas e portanto, demonstraram a sua percepção. Texto

<sup>147</sup> O JORNAL. 08 de dezembro de 1991. p. 01.

<sup>148</sup> KRUGER, Nivaldo. *Cântico à Guarapuava...* p. 02.

<sup>149</sup> KRUGER, Nivaldo. *Cântico à Guarapuava...* p. 02.

parcial e comprometido com um lugar social<sup>150</sup>. Essa discursividade instaura, portanto, um discurso histórico regional, produzido por diferentes intérpretes regionais. Enunciados que criavam e recriavam uma tradição de sentidos que se projetavam e se instalavam no imaginário social.

As representações construídas sobre o processo colonizatório construíram um ideário de progresso, legitimado pela crônica local. As imagens enunciativas configuram uma forma de “valorização do espaço”, uma vez que apresentam o espaço regional como a terra do progresso, do futuro e da prosperidade. Assim se refere Nivaldo Kruger, fazendo uma alusão à data a que se atribui a fundação de Guarapuava,

9 de dezembro de 1819, surge uma nova estrela que brilhará para sempre na constelação da Pátria: Guarapuava. Ouço vozes, elas vêm do passado clamando pelas conquistas, terra, justiça, bem-estar, progresso. Posso ouvi-las mescladas com os timbres anciãos ao tilintar da moderna eletrônica, elevando-nos às culminâncias da modernidade, umbral do 1 mundo, sem nunca perdermos o sentido de nossa origem.

A modernidade cosmopolita da cidade trepidante de hoje assenta-se no legado telúrico de uma história maior da civilização nascente. É Guarapuava, elevando-se acima da transitoriedade, das efêmeras ambições, para alcançar, na perenidade dos valores imutáveis, a transcendência do seu destino maior<sup>151</sup>.

Essas idéias legitimavam o discurso da modernização e do progresso. Na carga discursiva em torno do discurso épico de conquista vislumbrando progresso e prosperidade delineou-se “um modelo de pensar” a construção histórica da região, pois o processo histórico de formação regional tem o progresso como modelo de pensar no sentido proposto por Diehl, para quem “a idéia de progresso está profundamente ancorada na mentalidade e nas estruturas coletivas do pensamento das culturas históricas [...]”<sup>152</sup>.

Ao percorrer as páginas dos periódicos regionais que circularam em Guarapuava na segunda metade do século XX, tornam-se nítidos e esclarecedores os discursos instituídos ao longo do processo de modernização da região. Suas

<sup>150</sup> CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. **História: Novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

<sup>151</sup> KRUGER, Nivaldo. **Cântico à Guarapuava...** p. 02.

<sup>152</sup> DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 21 – 22.

crônicas justificam a lógica do capital e buscam na ocupação da região as justificativas para alavancar o progresso neste espaço regional.

Essas narrativas de interpretação, resulta de práticas sociais que compõem uma memória discursiva sobre o território, legitimando sua história/memória, pois segundo Jacques Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”<sup>153</sup>.

O discurso épico de conquista regional servia de base para representações discursivas que vislumbravam a região como um celeiro de progresso. Essas idéias justificam a lógica do capital, uma vez que olham para o passado da região com o intuito de legitimar interesses presentes e vislumbrar um futuro economicamente promissor.

A temática do progresso, portanto, concentrava-se na imprensa regional e, os interesses convergentes em torno do desenvolvimento econômico levaram a uma articulação discursiva, construindo uma determinada identidade regional, pois conforme Diehl<sup>154</sup>, o progresso é um fenômeno formador de identidade.

Nesse sentido, as fontes visitadas até aqui revelam uma visão progressista da região, onde se encontravam riqueza e prosperidade. Comumente encontram-se nas páginas dos jornais exemplos que ilustram o desenvolvimento regional. Neste caso, existe uma carga discursiva que incentivava o progresso através dos investimentos capitalistas em infra-estrutura. Essa estratégia pretendia transformar esse espaço em uma região progressista e moderna. Nesse sentido, é possível entender como essa realidade social foi construída, pensada, dada a ler<sup>155</sup>.

Os referenciais identitários amplamente disseminados pela imprensa periódica de Guarapuava serviram, dentro de certos limites, como explicadores

---

<sup>153</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História**. Enciclopédia Einaudi. Imprensa nacional – Casa da Moeda, v. 1, 1984. p. 76.

<sup>154</sup> DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade...**

<sup>155</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...**

dessa história regional, entendendo “as representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”<sup>156</sup>.

Daí, a imprensa periódica regional e os emissores comprometidos com esses ideais progressistas e modernizantes construir e emitirem representações discursivas que correlacionavam o guarapuavano às imagens de destemor, coragem, audácia. As concepções sobre os guarapuavanos no século XX faziam uma referência ao papel dos “heróicos desbravadores” da região reeditando a saga de seus antecessores.

Nessa conjuntura, as empresas madeireiras, instaladas em Guarapuava explorando a madeira em larga escala, representavam uma exploração predatória desse recurso natural e não traziam nenhum benefício econômico para a região, havendo uma preocupação com a questão da racionalização do processo de extração. Dessa forma, a madeira ocupa parte nos debates sobre a economia local uma vez que era considerada “uma economia mal aproveitada”,

Pela falta de uma visão empresarial e política, Guarapuava sofre hoje de um problema que, se não resolvido a curtíssimo prazo, se tornará irreversível no amanhã, o qual contribuirá ainda mais para a problemática social que se instala e se agiganta a cada dia. Trata-se, em especial, de um despertar da classe produtiva para uma economia que já foi o sustentáculo municipal mas que, por falta de uma apreciação pela ótica da industrialização, passou à margem do progresso: a madeira. Hoje, com suas reservas madeireiras reduzidíssimas, para não percentuar o problema, Guarapuava ainda não acordou para os dividendos que tal economia teria gerado se, no seu devido tempo, o empresário local dirigisse tal matéria-prima para a industrialização final. Também aí cabe uma parcela da crítica para os administradores que, sem vislumbrarem o potencial industrial da abundante floresta que circundava a região, deixaram de apresentar projetos que visassem o aproveitamento daquilo que era nossa maior riqueza. Nossa madeira, ou a que ainda resta, pode e deve ser geradora de riquezas que implementem o progresso local. Ao invés de servir unicamente àqueles que, possuidores de uma visão industrial que não nos foi dada, dela souberam extrair grandes fortunas deixando para nós as lascas imprestáveis de um atraso inconcebível para quem deseja uma economia forte e um bem-estar social.

Faz-se necessária visão empresarial e política que oriente o município nos rumos do progresso. Conquista de vitória que reflita o interesse coletivo. Desenvolvimento industrial de Guarapuava<sup>157</sup>.

Essa crítica ao não aproveitamento da madeira, ou seja a sua industrialização final em Guarapuava, serviu de base para a necessidade de um

<sup>156</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...** p. 183.

<sup>157</sup> O JORNAL. **Madeira: uma economia mal aproveitada.** Guarapuava: Ano I, n 18. 26 de maio de 1991. p. 05. 92

desenvolvimento industrial em Guarapuava. Estas questões que começaram a ser debatidas desde o início da segunda metade do século XX, se constituía ainda na década de 1990 como um dos problemas centrais que deveriam ser equacionados em Guarapuava para permitir o seu desenvolvimento econômico.

Ainda nessa década, Guarapuava continuava sofrendo com os desmembramentos sucessivos que aconteciam em seu território. Nivaldo Kruger, também expressa a sua opinião através d'O Jornal quanto à essa questão:

Desmembraram-se do seu território de 54 mil quilômetros inúmeras povoações, que hoje ostentam orgulhosamente sua condição de cidades, mas que, por maiores que fiquem jamais terão a importância histórica desta que serviu-lhes de base. A falta de conhecimento mais profundo de sentido e origens de nossa cultura (alma) faz com que toleremos penalizados os que costumam fazer comparações entre Guarapuava e outros, cujas características são próprias e, por isso, são como são, mas que jamais terão para orgulhar-se a grandeza da alma Guarapuavana<sup>158</sup>.

A questão econômica também se fazia sentir nas reivindicações contrárias aos desmembramentos. A questão dos desmembramentos passava pela preocupação com a economia local, pois o preço da erva-mate aquecia o mercado e considerando-se que:

em Guarapuava existem cerca de 83 secadoras de erva-mate que beneficiam aproximadamente 3 milhões de quilos do produto para serem consumidos em forma de chá ou chimarrão. Deste total apenas 35% é produzido no município. O forte da região na produção da erva-mate está nos ervais de Pinhão e Turvo que são responsáveis por 65% do mate que é empacotado<sup>159</sup>.

E ainda:

Guarapuava sempre foi um centro produtor de mate, hoje, modernizado com exuberantes ervais cultivados. Incremento dado pelo extinto “Programa Planalto Verde” e com indústria de máquinas de primeira linha produzidas na área industrial pela empresa Antônio Martini. A qualidade do mate guarapuavano fez conceito com franca aceitação no mercado. Apesar de todas as dificuldades econômicas, a indústria do mate continua produzindo e oferecendo trabalho para grande número de famílias, sobretudo nos cortes e limpeza dos ervais<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> KRUGER, Nivaldo. O Jornal: Guarapuava: Ano I, n 05. 24 de fevereiro de 1990. p. 07.

<sup>159</sup> Jornal Esquema Oeste. **Preço da erva-mate aquece o mercado.** Guarapuava. Ano XXIV, n 163. 19 a 25 de junho de 1993. p. 06.

<sup>160</sup> O JORNAL. **Emancipações vão comprometer finanças em Guarapuava.** Guarapuava. Ano I, n 12. 14 de abril de 1991. p. 03.

Assim, os líderes políticos locais consideravam que as emancipações iriam comprometer as finanças de Guarapuava, e denunciavam que “a onda irresponsável de emancipações que está contagiando todo o Brasil poderá trazer sérias consequências para Guarapuava”<sup>161</sup>.

Esses debates também serviam para acirrar intrigas partidárias na política local, que encontrou na imprensa periódica um órgão eficiente para difusão de suas idéias. Em meio aos ataques políticos encontram-se denúncias como esta:

Num momento em que os municípios passam por uma fase de dificuldades financeiras, com a grande maioria não conseguindo sequer pagar seus funcionários, os deputados estaduais, preocupados em criar currais eleitorais promovem uma verdadeira orgia divisionista. Segundo fontes do ministério da Administração, somente este ano com as emancipações serão criados cerca de 500 mil novos empregos públicos, justamente quando a nação chega a um consenso da urgência em reduzir o tamanho da máquina pública, com a reforma administrativa. A criação de um município não significa que o município criado receba do bolo da arrecadação o mesmo valor que perde o município-mãe, pelo contrário, os recursos recebidos diminuem.

O Congresso Nacional está preparando legislação específica para o caso e já está prevista a possibilidade de reversão da emancipação de centenas de municípios emancipados e que não conseguiram viabilizar-se como unidade autônoma<sup>162</sup>.

Percebe-se através desse discurso uma crítica tecida aos desmembramentos de distritos que caracterizariam uma perda econômica para Guaruapuava. Daí a manifestação através da imprensa para evitar que o território fosse retaliado.

A partir dos discursos arrolados, é possível perceber a configuração de Guarapuava na segunda metade do século XX, devido às transformações econômicas, espaciais e sociais porque passou ao longo dos anos.

A história e a tradição foram utilizadas como um fator preponderante para atrair investimentos para a região. Essa discussão pressupõe que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, instituída pelos sujeitos que buscam revelar, classificar, ordenar, ou seja, instituir o real, condicionada a um presente e a um lugar de produção<sup>163</sup>.

---

<sup>161</sup> GAZETA DE GUARAPUAVA. 1995. 25 de novembro de 1995. Ano I. N 1. p. 03.

<sup>162</sup> GAZETA DE GUARAPUAVA. 1995. 25 de novembro... p. 03.

<sup>163</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**

Portanto, pode se dizer que quando se fala da história de Guarapuava se refere a um espaço que se formou e ainda se forma por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados por diferentes agentes da enunciação que conferem a essa história regional uma dada identidade. São olhares regionais e de regionalidade inscritos na sociedade. São o reflexo de pensamentos sobre, e não a totalidade da história de Guarapuava que se instaura a partir da memória.

A partir das construções discursivas analisadas, é possível discutir a construção da história de Guarapuava articulada à memória construída sobre a ocupação dessa região, pois “se a temática da memória foi, inicialmente, campo dos poetas e, a partir do século V a.C., dos historiadores e dos filósofos gregos, foi no século XX que passou a ser importante objeto de reflexão nas ciências humanas”<sup>164</sup>.

Neste caso, as considerações de Pierre Nora quanto às proposições relacionadas à aceleração da história, implicando esfacelamento e morte das memórias grupais e exigindo, em contrapartida, a necessidade de produção de “lugares de memória”, liga-se à discursividade construída por diversos intérpretes sobre o processo de ocupação de Guarapuava, criando e articulando memória, onde se associa o rememorar à construção de referenciais que perpetuam o passado, indica um processo de transição em que passado e presente coexistem num sentido social, de identidade grupal, contribuindo para a formação de uma memória histórica para este espaço regional<sup>165</sup>.

Assim, o passado regional mitificado pela discursividade, vai se tornando conhecido e reconhecido tornando-se fator de mentalidade e identidade coletiva. Segundo Le Goff, “a ligação ao passado começa por adquirir formas inicialmente exasperadas, reaccionárias; depois, na segunda metade do século XX, entre a angústia atômica e a euforia do progresso científico e técnico, volta-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor ou esperança estabelecendo novas relações entre passado e presente”<sup>166</sup>.

---

<sup>164</sup> FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 40.

<sup>165</sup> 167 NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo. N 10, p. 7 – 29, dez. 1993.

<sup>166</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 304.



Seguindo as proposições de Le Goff, entende-se que a partir do século XX, acontece a revolução do moderno. A modernidade, analisada até então apenas ao nível das “super-estruturas” define-se, daqui em diante, a todos os níveis considerados importantes pelos homens do século XX: a economia, a política, a vida quotidiana, a mentalidade. O critério econômico torna-se primordial com a introdução da modernidade no Terceiro Mundo<sup>167</sup>.

O presente é exaltado através do passado. Passado e presente reenviam-se mutuamente, havendo uma interação recíproca e constante, onde a idéia de um progresso linear privilegia sistematicamente o moderno, pois

A modernidade enquanto um novo conceito que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes com a revolução industrial após a segunda metade do século XIX e no século XX. Na passagem do século XIX para o século XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de “modernismo”, termo que marca o endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da “modernização, que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação<sup>168</sup>.

De acordo com essas considerações, pode-se trazer esse debate para as transformações que aconteciam em Guarapuava a partir da década de 1950 pois, de acordo com as proposições de Le Goff, com o primado do econômico e esta definição de modernidade pela abstração, dois novos conceitos entram em jogo na oposição antigo/moderno. Em primeiro lugar, com a economia, o “moderno” é posto em relação, não com o “progresso” em geral, mas com o “desenvolvimento” ou, em sentido mais restrito, segundo alguns economistas liberais, com o “crescimento”.

Para Tembil, os processos sociais no século XX corporificaram a modernização, provocando um sentimento de desenraizamento posto pelas transformações engendradas pelos homens em obediência ao progresso técnico, sendo que

---

<sup>167</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...**

<sup>168</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...**

Nesse contexto, a experiência urbana é assinalada pelo sentimento de não pertencimento e instabilidade da paisagem. A sensação predominante remete à indeterminação do cenário urbano urdido pelo “movimento da deriva” que incita a ausência de certezas e identidades fixas, constituindo, por conseguinte, um mundo bastante fluído. A cidade, nesse sentido, constitui-se cenário e ator para esse torvelhinho de idéias que integram a modernidade, transformando-se num puzzle que incita tornar legível a ilegibilidade que encerra”<sup>169</sup>.

Segundo essa autora, os grandes centros urbanos se colocam como protótipos da cidade contemporânea de maneira a inscrever uma linguagem universal, moldando o imaginário urbano. Mas no que concerne à Guarapuava, considera que

Entretanto, essa cidade contemporânea que parece encerrar somente presente e futuro tem uma trajetória histórica que remete à sua construção no espaço e no tempo. Nesse sentido, a Guarapuava atual congrega temporalidades diversas que, na formação de saberes, acabam se sobrepondo ou, ainda, constituindo-se em amálgamas dos constructos intelectuais que desembocam em representações do passado. Por esse entendimento, vêmo-la dobrar-se pelo menos sobre outras três cidades: a comunidade provinciana – vinculada de forma direta às atividades rurais – que surgiu no bojo da política de ocupação do Brasil Meridional articulada pelas autoridades portuguesas e liderada pelos paulistas em função de suas próprias necessidades; a vila e depois cidade organizada em torno das fazendas de criação e invernagem de gado e atividades tropeiras, após a abertura do Caminho das Missões que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo; e a cidade construída a partir da exploração madeireira, da vinda de correntes migratórias e mecanização agrícola”<sup>170</sup>.

Assim, quanto à configuração da história de Guarapuava na conjuntura analisada, cabe dizer que existe “outro paradoxo, ou ambiguidade: o “moderno” à beira do abismo do presente, volta-se para o passado. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história. Modernidade e moda retro caminham a par. Este período, que se diz e quer totalmente novo, deixa-se obcecar pelo passado: memória, história”<sup>171</sup>.

Seguindo as proposições expostas considera-se que na história de Guarapuava o antigo e o moderno conviveram, uma vez que:

a oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e correspondentes conceitos nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional”

<sup>169</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 30.

<sup>170</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 15.

<sup>171</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 391.

e moderno, por “recente” ou “novo” e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras<sup>172</sup>.

Assim, o antagonismo moderno/antigo é constituído pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado. Se por um lado, a consciência da modernidade nasce de um sentimento de ruptura com o passado, por outro, especificamente no caso estudado, pode se considerar que o passado serve de referência às representações da modernidade.

Embora o moderno seja aclamado e desejado, a história construída pela sociedade tem muita importância nesse jogo dialético travado entre o passado e os novos valores surgidos com a modernização e o progresso. Termos carregados de sentidos, uma vez que “o futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje, que procuram as suas raízes e a sua identidade, e mais que nunca fascina-os<sup>173</sup>.

Nesta evocação pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança. A inovação aparece muitas vezes nas sociedades sob a forma de um regresso ao passado. No sentido proposto por Le Goff, quando este se refere ao valor da memória e ao valor atribuído aos acontecimentos memoráveis, a história constitui para esse grupo social a conquista do seu passado coletivo, conduzindo a história.

A maior parte das sociedades considera o passado como modelo do presente. O passado é reconstruído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado, uma vez que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”<sup>174</sup>.

Embora haja nesta época um certo desenvolvimento urbano em Guarapuava, mantinha-se o espírito da tradição e da rememoração para validar as proposições do discurso do desenvolvimento urbano. A incorporação da comparação entre passado e presente tornou-se uma recorrência constante nos textos de jornal e nos discursos políticos. Para Le Goff, passado e presente são

---

<sup>172</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 370.

<sup>173</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 307.

<sup>174</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 47.

elementos importantes para uma concepção de temporalidade, pois é no passado conhecido e reconhecido que se afirma uma identidade junto à consciência social.

Há em Guarapuava uma distinção entre a inovação e modernização técnica e econômica e o que pode se chamar de inovações sociais e culturais. Há por um lado, uma recepção de técnicas modernas e por outro, a conservação dos valores próprios legados pela herança histórica da região com o objetivo de resguardar o patrimônio antigo, ao mesmo tempo em que desenvolve o caráter de moderno.

Através dos jornais locais há uma recorrência de notícias quanto à reurbanização, contatos com empresários estrangeiros e investimentos na região, dando ênfase ao potencial econômico de Guarapuava e à infra-estrutura oferecida às indústrias que se dispusessem a se instalar na região, sendo que o prefeito Cezar Franco “reforça o seu pensamento de que Guarapuava torna-se, a cada dia, um pólo de desenvolvimento social e econômico”<sup>175</sup>.

A partir das transformações no meio urbano de Guarapuava, procurava-se construir uma imagem associada à modernidade. A modernização, sempre retratada pelo poder público através da imprensa periódica, contribuía à proposições intencionais dos discursos e à formação de uma imagem urbana, ainda mais com a conclusão da ferrovia Ferroeste em 1994, que ligou Guarapuava à Cascavel. Quanto a essa questão o Jornal Esquema Oeste noticiava que

A construção da Ferroeste agilizará ainda mais o corredor de exportação do Paraná. A afirmação foi feita pelo governador Mario Pereira, na última Quinta-feira, quando esteve vistoriando as obras de construção da ferrovia, ao lado do presidente da Ferroeste, José Carlos Sendem Junior. A entrega do trecho Guarapuava-Cascavel foi confirmada para o final deste ano a direção da Ferrovia aguarda a liberação de recursos por parte do Governo para o início da etapa Cascavel-Guaíra. O transporte precisa ser encarado com responsabilidade, disse o governador, lembrando a necessidade de se racionalizar o setor fazendo-o funcionar conjuntamente e bem<sup>176</sup>.

Nesse contexto, tanto as formas urbanas impostas pela modernidade quanto os resquícios do passado deviam ser preservados e repensados como

<sup>175</sup> Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano XXIII, n 1146. 1993. p. 05.

<sup>176</sup> ESQUEMA OESTE. **Mario Pereira visita a Ferroeste e confirma entrega para este ano.** Guarapuava: Ano XXV, n 1114. 11 a 17 de junho de 1994. p. 01.

elementos de uma dinâmica social estabelecida no tempo e no espaço. O passado está presente nas representações construídas sobre Guarapuava com diversos sentidos e significados, e uma infinidade de possibilidade de interpretações.

Portanto, tem-se nesta região um desenvolvimento que invoca o passado, em consequência das diversas fórmulas políticas e ideológicas, conclamando o que de moderno convém a essa sociedade, praticando uma modernização seletiva, parcial, lacunar, procurando um equilíbrio entre modernização e tradição. A modernização em Guarapuava, portanto, travou um debate entre o antigo e o moderno, entre o passado e o presente, principalmente no plano discursivo.

Essa sociedade projetou as bases de seu desenvolvimento no passado. Essa oposição antigo/moderno é um dos conflitos pelo qual ela viveu relações contraditórias com o passado, um presente sentido como passado, mesmo à revelia da pressão que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades contribuindo para as transformar.

Segundo Tembil, o ideal de modernidade, desembocou em uma nova estética urbana, onde velhos casarões eram demolidos para dar lugar à construções que atendiam às demandas de padrões modernos, havendo uma verticalização da cidade. Nesse sentido “em Guarapuava, podemos observar que, com vistas à valorização do centro e, ainda, com base na “lógica da modernização”, muitos palacetes e casas, construídos durante o período do tropeirismo e mesmo anterior a ele, foram demolidos durante as décadas de 1970 e 1980, em especial na primeira, que pode ser considerada a “década da picareta”<sup>177</sup>. Assim, o discurso de modernização e progresso justificavam as transformações no espaço urbano de Guarapuava.

A idéia de progresso tornou-se o fio condutor que orientava para o futuro, dividindo os partidários do progresso material e as desilusões daqueles abatidos pela destruição do patrimônio histórico e cultural da região, voltando-se deliberadamente para o passado. Isso é perceptível na fala de muitos intérpretes regionais, como na que segue: “longe vai o teu passado, de vivência acomodada,

---

<sup>177</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 118.

os amigos se encontrando lá na calçada”<sup>178</sup>. Nesse exemplo, se nota uma relação nostálgica com a Guarapuava de outrora.

Na comemoração dos 172 anos de emancipação política de Guarapuava, o Jornal fez uma exposição de fotos que retratava a vida guarapuavana ao longo de sua história. Em uma das reportagens dessa edição, enfatizava que “alguém já disse que o progresso é uma faca de dois gumes. Deixa alguns alegres e outros entristecidos, pois no decorrer dos anos, velhas relíquias foram destruídas para dar lugar a novas e modernas construções”<sup>179</sup>.

A partir daí, essa reportagem passa a elencar as construções antigas que foram desaparecendo em Guarapuava e infere que “salvou-se o antigo solar do Visconde de Guarapuava, quando ia sendo vendido. A Prefeitura o desapropriou, na gestão do ex-prefeito Juvenal de Assis Machado, no quadriênio 1848/51, neste sendo instalado o Museu Guarapuavano. Do prédio da senzala, que existia nos fundos, restaram apenas as suas paredes”<sup>180</sup>.

Prossegue dizendo que “o velho casarão da Prefeitura Municipal foi adquirido pelo Banco Bradesco, que transformou o pátio em local de estacionamento de veículos. O solar de Antonio Lustosa de Oliveira vendido ao Banco Banestado”<sup>181</sup>.

Neste caso, portanto, se pode perceber a ambiguidade discursiva que se fez presente em Guarapuava, pois ao mesmo tempo que clamava pela modernidade, apresentava uma apego ao passado. As edificações modernas que vinham sendo construídas em Guarapuava e que pretendiam sobrepor a estrutura colonial, ao mesmo tempo que conotavam uma imagem moderna, também fomentava discussões em torno da questão da memória histórica da região.

Embora materialmente Guarapuava se transformasse através dos projetos municipais de racionalização do espaço e infra-estrutura, no plano discursivo há

---

<sup>178</sup> NUNES, Ester Freitas. **Guarapuava teu passado, presente!** O JORNAL. Guarapuava. Ano I, n 47. 08 de dezembro de 1991. p. 18.

<sup>179</sup> PODOLAN, José. **História guarapuavana de outrora.** O JORNAL. Guarapuava: Ano I, n 19. 22 de junho de 1991. p. 05.

<sup>180</sup> PODOLAN, José. **História guarapuavana...** p. 05.

<sup>181</sup> PODOLAN, José. **História guarapuavana...** p. 05.

um apego ao passado, um sentimento nostálgico que muito embora estivesse sendo utilizado a partir dos interesses presentes, fez-se presente na configuração dessa época. Preservava-se o passado com a mesma intensidade com que se construía o futuro.

Em outro discurso, percebe-se o lamento e a nostalgia por uma época passada, onde seu autor indaga “onde foi parar a minha rua? Sem as pedras soltas, lisinha, própria para jogar búlica com o Robério, o Zinho, o Artur e outros tantos que a lembrança torna-os nebulosos”<sup>182</sup>.

Esse discurso denota um apego ao passado e o lamento de que não haja mais referência com um determinado espaço vivencial. Segundo Tembíl, mesmo que não haja resíduos materiais tangíveis que permitam visualizar a cidade passada, pode-se recuperá-la, na esfera das representações, ao buscar aproximações mediante coleta de fragmentos, em grande parte de caráter subjetivo, pois a partir da década de 1990,

Com efeito, na imagem projetada para Guarapuava verificamos a presença de uma nova estética urbana, permeada pelas constantes mutações de forma a fazer com que o traçado colonial ficasse esmaecido. Entretanto, não podemos ignorar que em meio a esse cenário moderno ainda é possível captar os trechos apagados pelo tempo. Para isso, antes de tudo, é necessário ter olhos acurados no sentido de perceber a cidade em sua historicidade de produção”<sup>183</sup>.

Os discursos analisados, não apresentam uma síntese de Guarapuava, mas encerram uma pluralidade discursiva, que muitas vezes apresentando idéias aparentemente opostas, apresentam uma forma de pensar Guarapuava naquela conjuntura específica. Segundo Tembíl, no que diz respeito ao aspecto material, Guarapuava rompeu os vínculos com o passado, porém a história não se encontra apenas nos registros materiais mas também, nos discursos sobre eles.

Portanto, se houve um rompimento com o passado no aspecto material, o mesmo não se deu no plano discursivo, pois a recorrência ao discurso épico da conquista regional, como visto anteriormente, por muitas vezes forneceu as bases para os discursos presentes da modernização e do desenvolvimento regional.

<sup>182</sup> Jornal Esquema Oeste. **Relembrando**. Guarapuava: Ano IV, nº 169. 30 de abril de 1994. p. 02.

<sup>183</sup> Tembíl, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias...** p. 130.

Os apelos locais em prol da preservação da memória histórica de Guarapuava foram transformados em projeto político pela administração municipal a partir da década de 1990. Nesse contexto, percebe-se uma postura discursiva que denotava uma preocupação com a valorização do patrimônio histórico de Guarapuava, no bojo de uma política estadual.

Nessa década, se buscou nas políticas públicas de preservação do patrimônio histórico, respostas para as angústias pertinentes à sociedade que clamou pela modernidade. Essa postura discursiva que integrará as políticas preservacionistas municipais, pressupõem que preservando a memória, preservaria elementos que identificariam os indivíduos com um determinado espaço.

No final do século XX têm-se, portanto, as interpretações sobre a história de Guarapuava. A partir delas, no próximo capítulo, será engendrada uma discussão com relação ao projeto acima referido, entendendo que os discursos e as práticas em torno da história de Guarapuava, perpassaram em grande grau, a concepção de história que norteou essas ações.



## CAPÍTULO III

### POR UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO HISTÓRICO REGIONAL

Guarapuava encerra no transcorrer de sua existência, valorosas contribuições para formação cultural do Paraná e do Brasil. As lutas, as marcas das conquistas, as biografias e os legados dos heróis devem ser levados às gerações futuras. A história, muito bem definida por Fustel de Coulanges, é o laboratório experimental da humanidade. Deve-se ter os pés fincados no presente, os olhos voltados para o futuro, mas não olvidar a experiência do passado. A este devemos reverência. Assim, surge a necessária preocupação em criar e atribuir a esse colegiado a responsabilidade de preservar esse tesouro incalculável, aquilo que “gente da minha terra” mais orgulha-se, que é o patrimônio histórico da “Terra de Guairacá”.

(Projeto de Lei n 003/92 que prevê a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava).

#### **3.1 – Projeto político: construindo memória, construindo identidade**

A partir da discussão do capítulo anterior, foi possível entender a relação que essa região viveu em meio aos clamores da modernidade e do progresso, ao mesmo tempo em que vivia uma relação nostálgica com o seu passado.

Nesse sentido, entender a mobilização de diversos porta-vozes regionais durante toda a segunda metade do século XX em prol da história de Guarapuava, mostra que não se pode pensar essa história através do viés progressista e desenvolvimentista dessas décadas, pois seria generalizá-la, sem levar em consideração as especificidades locais, o que faria pensar a história como uma via de mão única rumo ao progresso e desenvolvimento.

Como já mencionado, não há uma uniformidade discursiva na região. Ao mesmo tempo em que há um clamor por progresso, há aqueles que reverenciam o

passado. Porém, esses discursos não se anulam ou se excluem, ao contrário, se completam. Portanto, tem de se ficar atento para que cada discurso seja analisado em sua especificidade.

No início da década de 1990, a prefeitura municipal de Guarapuava transformou em projeto político os clamores em prol da preservação da memória histórica de Guarapuava. Nesse momento, há uma preocupação com a questão dessa memória, sendo que a história de Guarapuava seria um suporte para o crescimento, para que a região se transformasse em um pólo de desenvolvimento econômico. Pretendia-se construir uma imagem que passava pelas obras realizadas no plano material e pela melhoria da qualidade de vida da população, mas que também passava pela preocupação com a preservação do patrimônio histórico, como estratégia de imagem dessa região.

Para tanto, foram elaboradas políticas públicas para a preservação desse patrimônio. O poder público propiciava o desenvolvimento regional, porém a cidadania e o resgate da memória de Guarapuava eram pontos importantes para construir uma imagem da região. As ações caminhariam no sentido de promover Guarapuava no cenário estadual e nacional.

Portanto, o que efetivamente ocorreu foi a instituição a partir da década de 1990 de um projeto que tinha como objetivo “resgatar” e “preservar” a memória histórica de Guarapuava. O Jornal Gazeta de Guarapuava constantemente faz referência em suas páginas sobre esse projeto promovido pela prefeitura municipal em 1991 denominado “Resgate da Memória”. O objetivo era discutir a memória cultural da região, despertando a sociedade guarapuavana para a importância da preservação de sua memória.

Nesse sentido o jornal Esquema Oeste noticia que na área da cultura, o então prefeito municipal Fernando Ribas Carli destacou o projeto “resgate da memória”, que prevê restauração de casarões antigos, painéis de época, filmes, fotografias, objetos históricos e depoimentos de pessoas que viveram em Guarapuava ao longo de seus 172 anos de história. Essa iniciativa contou com a participação do Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, César Franco, sendo que “a idéia do secretário César Franco é envolver as pessoas da

comunidade que trabalham com a cultura e despertar o sentido de valorização da história guarapuavana”<sup>184</sup>.

O referido jornal estampa na primeira página: “Memória começa a ser resgatada” e enfatiza que “... além disso, a reunião de terça-feira última, na Casa da Cultura, traçou um plano para fazer o resgate da memória histórica do município, com a pintura de painéis (reproduzindo prédios antigos) e gravando testemunho de personalidades relacionadas à história. Antes de iniciar a discussão, a administração municipal já vinha restaurando casarões antigos”<sup>185</sup>.

Ainda sobre a referida reunião lê-se “Prefeitura abre debate sobre preservação da história local”. No seguimento da notícia destaca que:

um debate, na terça-feira, 5, na Casa da Cultura, abriu a discussão sobre a necessidade de preservação da memória histórica de Guarapuava. A iniciativa é da prefeitura municipal – que já vem desenvolvendo um programa de restauração de prédios históricos – e contou com a participação de historiadores, professores, proprietários de casarões antigos e pessoas interessadas da comunidade<sup>186</sup>.

O Jornal Esquema Oeste entrevistou Murilo Walter Teixeira perguntando sua opinião sobre a iniciativa da prefeitura municipal de abrir uma discussão sobre a preservação da memória histórica de Guarapuava, ao que ele respondeu: “foi feito um debate sobre a manutenção de nossa memória histórica. Acho que ainda falta uma norma, uma orientação do órgão público, para definir melhor como a sociedade deve agir. Mas já houve, sem dúvida, um começo para a preservação de nossa memória”<sup>187</sup>.

Esse projeto vinculava-se à uma política estadual de preservação da memória, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná denominado “Paraná da Gente”, e que tinha como objetivo a mobilização das

<sup>184</sup> Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano XXVII, nº 1091. 25 a 31 de janeiro de 1992. p. 12.

<sup>185</sup> Jornal Esquema Oeste. **Memória começa a ser resgatada**. Guarapuava: Ano XXII, nº 1093. 08 a 14 de fevereiro de 1992. p. 01.

<sup>186</sup> Jornal Esquema Oeste. **Prefeitura abre debate sobre preservação da história local**. Guarapuava: Ano XXII, nº 1093. 08 a 14 de fevereiro de 1992. p. 12.

<sup>187</sup> Jornal Esquema Oeste. Guarapuava: Ano XXII, nº 1100. 28 de março a 03 de abril de 1992. p. 07.

comunidades locais e regionais do Estado para que atentassem para a necessidade de valorizar e preservar o patrimônio cultural do Paraná.

Teresa Jussara Luporinni, ao analisar essa política cultural formulada e adotada pelo governo do Estado do Paraná, na gestão 1991-1994, recorta, metodologicamente, a política setorial da área da cultura optando pela análise das ações desenvolvidas, no âmbito da preservação.

Essas ações apontam para a constituição de um inventário de bens culturais destinando a manter/consolidar a identidade cultural paranaense e, neste sentido, criando “lugares da memória”, procurando verificar como as ações foram postuladas, a nível do discurso e, se a postura assumida pelo governo respondeu a demandas, existentes ou emergentes, na sociedade paranaense. Segundo a autora, para desenvolver seu trabalho,

foi analisado o plano de ação do Estado, estabelecendo os indicativos de sua concepção e execução, uma vez que foi somente nesta década que, pela primeira vez, o governo paranaense criou um programa que objetivou a elaboração de um inventário de bens culturais que atingiu significativa “amplitude territorial e temática”, e, segundo sua ótica, privilegiou os eixos de democratização, descentralização, socialização e preservação da identidade paranaense<sup>188</sup>.

A autora constatou que ocorreu a criação de um espaço para o surgimento/implementação da consciência preservacionista nos municípios paranaenses atingidos pela proposta governamental, embora não se tenha efetivamente colaborado para a democratização da cultura e a socialização do conhecimento, nos níveis idealizados pela política oficial.

Evidenciou-se ainda, que a questão patrimonial está articulada à questão cidadã e é a formulação de políticas culturais de inspiração democrática que afasta o enfoque conservador, xenófobo, saudosista para dar lugar à consciência do uso social do patrimônio cultural, permitindo a democratização dos espaços culturais e a socialização do conhecimento da realidade patrimonial paranaense<sup>189</sup>.

Segundo o plano desse projeto, pretendia-se mobilizar os municípios paranaenses no que concerne à discussões sobre o patrimônio cultural, das

---

<sup>188</sup> LUPORINNI, Teresa Jussara. **Lugares da memória no Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural**. Ponta Grossa: Olhar de professor, 1998. V. 1. p. 116.

<sup>189</sup> LUPORINNI, Teresa Jussara. **Lugares da memória no Estado do Paraná...** p. 117.

especificidades de cada município, sua história, seus bens culturais, seus recursos e suas tradições, sendo que “este debate, iniciado na década de 1990, com a primeira gestão do governador Roberto Requião, apresentou resultados interessantes que podem servir de ilustração de uma política cultural consistente e profundamente enraizada em algumas comunidades paranaenses, como tantos exemplos temos tido no início desta administração”<sup>190</sup>.

Essas demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural por parte das autoridades constituídas, tiveram ressonância em Guarapuava, onde se pode perceber o trabalho instituído pela prefeitura municipal em torno do resgate e preservação de sua memória.

A implementação dessa discussão sobre o resgate e a preservação dessa memória torna-se explicativa do modo que essa sociedade se constituiu e se desenvolveu, explicando as relações dessa sociedade com seu espaço. As práticas públicas na área cultural, constituem um espaço de interpretação pela produção de uma série de documentos que constróem um incurso sobre o tema da preservação da memória.

Há dessa forma, uma mobilização em prol do “resgate e preservação” da memória. Porém, essa mobilização não se restringiu somente à década de 1990. O que ocorreu nessa década foi a instituição de um projeto que visava discutir a memória histórica de Guarapuava, mas a preocupação com relação a essa questão, já vinha sendo demonstrada nas décadas anteriores como se depreende da documentação existente nesse sentido.

O homem, o tempo e o espaço constituem pontos fundamentais de uma política da memória, criando instituições de memória: arquivos, bibliotecas, museus, fazendo como no caso da região estudada, da casa onde morou o Visconde de Guarapuava, personagem ilustre da região, o local apropriado para abrigar o Museu Municipal, onde a memória se torna história.

---

<sup>190</sup> Projeto “Paraná da Gente” desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná em 2006.

Foto 1: Museu Municipal Visconde de Guarapuava.



Fonte: FotoArkivo

A preocupação com a restauração desse museu em 1972 denota essa preocupação com a memória local. O Jornal Esquema Oeste traz a notícia sobre o “Nôvo Museu” referenciando que:

O Museu Visconde de Guarapuava está na mira da administração municipal, que deseja uma total remodelação no prédio onde o mesmo está localizado. Segundo conseguimos apurar, a administração do Museu, passará ao Departamento de História da Faculdade Estadual, que montará uma completa biblioteca, nos fundos do museu. Segundo o projeto na semana da Independência, será entregue o Museu ao Departamento de História. Durante os trabalhos de remodelação do prédio, o museu deverá continuar funcionando em local a ser designado<sup>191</sup>.

Dessa forma, descrever e ordenar fatos de acordo com tradições estabelecidas, virando-se esta história para a história do início e de seus heróis culturais e dos míticos fundadores da região, significa perpetuar a memória, uma vez que

uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro<sup>192</sup>.

A história que se construiu para Guarapuava a partir da idéia de conquista de seu território, sacralizou o passado. A análise desse discurso histórico corrobora a verificação que nestas concepções do regional, a atenção pelo

<sup>191</sup> Jornal Esquema Oeste. **Novo Museu**. Guarapuava: Ano II, n 103. 10 a 16 de maio de 1972. p. 05.

<sup>192</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social...** p. 312.

passado desempenha um papel importante na construção de um imaginário social.

Esse imaginário entendido no sentido proposto por Baczko, como um aspecto da vida social, da atividade dos agentes sociais e concordando no sentido de que esses imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer sociedade produz, onde “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações colectivas numa linguagem”<sup>193</sup>.

Através dos seus imaginários sociais, uma sociedade designa a sua identidade, elabora uma representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, pois “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades têm os seus modos de funcionamento específicos a esse tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu “pessoal”<sup>194</sup>.

Sendo assim, para Baczko o imaginário social atua como uma das forças reguladoras da vida coletiva, definindo inclusive, de forma mais ou menos precisa, as formas de relação dos indivíduos com esta coletividade. Dessa forma, para que a história de Guarapuava tivesse um sentido, e esse sentido passa sempre por um pensamento elaborado sobre o passado, são realizadas leituras constantes de um passado já cristalizado em função do presente, uma vez que “qualquer grupo social fabrica imagens que exaltam o seu papel histórico e a sua posição social, não se definindo senão através dessas representações”<sup>195</sup>.

Assim, segundo o mesmo autor, encontra-se o imaginário em toda formação social como solo elementar de sua construção, traçado simbólico que organiza as forças constitutivas de um determinado sistema histórico, naturalizando imagens e valores em situações históricas precisas, fazendo apelo à

---

<sup>193</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social...** p. 311.

<sup>194</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social...** p. 309.

<sup>195</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social...** p. 307.

memória coletiva, a tradições, que conferem o selo de autoridade a esquemas sociais dados, sendo que sua autoridade repousa na receptividade, ou seja nas condições de possibilidade das representações hegemônicas em determinado momento<sup>196</sup>.

Nessa perspectiva, o controle do imaginário social, da sua produção, reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças, pois:

A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo à comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente no processo da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum<sup>197</sup>.

Atravessando e interferindo em toda a constituição das formações discursivas, instaurando paradigmas e papéis, criando normas, valores e verdades, determinando as fronteiras e as margens, o imaginário, em sua ambiguidade fundamental, explora os obscuros traçados do desejo, campo privilegiado de apreensão do social, onde

os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que se assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações<sup>198</sup>.

Os elementos simbólicos foram importantes na formação de uma imagem que se divulgava junto à população. Nesse sentido, em 1974 durante a administração de Nivaldo Kruger foi montada uma comissão com a incumbência de exumar e transladar os restos mortais do Padre Chagas, de Santana do

<sup>196</sup> SWAIN, Tânia Navarro. **Você disse imaginário?...**

<sup>197</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social... p. 311.**

<sup>198</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social... p. 311.**



Parnaíba – SP para Guarapuava. A urna com os restos mortais do padre foi introduzida em um monumento na Praça IX de Dezembro. No monumento erigido para guardar as cinzas do padre Francisco das Chagas Lima consta a seguinte inscrição:

Padre Francisco das Chagas Lima

Neste monumento foram depositadas as cinzas do Reverendíssimo Padre **Francisco das Chagas Lima**, benemérito fundador da cidade de Guarapuava e seu primeiro Vigário Colado. Nascido em 1757 em Curitiba e falecido a 6 de outubro de 1832 em Parnaíba – Estado de São Paulo. Homenagem da Prefeitura Municipal de Guarapuava e de seu povo no 155 aniversário de fundação sendo Prefeito o Sr. Nivaldo Passos Kruger

IX – XII – MDCCCXIX

IX – XII – MCMLXXIV 114

09 – 12 - 1819201

-

09 – 12 - 1974<sup>199</sup>

Foto 2: Monumento que contém as cinzas do Padre Francisco das Chagas Lima



Fonte: Monumento fotografado por Edilane Lacheski em 25/02/2009.

Nesta mesma praça ainda, existem dois bustos, sendo um em homenagem à Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava<sup>200</sup> erigido em 1953 na gestão do prefeito José de Matos Leão. Na inscrição pode-se ler: “**Antônio de Sá Camargo**. Visconde de Guarapuava. Inscrição: 1853 – 1953. Homenagem do município de Guarapuava ao Visconde de Guarapuava. Herma inaugurada na

<sup>199</sup> Inscrição do monumento erigido na Praça IX de Dezembro em Guarapuava, contendo as cinzas do Padre Chagas.

<sup>200</sup> Para saber mais sobre Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava ver: SANTOS, Zeloí Martins. **Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná**. Universidade Federal do Paraná: Tese de Doutorado, 2005.

gestão do Prefeito José de Matos Leão”. O outro busto homenageia Afonso Alves de Camargo, onde consta a seguinte inscrição: “**Dr. Afonso Alves de Camargo.** Nascido em Guarapuava em 25.09.1873. Governador do Estado do Paraná. Deputado Federal, Estadual e Senador da República. Homenagem de seus conterrâneos”.

Através desses monumentos, recorre-se a uma forma comemorativa, na intenção de imortalizar os homens e seus feitos, fazendo conservar através de imagens e inscrições a lembrança de uma época, perpetuando a imagem de um triunfo.

Segundo as proposições de Le Goff, atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, tendo como características o ligar-se ao poder de perpetuar a recordação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas no sentido de salvar e exaltar a memória.

Foto 3: Busto de Antônio de Sá Camargo.

Foto 4: Busto de Afonso Alves de Camargo.



Fonte: Bustos fotografados por Edilane Lacheski em 25/01/2009

Os monumentos existentes nas praças de Guarapuava, denotam a preocupação em se criar patrimônios ligados às estruturas históricas dessa sociedade, um bem destinado ao usufruto dessa sociedade, constituído pela acumulação contínua de elementos relacionados à sua história e que se congregam por seu passado comum, uma herança compartilhada, onde “a história

de um lugar pode ser evidenciada, percebida e contada de inúmeras formas. Basta que estejamos atentos para ler o traçado de suas ruas, a denominação dada a elas, as estátuas, bustos e monumentos que estão localizados nas praças públicas e parques”<sup>201</sup>.

Quanto ao monumento do índio Guairacá erigido em Guarapuava, o jornal Folha do Oeste esclarece que

[...] trata-se do projeto da construção por parte da Prefeitura local, do monumento consagrado à memória do intrépido Cacique Guairacá, soberano absoluto, em priscas eras, defensor das terras que hoje constituem a vasta região territorial do Oeste paranaense, cujo pórtico de entrada situava-se na alcandorada Serra da esperança, como um marco altaneiro, da soberania Guairacaense<sup>202</sup>.

Este jornal considera que o monumento erigido em homenagem ao índio Guairacá “é uma idéia feliz, oportuna, patriótica”<sup>203</sup>, em consonância com as idéias do contexto histórico nacional. Na inscrição do monumento ao índio Guairacá pode-se ler:

Coivi oguerekô yara  
(esta terra tem dono).  
Cacique Guairacá  
“índio líder do Brasil e do Paraná”  
(Romário Martins).  
Homenagem do povo de Guarapuava e do Paraná.  
XIXIV – MCMLXXVIII.  
Original de J. Turim. Modelagem de J. Aquino.

<sup>201</sup> ORIÁ, Ricardo. **A história em praça pública: a leitura da cidade através de seus monumentos históricos**. Porto Alegre: Revista Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico – Cultural, 2000. p. 220.

<sup>202</sup> Jornal Folha do Oeste. Guarapuava: Ano XXXVIII, n 1433. 08 de fevereiro de 1976. p. 02.

<sup>203</sup> Jornal Folha do Oeste. Guarapuava: Ano XXXVIII... p. 02.

Foto 5: Estátua do Cacique Guairacá erigida em um dos trevos de Guarapuava.



Fonte: FotoArkivo

Discutir a história de Guarapuava através da construção de sua memória significa analisar, como indica Nora os “lugares de memória”: estados, meios sociais e políticos, comunidades com experiências históricas ou gerações levadas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que eles fazem da memória. Esse encaminhamento permite pensar essa história nos quadros de produção do imaginário que conduz às visões de mundo e de sociedade, uma vez que

Esta perspectiva nos leva também a rever a História da Cultura, no campo da produção e da representação do imaginário, encaminhamento fundamental para que possamos fazer o estudo crítico da cultura tomada como objeto histórico. É por esta via que o historiador e a história podem contribuir para a discussão em torno da idéia de Patrimônio Cultural. Não para prestar apenas informações factuais acerca dos tempos passados, mas para pensar criticamente, a partir do presente, as múltiplas dimensões da construção do passado<sup>204</sup>.

A história de Guarapuava, portanto, pode ser analisada também a partir do estudo dos lugares da memória coletiva como os arquivos, as bibliotecas e os museus e lugares simbólicos como as comemorações, os aniversários ou os emblemas. A atração do passado verifica-se também nos nomes das ruas e praças de Guarapuava, escolas e instituições públicas.

---

<sup>204</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate.** Revista da Associação Paranaense de História. Curitiba, ano 9, n 17, 1988. p.246.

Nesse sentido, deve-se mencionar a preocupação com a criação de um Arquivo Público, onde

A Faculdade de Filosofia de Guarapuava propôs à Câmara Municipal a criação, por Lei, de um Arquivo Público que funcionaria no prédio do estabelecimento, sob a orientação do departamento de História, que organizará a documentação dentro das arguístas, propiciando desta forma aos alunos, professores e pesquisadores em geral, subsídios para o estudo e pesquisa nas fontes primárias.

A iniciativa do departamento de História foi tomada tendo em vista ser Guarapuava uma das cidades mais antigas do Paraná e possui um valioso acervo documental, sendo por isso necessária a preservação e guarda da documentação de qualquer natureza, referente às origens, história, desenvolvimento, cultura e folclore do município. A aprovação da Lei, pela Câmara, representará o passo final para os entendimentos já mantidos nesse sentido entre o Departamento de História da Faculdade e o prefeito Nivaldo Kruger. Em recente audiência com o chefe do Executivo, membros do Departamento de História expuseram as razões da criação do Arquivo Público, que foram julgadas válidas, daí resultando a proposta de um termo de convênio entre a Prefeitura Municipal e a Faculdade de Filosofia.

O documento já está aprovado e assinado pelos órgãos competentes da faculdade, faltando apenas a autorização da Câmara para que também a prefeitura possa assinar. Entre os responsáveis pelo Departamento de História, a aprovação da Lei é tida como certa, “pois desta forma a faculdade está em condições de prestar mais um serviço à Comunidade, cumprindo assim seus objetivos e mais uma etapa dos planos previstos para 1976<sup>205</sup>.”

Porém, somente em 1989, as reivindicações pela criação do Arquivo Histórico transformam-se em Projeto de Lei, através do vereador Vitor Hugo Burko, que propõem a instalação de um Arquivo público nas dependências da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. Para tanto infere que

Esta possui interesse e todas as condições necessárias para a instalação definitiva desse Arquivo em suas dependências, já efetuando, através de convênio com a Prefeitura Municipal, desde 08 de julho de 1976 esse importante serviço de preservação histórica. A continuação de tal serviço virá a permitir a facilitação da descoberta, de nossa história, bem como garantirá a continuidade de sua preservação, já que através desse Arquivo terão os historiadores melhor acesso as fontes historiográficas, bem como a certeza de sua não destruição.

Dessa forma, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Vereadores, na certeza de que com sua aprovação estaremos garantindo o resguardo de nossa importante história, e dessa forma rumando com maior firmeza ao encontro do futuro que todos esperamos<sup>206</sup>.

<sup>205</sup> Jornal Esquema Oeste. **Faculdade propõe Arquivo Público**. Guarapuava: 19 – 25 de junho de 1976. Ano VII, n. 315.

<sup>206</sup> Projeto de Lei. s/n.

O vereador justifica esse projeto considerando que, apesar de Guarapuava já contar naquela época com quase 170 anos de existência, muito pouco ainda se sabia sobre sua história, bem como, muita documentação importante já havia se perdido pela falta de um local adequado para seu arquivamento.

Atendendo à essa solicitação, o Arquivo Histórico Municipal foi criado pela Lei nº 067/89 e instalado nas dependências da FAFIG, posterior UNICENTRO, mediante convênio com a municipalidade, ficando a Faculdade encarregada pela guarda e preservação da documentação histórica, estabelecendo sistemática para visitação pública, estudos e pesquisas.

Segundo o artigo 2 da referida Lei “a Prefeitura Municipal de Guarapuava, bem como a Câmara Municipal e demais órgãos da Administração Pública Municipal, cederão ao Arquivo Histórico Municipal todos os documentos do “Arquivo Morto” que possuam alguma importância histórica”<sup>207</sup>. Em seguida, explica que “considera-se “Arquivo Morto” para efeito desta Lei o documento ou conjunto de documentos que não tenham mais quaisquer possibilidade de utilização pelo órgão de origem, sendo aqueles que já se encontrem em fase de descarte, (sic) insineração ou quaisquer outras formas de destruição”<sup>208</sup>.

Essas considerações corroboram à fatos como a preocupação com questões relacionadas à história de Guarapuava durante todo o século XX, inclusive nas décadas de discursos progressistas e modernizantes. A aceleração da história levou certas sociedades a se ligarem nostalgicamente às suas raízes, daí o gosto pela história, o interesse pelo folclore, o entusiasmo por fotografias criadoras de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio<sup>209</sup>.

Segundo Ulpiano Meneses, falar de Patrimônio Cultural é falar de valores. A tendência de transferir para as coisas traços próprios das relações entre os homens é o que define a reificação, inversão insidiosa quando se trata do tema da cultura. Esses valores são sempre atribuídos. Daí serem sempre historicamente marcados<sup>210</sup>.

---

<sup>207</sup> Lei n. 067/89.

<sup>208</sup> Projeto de Lei n 067/89.

<sup>209</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória – História...** p. 305.

Assim, para se falar de valores culturais, exige-se conhecimento das redes de interação por intermédio dos quais são sempre produzidos, armazenados, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados os valores. Neste processo, as coisas materiais e seus atributos (físicos) frequentemente desempenham papel de enorme relevância. Por meio delas os indivíduos e grupos sociais categorizam os fenômenos, as formas de relação, as instituições, as pessoas, sinalizando e qualificando, negativa ou positivamente, induzindo, enfim, a uma determinada repartição de direitos e obrigações. Não se trata, pois, de uma atividade meramente especulativa, cognitiva, mas concreta, prática – política. É por isso que o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza<sup>211</sup>.

A Constituição Federal de 1988 determina que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>212</sup>.

Ainda, considera Meneses que “para entender o patrimônio cultural nesse quadro que lhe é próprio – como fenômeno social, sempre vinculado a um espaço e tempo específicos – é preciso entender também historicamente as formas de sociabilidade, que são extremamente variáveis”<sup>213</sup>. Assim, o patrimônio cultural se define como complexo fenômeno social. Consequentemente, é indispensável defrontar-se com o problema do valor e dos sistemas de valor que toda sociedade formula, segundo seus diversos segmentos. Para tanto, este autor sugere que sejam analisadas quatro categorias de valor, capazes de operar na definição do significado cultural de um bem: os valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos.

---

<sup>210</sup> MENESES, Ulpiano. **O patrimônio Cultural entre o público e o privado**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPHG, 1992. p. 189 – 194.

<sup>211</sup> MENESES, Ulpiano. **O patrimônio Cultural entre o público...** p. 189.

<sup>212</sup> Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

<sup>213</sup> MENESES, Ulpiano. **O patrimônio Cultural entre o público...** p. 189.

Com relação ao significado cultural dos bens cuja importância se destacam para a história de Guarapuava, se enquadram naquilo que Meneses classifica como valores afetivos uma vez que

são aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas, objetos, dizem respeito àquela dimensão de espaço (também imbricada na dimensão paralela da memória) que línguas estrangeiras, como o francês, chamam de *appartenance* e o inglês de *belonging*; em português talvez pudéssemos dizer “pertença” para indicar que o homem, ser social, é incapaz de viver externamente a esse duplo eixo do espaço/tempo<sup>214</sup>.

Ainda segundo ele,

paralelamente à indagação dos valores das coisas, é ainda indispensável levantar as representações sociais, matrizes destes valores. As representações sociais incluem as ideologias, as aspirações e expectativas, o imaginário. Obviamente, as representações sociais e respectivos “patrimônios culturais” não poderão ser abstratamente apresentados, mas deverão ter lugares sociais definidos<sup>215</sup>.

Neste sentido, a orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio cultural dependem do projeto de sociedade, do tipo de relações que se deseja instaurar entre os homens.

Exemplo disso, foi a Criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, ligado à Secretaria da Cultura e Esportes de Guarapuava, na gestão do Prefeito Nivaldo Passos Kruger, em 1984. O referido Projeto de Lei sob nº 05/84 continha em seu texto considerações como

Guarapuava é uma cidade rica em sua história e em suas tradições, não podemos deixar que o nosso patrimônio histórico se perca no tempo, roubando de nossos filhos o direito de reconhecer a história de sua própria terra. Senhores Vereadores, todos temos ciência que nosso MUSEU MUNICIPAL foi recentemente reestruturado, tendo como local a casa que abrigou o visconde de Guarapuava, e remonta a sua construção à fundação de nossa Cidade. Mas, há necessidade de que os objetos históricos ali expostos sejam preservados e sejam colhidos outros de importância para nossa Cidade e para nosso Estado. É um dever nosso resguardar a memória Municipal, Estadual e nacional, como papel transmissor de Cultura, daí o motivo da criação desse Conselho que propomos, e, que temos certeza irá tratar do interesse maior que é a cultura de nosso povo.

<sup>214</sup> 216 MENESES, Ulpiano. **O patrimônio Cultural entre o público...** p. 193.

<sup>215</sup> MENESES, Ulpiano. **O patrimônio Cultural entre o público...** p. 193 – 194.



Certos estamos, que é de primordial interesse de todos os Vereadores desta Casa, que o nosso Patrimônio Histórico seja conservado, por esta razão é que submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores e temos certeza que o mesmo receberá a aprovação unânime<sup>216</sup>.

O referido projeto foi proposto em abril de 1984 pelo vereador Valmor Casagrande e aprovado pela Lei nº 08/84 que em sua súmula

CRIA O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ligado à Secretaria de Cultura e esportes e dá outras providências. A Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 – Fica criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico – “COMUPPAH”, ligado à Secretaria da Cultura e Esportes, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal, para que possa este oferecer sua efetiva contribuição ao incremento e Amparo ao Museu Municipal, objetivando dar-lhe impulso e condições de exercer plenamente a missão que lhe cabe no resguardo da memórias Municipal, estadual e Nacional, bem como no seu importante papel de transmissor da Cultura<sup>217</sup>.

No artigo 2 desse projeto de Lei, pode-se ter conhecimento de quais atribuições competem ao conselho:

Art. 2 – Compete ao conselho municipal de Preservação do Patrimônio Histórico:

- a) incrementar, amparar e difundir as atividades do Museu Municipal, procurando sempre por todas as formas preservar o Patrimônio Histórico do Município, ampliando-o e dando-lhe a possível divulgação;
- b) dedicar especial atenção à História do município, incentivando por todos os meios ao seu alcance os esforços e as pesquisas no sentido de se registrar esta História;
- c) procurar relacionamentos em entidades estaduais e federais diretamente ligadas aos mesmos interesses, objetivando conseguir recursos para a conservação, reconstituição e ampliação do Museu Municipal;
- d) entrar em contato com entidades congêneres com a finalidade de conseguir permutas e, também, de parte do acervo de outros museus;
- e) planejar, orientar e supervisionar as atividades do museu Municipal, objetivando sempre fazer com que as finalidades de sua existência sejam atingidas<sup>218</sup>.

Em seu Artigo 3, determina o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava que este seria constituído por sete membros,

<sup>216</sup> Projeto de Lei n 08/84.

<sup>217</sup> Lei nº 08/84.

<sup>218</sup> Lei nº 08/84.

sendo um membro nato, o prefeito municipal que seria seu presidente; um membro efetivo, o secretário municipal da cultura e esportes; um representante da Câmara Municipal; um representante do Poder Judiciário; um representante da Universidade – FAFIG; um representante da Inspeção Regional de Ensino e um membro a ser convidado pelos demais representantes do Conselho.

Em seu artigo 4 determina que a função de membro do conselho seria considerada serviço relevante, exercida “pró-honore”, sem qualquer ônus para o Município. A nomeação dos Membros do Conselho dar-se-á por ato do Prefeito Municipal, e para o período de um ano, não sendo vedada a recondução (Art. 5). O pessoal auxiliar necessário aos serviços do Conselho seria designado pelo Prefeito Municipal, mediante indicação do Conselho (Art. 6). Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, o Chefe do Poder Executivo consignaria nos orçamentos do Município dotações específicas (Art. 7). Os Membros designados para compor o “COMUPPAH”, logo após a sua criação, deviam encarregar-se de elaborar o regimento Interno da Entidade (Art. 8).

O referido Conselho, proposto e criado em 1984, volta a ser proposto em 1992 na gestão do prefeito municipal Luiz Fernando Ribas Carli. O Projeto de Lei, sob o nº 003/92, “prevê a criação do CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE GUARAPUAVA, cujo objetivo principal é resgatar e preservar a memória e, conseqüentemente, a história de nossa terra”. Esse Projeto foi aprovado e pela Lei nº 285/92 foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava.

No ano seguinte, outro Projeto de Lei sob o nº 032/93 prevê a alteração da denominação desse conselho para “Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural”, uma vez que “a alteração na denominação do mesmo visa ampliar a área de atuação do Conselho, abrangendo sob a expressão “Cultural” os aspectos relativos ao Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Documental e Manifestações da Cultura Popular”<sup>219</sup>.

Segundo esse projeto, o objetivo era também aumentar o número de membros com o intuito de aumentar a representatividade do Conselho permitindo

---

<sup>219</sup> Projeto de Lei nº 032/93.

a participação de um número maior de representantes da comunidade, beneficiando os trabalhos e ações desenvolvidas pelo mesmo. Neste sentido, a Lei nº 391/93 altera a denominação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico – COMUPPAH, alterando também a alínea “d” do artigo 3 da Lei nº 285/92 de 11.06.92 que previa a indicação de cinco representantes da comunidade para fazerem parte do Conselho. Seguindo a alteração, agora seriam indicados “vinte representantes da comunidade, indicados pelo Prefeito Municipal, que possuam grande conhecimento histórico”<sup>220</sup>.

As intenções contidas nesse projeto e a ação da administração municipal esboçou a formulação de uma política cultural, fundamentada na participação social. A sua abrangência se manifesta na conceituação do termo, que passa de patrimônio histórico para patrimônio cultural.

No bojo do projeto proposto pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, o Conselho Municipal de Guarapuava se mobilizou no sentido de efetuar um cadastramento dos bens de interesse para o seu Patrimônio Cultural. Dentre as ações desenvolvidas constam o levantamento das construções que ainda existiam em Guarapuava e que diziam respeito ao final do século XIX e início do século XX, cadastro das edificações de valor histórico, a preservação de capelas e a restauração do muro do Cemitério Municipal de Guarapuava - muro feito no tempo da escravatura -, bem como a restauração da capela mortuária do Visconde de Guarapuava<sup>221</sup>.

Do que se depreende das ações do referido Conselho, pode-se dizer que os discursos de preservação da memória remetem muitas vezes aos nomes próprios e à momentos que tiveram importância significativa para a construção da história de Guarapuava. Segundo Tembil, o poder público como gestor das políticas de preservação do patrimônio histórico, determina o que deveria ser considerado como patrimônio, passando portanto, por interesses políticos, econômicos culturais de certos grupos. Mesmo que a palavra ganhe significação mais ampla não se pode ignorar a sua institucionalização e

---

<sup>220</sup> Lei nº 391/93, Art. 3., alínea “d”.

<sup>221</sup> CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GUARAPUAVA. Projeto Preservação do Patrimônio Cultural.

a recorrência a “nomes próprios”, ao tempo em que inscreve uma história que se refere apenas a uma parcela da população, produz igualmente, por estratégias discursivas, ponto de referência acerca do passado dessa população como um todo o que, por conseguinte, acaba por legitimar o culto aos “panteões” da história<sup>222</sup>.

Essa sociedade projetou as bases de seu desenvolvimento no passado, onde a tradição não se opõe ao progresso, ao contrário procura-o, invoca-o. A oposição entre o antigo e o moderno é um dos conflitos pelo qual ela viveu relações contraditórias com o passado, um presente sentido como passado, mesmo à revelia da pressão que os progressos materiais exerceram sobre as mentalidades contribuindo para as transformar.

Segundo as proposições de Le Goff, dois problemas específicos são os que se referem ao passado, como genealogia e como cronologia. Os indivíduos que compõem uma sociedade sentem quase sempre a necessidade de ter antepassados, é esta uma das funções dos grandes homens<sup>223</sup>. Isso é perceptível analisando a imprensa periódica regional onde comumente traz reportagens enfatizando os homens ilustres de Guarapuava e que contribuíram para o desenvolvimento regional, enfatizando que “a história de Guarapuava registra nome de pioneiros que, cada um com seu ofício e tempo, escreveram páginas de desenvolvimento, as quais vieram dar corpo ao livro de feitos”<sup>224</sup>.

Assim, a história da região vista como “um livro de feitos” contém em suas páginas a história de vida de homens que fizeram a história de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a cronologia mantém-se essencial para o sentido moderno, histórico, do passado pois que a história é uma mudança orientada.

No capítulo I do regimento interno elaborado pelo já referido conselho, têm-se da finalidade em seu artigo primeiro que

O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GUARAPUAVA, Instituído pela lei municipal nº 285/92, de 11 de julho de 1992 e alterado pela Lei Municipal nº 391/93 de 20.12.93, tem a finalidade de assessorar o

<sup>222</sup> TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna. Guarapuava: recompondo histórias....** p. 160.

<sup>223</sup> LE GOFF, Jacques. Memória – história...

<sup>224</sup> PODOLAN, José. **História guarapuavana de outrora...** p. 05.

Poder executivo, no que tange ao resgate e preservação da memória histórica de Guarapuava, estimulando a preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico do Município<sup>225</sup>.

Em seguida, no artigo 2 do Regimento Interno, passa a elencar as responsabilidades do Conselho que já foram mencionadas no projeto de lei que criava o referido conselho em 1984.

A ampliação da noção de patrimônio, de acordo com a política cultural desenvolvida pelo projeto estadual, fez com que a política pública preservacionista em Guarapuava se voltasse para a preservação de diferentes memórias que compõem seu espaço cultural. Ainda que se mantenha uma certa prevaência de manutenção de uma “memória-oficial”, a partir da ação do poder público na instituição de uma memória social, já há indícios de uma preocupação com a diversidade cultural que Guarapuava encerra.

Assim, a preocupação com o patrimônio histórico de Guarapuava insere-se na conjuntura de busca de uma identidade, a partir de uma idealização do passado. Nesse sentido, a prefeitura municipal, através de seus representantes e projetos foi possibilitando a busca por um passado regional, como por exemplo a conservação da Casa do Imigrante, construída em 1914 pelo polonês Wladieslav Kaminski e preservada pelo Conselho Municipal de Preservação da Memória.

Quanto à questão da reconstrução dessa casa, o jornal Gazeta de Guarapuava informa que ela seria um local para exposição de artesanato na região e que:

A prefeitura de Guarapuava, preocupada em preservar o patrimônio público que marca a História do Município e também criar um espaço onde fosse divulgado o artesanato típico local, uniu estas duas questões em uma mesma solução e reconstruiu uma casa de estilo polonês que seria demolida, para comportar um posto central da cultura artesanal Guarapuavana: a Casa do Artesão. A inauguração da casa será dia 28 de novembro com exposições do Artesanato Paranaense, Artesanato Guarapuavano e mostra de objetos de memória do imigrante polonês. A Casa é uma homenagem dos guarapuavanos aos imigrantes de todas as etnias que ajudaram no desenvolvimento do município<sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup> Regimento Interno do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Guarapuava.

<sup>226</sup> GAZETA DE GUARAPUAVA. **Casa do artesão**. Guarapuava: Ano I, nº 01. 11 de novembro de 1995. p. 05.

Segundo o mesmo jornal, a reconstrução dessa casa de estilo polonês, seria uma forma da prefeitura municipal homenagear os imigrantes sendo “uma referência à história da colonização guarapuavana”, ao mesmo tempo em que sediaría um posto de vendas do artesanato típico local, uma vez que

Há muito tempo o artesanato de Guarapuava, conhecido e apreciado em todo o Estado, precisava de um local que sediasse um posto de vendas.

A Prefeitura Municipal encontrou a solução em uma reconstrução de uma casa histórica que seria demolida. Com estilo polonês, marcado pelos “lambriquins”, que são bordados em madeira contornando as abas do telhado, e pelo forte colorido, a casa que tinha como antiga localização a esquina das ruas Vicente Machado e Coronel Saldanha, havia sido construída no início do século . Por este motivo e por marcar a colonização polonesa no município, é de interesse histórico. O interior da casa é decorado em mesmo estilo, valorizando e homenageando a memória do imigrante polonês<sup>227</sup>.

Foto 6: Casa do Imigrante.



Fonte: FotoArkivo

Com a justificativa de preservar as tradições dos imigrantes das diversas etnias que viviam em Guarapuava e “resgatar a memória”, é organizada a Festa das Nações, sendo que

O evento simboliza o lado cultural mais forte de Guarapuava, representados por grupos folclóricos e por descendentes ou imigrantes que contribuíram para a formação do perfil atual dos guarapuavanos. Essa festa, eleita desde 1989, como a principal atividade dos festejos alusivos ao aniversário da fundação da cidade.

5 Encontro Estadual de Seleções do Movimento Tradicionalista Gaúcho numa cavalgada de quase 100 quilômetros, lembrando o costume dos antigos tropeiros<sup>228</sup>.

<sup>227</sup> GAZETA DE GUARAPUAVA. **Casa do artesão...** p. 07.

<sup>228</sup> Jornal Esquema Oeste. **Festa das nações: rodeio e tropeada preservam a memória.** Guarapuava: Ano: XXIV, nº 1188. 11 a 17 de dezembro de 1993. p. 05.

Há ainda a preocupação quanto à preservação da memória dos grupos de descendentes de africanos que compõem a sociedade segundo informações do Jornal Esquema Oeste que noticia que “os grupos afro se unem para resgatar memória negra e o carnaval de rua”. Para tanto

Os componentes dos grupos afro-brasileiros querem resgatar o carnaval de rua de Guarapuava. A comissão Pró-Carnaval de Rua/95, formada recentemente, reúne-se, esta semana, para traçar o cronograma de trabalho visando reorganizar a folia popular, além de reestruturar o Clube Rio Branco. O projeto foi apreciado e aprovado por secretários municipais, representantes do Conselho de Resgate da Memória de Guarapuava e professores da Unicentro<sup>229</sup>.

Como se pode perceber, nesse momento passa-se a postular novas formas de ver e de interpretar a história de Guarapuava a partir da discussão do caráter da formação cultural dessa sociedade onde há uma diversidade de etnias que a constituíram ao longo do tempo. Essas ações surgiram como um projeto que se voltava para a promoção de ações de administrações públicas. Neste caso, política e cultura aparecem profundamente vinculadas em torno do passado regional.

É no interior do projeto que visava “resgatar” e “preservar” a memória histórica de Guarapuava, que passou-se a se elaboraram as concepções de memória que ordenaram a ação na área de patrimônio cultural e que se refletiram no imaginário social. Nessa conjuntura, observa-se também a preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico de Guarapuava, como se percebe em uma reportagem do jornal O Jornal,

Guarapuava já teve uma arquitetura riquíssima e imponente da qual resta muito pouco. A observação foi feita pelo arquiteto e restaurador, Marcio Innocenti, durante a sua estadia na cidade. Ele ministrou curso sobre Patrimônio Cultural, de 8 a 12 de agosto. Márcio, que também é professor, realizou vários trabalhos de restauração no Estado. Dentre estes destacam-se a restauração da Universidade Federal do Paraná e da Catedral Metropolitana de Curitiba. Em Guarapuava o restaurador conheceu a Catedral Nossa Senhora de Belém, o Museu Visconde de Guarapuava e alguns casarões antigos. Sob seu ponto de vista, a Catedral local foi bastante alterada. Segundo ele, para realizar um trabalho completo de restauração, inclusive na pintura, seria necessário um volume de dinheiro muito grande. O Museu Municipal, único imóvel tombado na cidade, “manteve suas características sendo um raro exemplar de patrimônio arquitetônico”.

<sup>229</sup> Jornal Esquema Oeste. **Grupos afro se unem para resgatar memória negra e o carnaval de rua.** Guarapuava: Ano IV, nº 169. 30 de abril de 1994. p. 02.

## CURSO

Com a presença de 60 participantes o curso sobre Patrimônio Cultural, realizado na Casa da Cultura e na Unicentro, mostrou painel fotográfico montado pelos alunos. Cerca de 60 fotografias de casarões foram expostas. Houve montagem de maquetes do Museu Municipal, Lagoa das Lágrimas e Capelinha do Degolado. Um dos grupos produziu um filme sobre o Patrimônio Cultural de Guarapuava, atingindo o arquitetônico e o natural<sup>230</sup>.

A obra “Guarapuava em dois tempos (os contrastes de uma cidade)”<sup>231</sup>, publicada em 1989 e organizada por professoras da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia e Letras de Guarapuava, já havia demonstrado a preocupação com a arquitetura de Guarapuava. Esse trabalho tinha como objetivo mostrar os contrastes entre as construções antigas construídas em estilo colonial no século XIX, bem como mostrar aquelas que foram substituídas por construções que seguiam a arquitetura moderna.

Essa obra, vinculada à prefeitura municipal, através da Secretaria de Educação, nasceu, segundo as autoras, com o propósito de comemorar os 170 anos de Guarapuava, pretendendo através de fotografias antigas e recentes de Guarapuava demonstrar as transformações e as permanências, na forma e no conteúdo, de determinados locais da cidade, através de fotografias de construções antigas, que testemunham a origem colonial da cidade, destacando-se elementos arquitetônicos de diferentes épocas.

Esse trabalho passa informações quanto às características das habitações do período colonial e informa que “a restauração e a conservação de alguns exemplares seria de notável significado na vida cultural de Guarapuava, demonstrando seu valor documentário, artístico e histórico”<sup>232</sup>.

Ainda, como parte desse trabalho, foram recolhidas fotos antigas de “locais significativos da história de Guarapuava”, estabelecendo um paralelo entre dois tempos diferentes. Finalmente, a obra procurou “demonstrar que as construções antigas preservadas podem continuar exercendo a sua função e uso

<sup>230</sup> O Jornal. **Arquitetura imponente e rica pertence ao passado**. Guarapuava: Ano IV, nº 185. 20 de agosto de 1994. p. 11.

<sup>231</sup> DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes de uma cidade**. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, 1989.

<sup>232</sup> DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes...** p. 22.



contemporâneo sem perda da beleza e originalidade específica de uma época. Passado e presente não se excluem mas se completam numa única história”<sup>233</sup>.

Essa obra, produzida em um contexto em que Guarapuava passava por transformações urbanas, denota a relação estabelecida entre o passado e o presente. Nesse sentido:

A cidade é um organismo vivo que, através de suas construções mostra os modos de vida e as condições sócio-econômicas de sua população e a evolução determinada pelo tempo. É evidente que o progresso tecnológico, o aprimoramento intelectual e o contato entre povos, permitido hodiernamente pelos meios de comunicação, impõe e acelera as transformações no meio. A Guarapuava de 170 anos não escapa à regra geral. A pequena povoação de 1819 é, hoje, uma cidade inserida, significativamente, no contexto sócio-político-econômico do Paraná. Nela, as permanências são poucas e as transformações são radicais, a ponto de desaparecerem, por completo, os marcos expressivos de sua história. Mais que mudanças, constatou-se a destruição de um patrimônio cultural que não é devido, nem pertencia a uma só pessoa, mas à gente guarapuavana. Em determinados momentos, a constatação do quanto já foi destruído causa tristeza e desânimo pois, nada há pior que um povo sem raízes, sem história, incapaz de conservar aquilo que lhe foi delegado. Quem não aprende com o passado não constrói para o futuro<sup>234</sup>.

Esse trabalho, segundo as autoras servia como uma mensagem de alerta para a necessidade de preservação do patrimônio histórico de Guarapuava, para que a história de Guarapuava ficasse gravada, muito mais do que na memória de algumas pessoas, ficasse gravada nos seus prédios, monumentos e ruas, considerando que a evolução é necessária mas que a permanência é fundamental para uma cidade humana que cultua seu passado. As autoras inferem ainda que

Não se quer dizer que tudo o que é velho deva ser preservado, impedindo a renovação e o andar adiante. O velho pode continuar a existir, juntamente com o novo, sem ser destruído, mediante a desculpa de adesão à modernidade. É na convivência harmônica entre o velho e o novo – que amanhã será substituído por outra novidade – que será preservada a identidade histórica, permitindo, ao visitante e ao morador de Guarapuava, a consciência exata do crescimento da cidade.

Tudo o que se cria só tem razão de ser se for voltado para o homem. De que adianta uma bela cidade fria e desumana? Acima dos impulsos do progresso devem ser ouvidos os gritos do homem que quer preservar sua identidade cultural para, através dela, afirmar-se como pessoa. Mais alto do que o som de uma cidade que cresce, deve-se escutar os ecos do passado”<sup>235</sup>.

<sup>233</sup> DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contraste...** p. 15.

<sup>234</sup> DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes...** p. 67.

<sup>235</sup> DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes...** p. 67 – 68.

Nesse contexto, a administração municipal passou a postular que era necessário resgatar o humanismo que se ligava às tradições. Para tanto, era necessário recorrer ao passado. Daí a importância de preservar a arquitetura urbana para preservar a identidade histórica de Guarapuava propondo uma convivência harmônica entre o velho e o novo.

Ainda, no sentido de reforçar a identidade da região, a Bandeira Municipal é modificada pela Lei Municipal 860/99. A Bandeira havia sido criada pela Irmã Maria Auxiliadora P. Marcondes em 22 de novembro de 1965. Também é adotado o Escudo Municipal que teve o desenho do projeto de David Carneiro e alterado pela Lei Municipal 859/99. Percebe-se então a preocupação com os símbolos que representam e reforçam o sentimento de identificação com a região.

Guarapuava contava ainda com o chamado Espaço Cultural que era um espaço utilizado para a realização de exposições culturais, situado num casarão de estilo neo-colonial construído em 1926 por José Alves Loures, além do CRIARTE – Criatividade dos Artistas, ligado à Casa de Cultura que tinha por finalidade resgatar, preservar e divulgar o talento dos artistas da região, ao mesmo tempo em que objetivava resgatar as tradições, usos e costumes de Guarapuava, no sentido de estabelecer uma relação com o passado.

Ainda nesse sentido, começa a circular a Revista Monjolo em Guarapuava que, segundo seu editorial, tinha como meta

Oferecer espaço para publicação de pesquisas históricas da região, divulgação de documentos históricos contidos no Arquivo Benjamin C. Teixeira, e outras matérias de cunho cultural. A amplitude de temas que a região oferece, desde a fixação do homem neste terceiro planalto paranaense, suas incursões em todas as direções do futuro do Estado do Paraná, transpondo um território imenso até à Província do Rio Grande do Sul. A seguir o tropeirismo – importante fator da integração cultural; as sesmarias imensas e distantes – forjadoras de um homem audacioso e trabalhador; a defesa do solo pela invasão de revolucionários e de salteadores; a presença de visionários europeus nas suas perseguições do eldorado tão sonhado, o que permitiu uma contribuição significativa no desenvolvimento da região. O clima diferenciado, a altitude, o isolamento inicial, as vertentes revolucionárias, propiciaram um comportamento atípico na sua população<sup>236</sup>.

---

<sup>236</sup> REVISTA MONJOLO. Editorial. Ano I. n 3. Fevereiro de 2000. p. 04.

No sentido de “preservar a cultura e incentivar a tradição”, havia em Guarapuava a encenação de Cavalhadas<sup>237</sup>, que teve uma de suas primeiras encenações em Guarapuava ainda no século XIX, significando mais um exemplo de apego e rememoração do passado.

Uma das primeiras teatralizações das Cavalhadas teria ocorrido em Guarapuava, segundo relatos registrados no Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, na metade do século XIX, quando alguns fazendeiros reuniam-se em campo aberto para levar a cabo os ensaios para a realização da mesma.

Segundo Shipanski, talvez pela influência da colonização portuguesa essa comemoração foi escolhida para ser encenada em Guarapuava, considerando que “no cenário da História de Guarapuava e dentre as inúmeras manifestações do passado, as Cavalhadas foram consideradas o maior evento cultural realizado em nosso município. Há relatos delas desde 1855, sendo que, nos primeiros tempos, elas faziam parte dos festejos do dia 02 de fevereiro, dia consagrado à nossa Senhora de Belém, padroeira da cidade”<sup>238</sup>.

Segundo o mesmo autor “ao longo dos 181 anos, a cidade e seus habitantes primaram pela manutenção da tradição em muitos setores sociais, sendo característica da cidade a longevidade das comemorações, aspecto marcante de um atavismo enraizado e próprio, porque não dizer, de sociedades interioranas”<sup>239</sup>.

Essas questões denotam uma reinvenção das tradições, pautada por uma preocupação em torno de uma crise generalizada da transmissão cultural. Assim, no momento em que essa perda é sentida como um desapossamento de si, a memória conhece uma valorização, com uma busca do testemunho marcado pelo

---

<sup>237</sup> Segundo Carlos Eduardo Shipanski, as Cavalhadas são uma tradição inspirada nos torneios da época medieval, onde os cavaleiros exibiam em espetáculos públicos, suas destrezas e valentia. Seu enredo representa a luta entre cristãos e mouros. São doze cavaleiros cristãos e doze cavaleiros mouros que após horas de lutas e demonstrações de habilidades individuais, vencem os cristãos, convertendo o rei mouro ao cristianismo. SHIPANSKI, Carlos Eduardo. **As Cavalhadas em Guarapuava: uma releitura da comemoração. (1970-2000)**. Colóquio Cultura, Etnias, Identificações: Historiografia e Região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

<sup>238</sup> SHIPANSKI, Carlos Eduardo. **As Cavalhadas em Guarapuava: uma releitura...** p. 120.

<sup>239</sup> SHIPANSKI, Carlos Eduardo. **As Cavalhadas em Guarapuava: uma releitura...** p. 120.

duplo selo da autenticidade e do vivido, ou das memórias que repousariam nos depósitos de arquivos<sup>240</sup>.

de um lado o modelo patrimonial que, em um espaço neutro, transforma em objeto os instrumentos cotidianos, o habitat, os costumes de um passado já morto, subtraído ao tempo das “tradições populares” muitas vezes reinventadas. De outro, a exaltação romântica de combates originais, tanto mais distantes quanto mais as condições de vida da sociedade contemporânea mudaram radicalmente. De um lado um inventário etno-histórico que privilegia os traços de identidade de uma comunidade (aldeia, profissão etc) em relação aos conflitos. De outro, a imagem de tensões tornadas inacreditáveis no consenso consumidor de uma sociedade do espetáculo. Não se trata, em nenhum dos casos, de depreciar essa busca de enraizamento, de subestimar os esforços consideráveis de salvaguarda que foram empreendidos<sup>241</sup>.

Essa mobilização em prol da construção da memória histórica dessa região são práticas sociais, as quais compõem uma memória discursiva sobre o território, dando visibilidade e legitimando sua história/memória.

Pierre Nora nota que a memória coletiva, definida como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado, pode à primeira vista opor-se quase termo a termo à memória histórica, como se opunha dantes memória afetiva e memória intelectual. Até aos nossos dias “história e memória” confundiram-se praticamente e a história parece ter-se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização<sup>242</sup>.

Nesse sentido, percebe-se que a narração de fatos ligados ao passado, bem como a construção dessa memória discursiva tem uma função social, onde a aproximação de linguagens e memórias, ou a construção da memória através da linguagem, também produto da sociedade, permite estudar a memória social abordando os problemas da história e do tempo relativamente aos quais a memória está ora em retraimento ora em transbordamento. Permite ainda, pensar a importância da memória na construção das identidades sociais pois “a falta ou a

<sup>240</sup> BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 52.

<sup>241</sup> BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. **Passados recompostos...** p.53.

<sup>242</sup> NORA, Pierre. **Entre a história e a memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

perda, voluntária ou involuntária, da memória colectiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade colectiva”<sup>243</sup>.

Essa busca por identidade visa dar um fundamento a existência do grupo, à sua origem e para tanto se evoca a memória histórica, pois “se a pergunta pelo sentido da condição humana e de sua trajetória está na base da explicação para o fazer histórico como investigação-testemunho, a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade”<sup>244</sup>.

Michael Pollack, ao abordar o sentido social presente na memória dos grupos sociais, força o fator de diferenciação entre os grupos dado pela consciência de fronteiras sócio-culturais estabelecidas através dos sentimentos de pertencimento, criadores da identidade<sup>245</sup>.

A identidade associa-se também aos espaços, onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários. A busca de identidade(s), elemento essencial à memória, é uma das atividades/necessidades fundamentais da sociedade humana até hoje,

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a reconstrução de memórias, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto processo. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo<sup>246</sup>.

A memória, por seus laços afetivos e de pertencimento, liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social. Comemoração do passado, fornecendo à memória coletiva os monumentos de lembrança. Coesão dessa região em torno de um passado comum.

Essa construção da memória histórica de Guarapuava, acontece quando o discurso histórico de conquista dessa região foi sistematizado pela

<sup>243</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória/História...** p. 12.

<sup>244</sup> 246 FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática...** p. 31.

<sup>245</sup> POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1992. Vol. 05, n 10. p. 03.

<sup>246</sup> POLLACK, Michael. **Memória e identidade social...** p. 42.

discursividade, pois “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”<sup>247</sup>.

Os agentes desse processo, precisaram criar uma memória para a região, construir um passado que pudesse ser tomado como passado comum, através das tradições e da escrita da história regional. É um imaginário produzido, tomado como construção, pois

a memória, além de prolongar o passado no presente, como nos indicava Henri Bergson, e solidificar em qualidades sensíveis o esgotamento contínuo das coisas, conduz o passado para o campo do sagrado. Daí a sua importância no quadro de construção das nacionalidades. A história, pelo contrário, dessacraliza o passado e retira-o do altar da lembrança afetiva para laicizá-lo no terreno da crítica<sup>248</sup>.

A discursividade construída sobre Guarapuava configura um processo de identificação para essa região, assentada sobre um imaginário social, e que constrói memória a partir do discurso épico da conquista regional, uma vez que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”<sup>249</sup>.

Sendo a memória um fenômeno construído, sua organização em Guarapuava se deu em função da preocupação com a questão identitária para se afirmar no Estado do Paraná. Neste caso

se podemos dizer que, em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentido de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros<sup>250</sup>.

<sup>247</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social...** p. 201.

<sup>248</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Memória, história e patrimônio cultural...** p. 244.

<sup>249</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social...** p. 201.

<sup>250</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social...** p. 204.

Parafrazeando Michael Pollak, pode-se dizer portanto, que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si<sup>251</sup>.

Os discursos veiculados, bem como a mobilização de diversos agentes em prol do “resgate e preservação” da memória histórica da região através da imprensa periódica, de projetos políticos instituídos pela prefeitura municipal e pela escrita de sua história, serviram como construtores de uma idéia de região e sociedade e são uma projeção dos imaginários sociais no espaço.

Assim, através dos discursos das fontes arroladas nesse trabalho é possível perceber que cada linha traçada por porta-vozes de Guarapuava a representam a partir da sua leitura, releitura, numa palavra: interpretação. Essa será a discussão empreendida a seguir, ou seja, as interpretações da história de Guarapuava, bem como a concepção de história que permeou essas interpretações.

### **3.2 - Interpretações regionais**

Diante das considerações já expostas e diante da análise das fontes arroladas, tem-se como essa região foi pensada por seus produtores, ao mesmo tempo em que ilustra a concepção de história dos diversos intérpretes regionais, que versaram sobre Guarapuava ao longo de sua história.

Nesse sentido, entender a concepção de história que perpassa os discursos e as práticas em torno da história que se construiu para Guarapuava, a partir dos referenciais da ocupação de seu território, significou tentar captar a relação que estes produtores textuais estabeleceram com este espaço.

---

<sup>251</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social...**

Num primeiro momento, poderia-se entender que a concepção de história, que perpassa a análise dos intérpretes da região, passaria pela concepção moderna de história. Esta observação se torna importante ao se observar a referência feita ao historiador francês Fustel de Coulanges, no projeto de Lei nº 003/92 que previa a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava. Para o historiador citado “os fatos falam por si mesmos” e portanto, à história, no caso do Positivismo, caberia a tarefa de suprir a sociologia com dados, fatos, etc.

Porém, no caso da região analisada, parece ser mais propício entender que a concepção que perpassou as práticas e os discursos em torno da construção de uma memória histórica para Guarapuava, perpassa a concepção clássica da história, onde prepondera o sentido ético-pedagógico, antes do que buscar o acesso mais objetivo possível da realidade como no caso do Positivismo.

Neste momento, seguindo as reflexões de José Carlos Reis sobre a especificidade do conhecimento histórico, ele infere a partir de Nietzsche, de uma atitude diante do passado chamada “monumental”,

que consiste em se referir ao passado e procurar nele exemplos, modelos para a ação. Essa atitude valoriza o grande e o magnífico, protesta contra a fuga do tempo e a precariedade do ser. Só o grande homem conta e só ele é exemplar e pode inspirar a imitação dos homens. A história é mestra da vida, pois sugere essa imitação. O risco dessa atitude é fazer do passado um ideal e desqualificar o presente e a possibilidade do futuro. Os mortos enterram os vivos”<sup>252</sup>.

Essa formulação propõe a história como palco de experiências, mas onde as cenas do passado são altamente selecionadas. Sua função serve de exemplo para o constante aperfeiçoamento político e moral de seus espectadores. Para atingir tais objetivos, a história deveria envolver-se necessariamente com a tradição e com a memória coletiva, concepção que mantém o futuro sob restrito controle. Nas palavras de Diehl,

---

<sup>252</sup> REIS, José Carlos. REIS, José Carlos. A especificidade lógica da História. In: REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.p. 104.



poderíamos, numa visão sintética, definir essa perspectiva como a concepção de história que, antes de se findar no tempo, como a moderna concepção, estabelece um espaço de experiências, onde estão reunidas às histórias exemplares, extraordinárias, capazes de fornecer as sabedorias a todos aqueles que delas se aproximam. Sugere-se portanto uma formulação pedagógica da história, história como mestra da vida<sup>253</sup>.

Essa preposição não significa que a concepção clássica de história não diferenciava passado e futuro, mas que a decisão de quando, como e onde agir passava por uma avaliação cuidadosa, procurando promover expectativas por meio das experiências acumuladas pela história. O método para conseguir efetivar tal propósito é a comparação dos relatos contidos na tradição com as convenções da atualidade, assimilando-se tudo aquilo que fosse compatível com essas convenções como verdadeiro. Noções ancoradas na concepção clássica de história, onde sobressaem-se os argumentos políticos, sociais e morais, e o que se tenta não é a confirmação de uma verdade factual de sua articulação com os valores cultuados no presente<sup>254</sup>.

Portanto, principalmente a partir da década de 1990, introduzir o conhecimento da história de Guarapuava, a partir de uma concepção de história como *magistra vitae*, sublinhando seu valor existencial e cívico, tinha um papel importante nos laços de coesão social e de identificação de sua gente com o espaço.

Assim, a ocupação de Guarapuava era para seus produtores um passado que eles fizeram ressurgir ao longo do tempo, suscitando muitas publicações de obras que trataram de temas relativos à essa ocupação, principalmente na década de 1990.

---

<sup>253</sup> DIEHL, Astor Antonio. **O debate teórico-historiográfico e a inserção do conceito de identidade.** Anais do I Colóquio Cultura, Etnias, Identificações: Historiografia e Região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

<sup>254</sup> DIEHL, Astor Antonio. **O debate teórico-historiográfico...**

A ocupação dessa região, contemplada por uma produção textual<sup>255</sup>, constitui o que se pode chamar de um “pensar regional”, que permite dentro de certos limites, a apreensão de alguns traços constitutivos da história dessa região. A ocupação e/ou conquista de Guarapuava se tornou tema de análise de muitas obras e que contêm, em sua maioria, a elaboração de um imaginário em torno de um discurso épico de ocupação regional.

Deve-se destacar ainda, que o discurso sobre a história de Guarapuava foi e será continuamente reescrito a partir do ponto de vista de diferentes intérpretes, que permanecerão atribuindo-lhe sentidos conforme seus sistemas de posições e de disposições no mundo social, atribuindo sentido à essa história regional. São produções ou discursos produzidos de acordo com suas percepções e interpretações históricas que são subjetivas, seletivas parciais e portanto não definitivas, pois

não há métodos e histórias definitivas que levem (ou tragam) a verdade absoluta no tempo. Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original do passado e do futuro. A história é visada segundo perspectivas diversas, e, com o avanço do tempo, as preposições históricas mudam. Todo historiador é marcado por seu lugar social, por sua “data” e por sua pessoa<sup>256</sup>.

De modo geral, a análise dessa produção permite inferir que os acontecimentos históricos vão revelando seu sentido com o passar do tempo através das interpretações produzidas por sujeitos históricos.

Dessa forma, a compreensão e a apreensão do passado, refletem uma visão particular do processo histórico, uma vez que “cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza”<sup>257</sup>.

<sup>255</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava**. Curitiba: Vicentina, 1971; IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias a Itaipu**. Curitiba: Vicentina, 1976; KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história**. Guarapuava: Fundação Santos Lima, 1999; MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Gráfica da UNICENTRO, 1998; MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente e suas origens**. Guarapuava: Ed. do autor, 1997; TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do passado**. Guarapuava: Esquema Edições e Artes Gráficas, 1993; TEIXEIRA, Murilo Valter. **Continente guarapuavano: transição político-social**. Guarapuava, 1999.

<sup>256</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** p. 11.

<sup>257</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** p. 09.

Seguindo as proposições de Diehl, quanto às questões relacionadas aos conceitos de região e história regional, vinculadas à historiografia, a questão que se coloca entre historiografia e região “pode ser situada através de dois vetores para a sua compreensão, pois está se tratando, simultaneamente, das representações historiográficas, das questões empíricas e materiais das reconstituições do passado, bem como dos elementos de subjetividade, os quais atribuem sentido ao conhecimento histórico”<sup>258</sup>.

Segundo esse autor, o primeiro vetor traz os elementos vinculados aos aspectos temáticos de três pensadores da história: a pergunta o que estou fazendo quando escrevo história? de Michel de Certeau, a interrogação de Jean Chesneaux sobre se devemos fazer tábula rasa do passado? E finalmente Remo Bodei pergunta: a história tem um sentido?

O segundo vetor traz para a cena, a própria dinâmica das mudanças provocadas pela propalada crise da razão histórica, possíveis de serem observadas nos últimos anos, pelo estudo historiográfico que cada vez mais move seu foco para aquilo que Homi Bhabha denomina de local da cultura ou ainda o saber local de Clifford Geertz<sup>259</sup>.

Em conclusão, esse autor considera que com a proposição desta base é possível, em tese, afirmar que se está assistindo a uma espécie de revanche do acontecimento sobre a estrutura, do local-regional sobre o nacional por um lado. Por outro lado, as abordagens historiográficas dão ênfase extraordinária às formulações discursivas do passado, numa espécie de ciência do texto.

Assim, surgiu a necessidade de se refletir sobre essa produção. Porém, não se pretendeu fazer um balanço sistemático, nem manifesto de uma “nova história”, o que se pretendeu primeiramente foi destacar o processo dessas pesquisas históricas, principalmente na segunda metade do século XX.

Algumas dificuldades foram encontradas como a vasta produção que versa sobre a conquista desse espaço bem como as diferentes abordagens em torno de um processo pacífico ou não de ocupação desse território. A massa das

---

<sup>258</sup> DIEHL, Astor Antonio. **O debate teórico-historiográfico...**

<sup>259</sup> DIEHL, Astor Antonio. **O debate teórico-historiográfico...**

publicações tornaram impossível um panorama exaustivo, mesmo restrito a autores nascidos ou radicados em Guarapuava, para fazer uma breve sociologia dos autores. Neste caso, deve-se contentar em apresentar algumas considerações sobre essa produção textual, abordada principalmente do ponto de vista regional.

A preocupação em torno da produção que versa sobre o processo de ocupação do território de Guarapuava, surgiu da necessidade de se apreender traços constitutivos da formação histórica dessa região a partir das percepções de sujeitos históricos que a apreenderam em seu processo de formação. Portanto, a análise dos textos selecionados para a pesquisa somente permitiu refletir sobre formas de pensamento construídas individual e socialmente por alguns intérpretes regionais em diferentes momentos do século XX.

Analisar a produção textual que versa sobre este espaço regional, em especial um trabalho que se propõe refletir a escrita da história sobre Guarapuava, significou adentrar em um terreno novo e ainda não explorado e que demandou grandes esforços. Quer sejam, pelo rol de textos e mais ainda pelo intenso trabalho de interpretação interna dos textos arrolados na pesquisa. Não poderia furtar sobretudo, do fato que se estaria diante de um ramo do conhecimento no interior da história que colocaria diante de diferentes sujeitos refletidos no interior de cada um dos textos, que por sua vez, configura um universo complexo.

Certamente que não se pôde analisar toda produção que destaca de uma forma ou de outra, em dissertações de mestrado ou teses de doutorado essa problemática. Limites tiveram que ser impostos, além do recorte temático. A adoção de tais recortes permitiu apreender traços constitutivos da história dessa região. Considerar essa questão foi importante à medida que existe hoje uma gama de estudos ainda não publicados advindos de teses de doutoramento e dissertações de mestrado que também refletem interpretações sobre a região.

A partir da segunda metade do século XX, se percebe por parte de autores guarapuavanos, tentativas de sistematizar o conhecimento sobre a história dessa região. Essas tentativas resultaram, provavelmente, de duas séries de fenômenos: a primeira está ligada às transformações que aconteceram em Guarapuava e no

Estado do Paraná na conjuntura analisada; a segunda, invariavelmente ligada à primeira, surge da necessidade da afirmação de uma dada identidade regional dentro desse contexto histórico, o que suscitou, desde a década de 1950, muitas publicações.

Portanto, desde a segunda metade do século XX, surgiu o hábito de elaborar, episodicamente, espécies de inventários sob a denominada história de Guarapuava, consequência de uma autoafirmação diante da conjuntura econômica, política e social do Estado do Paraná. A aceleração das mudanças levou à uma grande quantidade de discursos que visavam afirmar uma identidade regional, pois queria-se afirmar “Guarapuava na grande etapa desenvolvimentista do Brasil”.

Essa produção regional encontrou suas bases nas obras produzidas sobre a ocupação de Guarapuava por autores como Arthur Martins Franco intitulada “Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava” publicada em 1943 e na obra de Francisco Ribeiro Azevedo Macedo intitulada “Conquista Pacífica de Guarapuava” publicada em 1945<sup>260</sup>.

Essas duas publicações sistematizaram o processo de ocupação de Guarapuava. Publicadas no contexto da criação do território nacional do Iguaçu, dedicaram muitas páginas ao processo de ocupação repousando numa lógica semelhante: a defesa intransigente e uma apologia à pessoa e ao trabalho de Azevedo Portugal.

Essas obras, portanto, fazem uma apologia à conquista efetiva dos Campos de Guarapuava realizada por Azevedo Portugal, e trazem caracterizações que se tornaram exemplos significativos de como o processo ocupacional é apreendido pela produção regional e do tipo de relação que estes entretêm com a região.

Nenhuma dessas formulações tem ambição totalizante, elas correspondem bem às necessidades de uma conjuntura específica. Elas concernem enfim, no essencial, aos objetivos que se elevaram ao primeiro plano durante a década de

---

<sup>260</sup> MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995; FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Ed. Museu Paranaense, 1943.

1940: uma história que permitisse a reintegração do território paranaense ancorada na idéia de região inspirada em Brasil Pinheiro Machado. Foram enfim, saídas de esquemas lógicos com os quais os diferentes autores reconstruíram sua interpretação dos fatos.

A produção textual sobre a história de Guarapuava, produzida por autores nascidos ou radicados em Guarapuava, concebe o processo de ocupação de Guarapuava a partir das narrativas historiográficas de autores como Romário Martins, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana entre outros.

A produção por esses autores guarapuavanos, faz com que a conquista dos Campos de Guarapuava, surja como objeto principal do debate. O que se conclui é que os recortes epistemológicos são indissociavelmente sociais e intelectuais. São livros datados em sua referências intelectuais. A ampliação dos componentes interpretativos, sobre uma ou várias perspectivas de um ou grupo de autores, denota as respectivas interpretações sobre o passado.

A Guarapuava dos anos cinquenta em diante se esforça em sublinhar as continuidades de sua história. Nesse sentido, essa produção textual pode ser apreendida no que diz respeito à semelhança estrutural das obras, ao procurarem periodizar a história desse espaço. São obras que aproximam-se tanto na estrutura quanto na forma de conceber o processo de ocupação regional, pois evidenciam a presença de “fases evolutivas” no desenvolvimento de Guarapuava, buscando sempre no processo de ocupação as bases para as concepções de progresso e desenvolvimento, que rege o pensamento dos autores no momento em que produzem suas obras.

Nessa produção textual, o processo histórico de formação regional tem o progresso como modelo de pensar no sentido proposto por Diehl, pois para esse autor “a idéia de progresso está profundamente ancorada na mentalidade e nas estruturas coletivas do pensamento das culturas históricas [...]”<sup>261</sup>.

Essas obras configuram o espaço regional a partir de uma visão progressista e refletem interpretações específicas do passado dessa região. Essas

<sup>261</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica...* p. 21-22.

interpretações reúnem uma apreensão da história da ocupação de Guarapuava, uma localização no presente e, em certos casos, uma projeção para o futuro.

Tais sínteses criam uma representação desse espaço a partir de fases evolutivas, permeadas pela idéia de progresso. Estas obras estruturam-se de maneira cronológica e factual. Esse pensamento histórico sobre a região se manifestou em vários autores, produzindo estudos que procuraram, no passado da região, elementos que auxiliassem a explicar a conjuntura e as características que regiam Guarapuava no momento da produção de suas obras. São estudos que visam compreender esse espaço analisando e partindo da ocupação ocorrida no século XIX, até o momento histórico em que foram elaborados.

Exemplo disso, é a obra realizada por Heitor Francisco Izidoro, intitulada “História de Guarapuava” e publicada em 1971. Com o objetivo de festejar os 150 anos de fundação de Guarapuava, o autor organiza seu trabalho através de uma periodização da história desse espaço regional. A partir dessa periodização discorre inicialmente sobre algumas lendas sobre o território de Guarapuava, para posteriormente relatar sobre as expedições e bandeiras, considerando que “graças a elas, hoje temos nossa Cidade, pois, através da coragem de valorosos homens daqueles tempos foi que possibilitou a existência desta hoje grande cidade”<sup>262</sup>.

Enfocando nomes como Afonso Botelho, Cândido Xavier, Francisco Martins Lustosa relata detalhadamente as expedições para a conquista do território. A partir do que considera a “conquista definitiva dos campos de Guarapuava”, levada à efeito por Azevedo Portugal e pelo padre Francisco das Chagas Lima, informa sobre os primeiros tempos na Freguesia Nossa Senhora de Belém. Em seguida passa a relatar as condições sociais, econômicas e políticas de Guarapuava no decorrer de sua história, enfatizando nomes, datas e fatos curiosos que aconteceram na região. Partindo desses pressupostos, identifica os “filhos ilustres de Guarapuava e personalidades de outros tempos”. Segundo suas palavras:

Muitos são os filhos de Guarapuava que se têm debatido com valor e abnegação pela sua grandeza e progresso. Outros homens também dignos por todos os princípios, se

---

<sup>262</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava**. Curitiba: Vicentina, 1971. p. 16.

bem que não fôsem filhos desta terra, souberam, com dignidade e carinho, entrelaçar-se e trabalhar neste Município como os devotados filhos e com o mesmo ânimo. Guarapuava atual relembra, com saudosa memória, figuras respeitáveis de grandes antepassados que, com elevada moral e devotamento, simplesmente apreciável, levantaram o conceito social desta querida terra, tão dignos pelos seus dotes incomparáveis de natureza magnífica”<sup>263</sup>.

A partir daí, passa a elencar os nomes de personagens que fizeram parte da história de Guarapuava, até contemplar a “Guarapuava de nossos dias”, onde realiza uma apologia às condições sócio-econômicas no contexto de produção de sua obra, visualizando um futuro promissor ao considerar que “hoje seu estilo e traçado visam o futuro. Aquí nestas terras, nestes campos verdejantes, foi ela responsável, como mãe de grandes valôres públicos e intelectuais, que serviram Guarapuava e ao Paraná, e que são lembrados por êsse Brasil imenso”<sup>264</sup>.

É uma obra de pesquisa histórica e que de um modo geral, representa um balanço do empreendimento ocupacional, constituindo uma maneira de interpretar o processo histórico e apresentar Guarapuava no momento de produção de sua obra, pois após dissertar sobre Guarapuava ao longo de sua história infere que “Guarapuava nos dias atuais apresenta-se ao visitante como uma cidade de alta categoria. Sente-se o grau de desenvolvimento material e intelectual que uma gente operosa promove neste pedaço do Brasil. É uma comunidade em ascensão, trabalhando com resultados positivos”<sup>265</sup>.

Aqui se percebe uma apologia à região e aos guarapuavanos que são apresentados como sendo uma

Gente acolhedora, o paranaense de Guarapuava. No campo, o fazendeiro. Nas colônias, alemães e japoneses; na indústria, no comércio, na rede bancária, estão todos os braços abertos para quem aqui chega. O brasileiro de Guarapuava conserva sempre o bom humor, calmo e decidido. Cento e onze mil guarapuavanos sentem orgulhos em viver num município e numa cidade privilegiada, onde existem belos recantos, como a Lagoa das Lágrimas, a Praça 9 de Dezembro, Museu, etc”<sup>266</sup>.

---

<sup>263</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava...** p. 86.

<sup>264</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava...** p. 96.

<sup>265</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava...** p. 95.

<sup>266</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava...** p. 95.



Essas questões dão uma idéia de como Guarapuava foi sendo retratada ao longo do tempo pelos produtores de obras que versavam sobre seu processo ocupacional, colocando em evidência seus aspectos pioneiros, com a precedência de sua gente, pois

aqui estão radicados gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, enfim, todos irmanados num sadio sentimento de patriotismo, na terra que tem um outro privilégio de ser a CAPITAL DA MADEIRA. Aqui todos se confraternizam e aqui todos já são guarapuavanos de coração.

Gente vinda de outras nações, também colaboram de maneira vibrante para o progresso do município, com destaque das colônias alemã e japonesa. Uns plantam trigo, outros, arroz, outros batatas, fazendo aclorofilarem nossos campos, adubando e fertilizando nossas terras<sup>267</sup>.

Em 1976, Heitor Francisco Izidoro reedita de forma ampliada a obra anterior, intitulando-a “Guarapuava: das Sesmarias à Itaipu”. Antônio Lustosa de Oliveira, ao prefaciá-la em 1976 enfatiza que “quando se vê tanto desprezo pela história, é comovedor ver-se alguém lutar pela perpetuação de uma legenda de bravura em que, se existe imaginação criadora, também existe a voz do sangue e da terra, em tradução varonil e digna de eterna veneração”<sup>268</sup>.

Nesta obra, além das informações contidas na primeira versão, o autor localiza Guarapuava na conjuntura sócio-econômica do Paraná ao inferir que “é neste clima sócio-econômico e político que localizamos a cidade de Guarapuava, chamada a “capital do Oeste Paranaense”, é também conhecida como a “Pérola do Oeste”. É o Centro Oeste do Paraná. Há em nossa cidade uma presença crescente de desenvolvimento”<sup>269</sup>.

Percebe-se que há um esforço no sentido de contextualizar Guarapuava no Estado do Paraná, considerando que

Guarapuava vive e trabalha em ritmo de Brasil grande. Uma cidade em ascensão, vertiginosa, com sua economia sólida, é chamada com justiça a “Capital do Oeste Paranaense”. Está em dia com o progresso. Cada dia que passa vão surgindo, e a cada passo, novas indústrias, e estabelecimentos comerciais, bancários e educacionais, afim de atender a procura e o padrão de vida, cada vez mais elevado, da sua população<sup>270</sup>.

<sup>267</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava...** p. 96.

<sup>268</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias a Itaipu**. Curitiba: Vicentina, 1976. p. 02.

<sup>269</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias...** p. 105.

<sup>270</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias...** p. 111.

Nessa produção percebe-se uma tentativa por parte do autor de promover Guarapuava e para tanto fornece informações quanto à sua localização geográfica “privilegiada”, bem como apresentando-a como um centro rodo-ferroviário para escoamento de produção.

Esse autor ao se referir à Praça IX de Dezembro afirma que ela “representa mais ainda, por seu nome – 9 de Dezembro – a data da fundação da cidade. É o local das festas cívicas, onde se ostenta o busto da figura incomparável do VISCONDE DE GUARAPUAVA, lembrança e reconhecimento do povo guarapuavano e as cinzas do Padres Chagas”<sup>271</sup>.

Essas proposições denotam que ao mesmo tempo em que se faz referências ao desenvolvimento e ao progresso, faz-se referências nostálgicas ao passado, através dos feitos e dos fatos, uma vez que o autor infere que desta praça “lembrando-se, então, dos antepassados, que construíram os primórdios desta urbs, a gente sente um certo orgulho, compreendendo a grandeza do seu imenso trabalho, honrado e profícuo”<sup>272</sup>.

Porém, foi na década de 1990, frente à demanda de uma política preservacionista do patrimônio cultural, liderada pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura e que encontrou ressonância em Guarapuava, que há um grande volume de publicações de obras que retratam Guarapuava, dando ênfase ao seu processo ocupacional.

Nesse sentido, pode-se perceber uma preocupação com a “preservação” da memória histórica de Guarapuava. Dessa forma, escrever essa história significava, ao mesmo tempo, “resgatar” a memória bem como “preservá-la” para as gerações futuras. Os autores deixam claro a preocupação com a preservação da memória através do registro escrito.

Essas obras consagram muitas páginas ao processo de ocupação de Guarapuava, tendo na idéia de conquista desse território o eixo que conduz as

---

<sup>271</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias...** p. 115.

<sup>272</sup> IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias...** p. 115.

interpretações dessa história regional, até atingir o momento presente onde se exalta a economia, bem como as potencialidades da região visando sua inserção no contexto econômico estadual e nacional.

A publicação na década de 1990 de um conjunto de “História de Guarapuava” sublinha as preocupações regionais. A ênfase no processo ocupacional faz uma reaparição marcante, muito comumente sob a forma de uma nostalgia, por vezes um esforço de análise das relações complexas entre colonizadores e colonizados, os novos problemas apresentados pela integração social de populações de diversas etnias que vivem na região, suscitam trabalhos sobre a identidade regional, bem como sobre a importância de se conservar as tradições nessa sociedade.

Luiz Cleve Teixeira, autor da obra “Reminiscências do passado”, publicada em 1993, lamentando que a tradição das Cavalhadas em Guarapuava não recebesse mais a devida atenção infere que:

Guarapuava sempre foi uma cidade que primou pela tradição em todos os setores da comunidade. Lamentavelmente hoje estamos vendo o quase total desaparecimento das ricas tradições de nossa querida terra, para os jovens é o significado do progresso, da evolução, mas para nós, os mais velhos, é o desejo de manter viva a memória, o passado e a recordação dos bons tempos de uma vida tão diferente, mas tão cheia de paz, tranquilidade, união e muita amizade<sup>273</sup>.

A tradição é aqui reverenciada como elemento de identificação regional a partir da sua recriação. E nesse sentido dá vida à região a partir da sua recriação por atos que a reinventam. Nesse sentido, é o trabalho histórico sobre o passado que, ao instaurar uma distinção fundamental entre história e memória, torna possível a apropriação crítica das tradições, pois certamente são as comemorações aparentemente mais sacrílegas que carregam o futuro<sup>274</sup>.

De modo geral, esta obra segue uma linearidade da história deste espaço, enfocando-a a partir do Foral de criação da povoação e Freguesia de Nossa Senhora de Belém. A partir daí, estrutura sua obra no sentido de relatar a

<sup>273</sup> TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do Passado**. Guarapuava: Esquema Edições e Artes Gráficas, 1993. p. 67.

<sup>274</sup> BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. **Passados recompostos...**

organização econômica, social, política, administrativa de Guarapuava ao longo de sua história até o contexto em que produz seu trabalho. Nas suas palavras: “não devemos ficar presos ao passado, mas sim, presos nas recordações maravilhosas que trilhamos na longa estrada da vida. Hoje, alquebrados pelo peso dos anos, podemos afirmar – com imensa saudade – “ÉRAMOS TÃO FELIZES E NÃO SABÍAMOS””<sup>275</sup>.

Ainda no sentido de nostalgia em relação à um passado de Guarapuava, o autor relata nomes e fatos que remontam à história desse espaço e ao homenagear e agradecer Antônio Lustosa de Oliveira, que prefaciou essa obra, escreve:

receba pois, Lustosa de Oliveira, em meu nome e acredito em nome de todos os guarapuavanos de nascimento ou de coração, o profundo agradecimento por tudo que tem sido feito em prol de nossa querida Guarapuava, que orgulha-se de ter um filho que a enaltece, e eleva os feitos do passado para o conhecimento do presente, e para que também, no futuro, as gerações vindouras fiquem conhecendo a figura de um grande guarapuavano<sup>276</sup>.

Como se pode perceber, a produção textual sobre a região está impregnada pela idéia de moralidade do passado, onde o sentimento do tempo, volta-se para as recordações de épocas que dão sentido de continuidade, em relação ao conhecimento de seu passado.

Assim, encontra-se no interior dessa sociedade histórica, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória histórica e como esta memória, considerada como imprescindível à coesão dos laços sociais, lhe permite encontrar ainda hoje a sua identidade.

No sentido da identidade cultural desse espaço, delegada a partir do discurso épico de ocupação regional, a Secretária Municipal de Educação e Cultura Laura Maria Bastos Pupo, comentando a obra da professora Gracita Gruber Marcondes, “Guarapuava: história de luta e trabalho”, publicada em 1998, considera que “ler a história de Guarapuava é sentir a grandeza dos feitos dos nossos antepassados, que nos deixaram como herança a garra de um povo

<sup>275</sup> TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do Passado...** p. 09.

<sup>276</sup> TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do Passado...** p. 05.

forte, gente com sede de conquista, sabendo o que quer e o que faz e, sobretudo, com a sabedoria de quem ama e preserva a sua cultura”<sup>277</sup>.

Essa produção textual comunga com os pressupostos em torno de uma identidade cultural, pois Marcondes infere que

E, considerando que o conhecimento da História, ou melhor, o conhecimento da identidade de um povo é um dos suportes para a definição de novos rumos e ascensão para o progresso, espero que esta obra contribua para a formação cultural das novas gerações e que cada cidadão guarapuavano, que também é paranaense e brasileiro, torne-se uma peça da engrenagem, que fará o Brasil decolar para um futuro promissor, pois é óbvio, os problemas e as soluções são de cada um<sup>278</sup>.

Na perspectiva de delegar uma identidade à Guarapuava, se percebeu a fala de diversos sujeitos sociais como a apresentação da já referida obra da professora Gracita Gruber Marcondes, pelo então prefeito municipal Vitor Hugo Burko. Este considera que

esta nova obra, a recomendo aos leitores que certamente se sensibilizarão, mais uma vez, com páginas realmente emocionantes de uma Guarapuava que sempre cultivou sua história, sua tradição, a arte e o belo, que reverencia Guairacá, o cacique indômito que nos ensinou que esta terra tem dono! Uma Guarapuava que trabalha, que sonha, de homens que amam a terra e de uma terra que ama seus homens<sup>279</sup>.

Esse tipo de discurso identitário, de apego à terra e às tradições esteve presente na fala da grande maioria dos porta-vozes de Guarapuava, conotando o sentido de cultivar a tradição, do apego à terra e do sentimento de identificação com o espaço fazendo uma referência à conquista do território no século XIX.

O índio Guairacá é aqui também tomado como revelador de uma identidade que se forja a partir de meados do século XX. O índio que tem ao lado um lobo-guará, denota a vigilância de uma “terra que tem dono”, fazendo uma alusão à frase que teria sido dita pelos índios quando da chegada dos colonizadores à região.

<sup>277</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Gráfica da UNICENTRO, 1998. p. 06.

<sup>278</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta...** p. 04.

<sup>279</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta...** p. 08.

Quanto ao trabalho de Marcondes, essa autora analisa o processo de ocupação de Guarapuava, evidenciando as peculiaridades desse processo. Para tanto, realiza um “retrospecto histórico” comentando que seu trabalho

Procura elucidar como foi a aventura daquela gente simples, homens e mulheres que, com determinação, enfrentaram o desconhecido para desbravar o sertão e abrir caminhos. Desafiaram a adversidade do meio com índios enfurecidos, feras bravias, longas distâncias, para inserir Guarapuava, Prudentópolis, Pinhão, Candói, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Xanxerê, Chopinzinho, Chapecó, Nonoai e outras localidades no contexto histórico geográfico da Nação brasileira<sup>280</sup>.

A partir dos referenciais de determinação e coragem que teriam determinado o processo de ocupação do território de Guarapuava, a autora realiza uma análise sobre esse processo, bem como a integração desse espaço no contexto nacional, pretendendo caracterizar o espaço colonial desta região a partir do homem que a constituiu e dos projetos de estruturação e organização espacial. Dentro desse contexto, a autora analisa ainda o processo de imigração e de integração desses imigrantes em Guarapuava.

Portanto, seu enfoque, recai sobre a formação de Guarapuava em sua trajetória histórica. O texto em si condensa a discussão desse espaço, buscando seus elementos constitutivos no tempo e no espaço para poder tratar de questões mais específicas da ocupação. Observa-se nesta produção textual uma preocupação com os aspectos sócio-culturais na análise do processo histórico de formação de Guarapuava.

Como visto, os discursos produzidos sobre Guarapuava na segunda metade do século XX buscavam, de um modo geral, a construção de uma identidade regional para seu espaço e sua gente ao referir que “o guarapuavano por tradição é pecuarista e foi bandeirante e tropeiro, vocações herdadas dos paulistas que aqui se estabeleceram como sesmeiros e posseiros”<sup>281</sup>.

A mesma autora ao mencionar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros povoadores da região considera que “entretanto, apesar de tantas dificuldades, a

---

<sup>280</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta...** p. 04.

<sup>281</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta...** p. 15.

fé, a garra, o trabalho e a coragem das Famílias Pioneiras tornaram realidade o Povoado do Atalaia, a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, a Vila de Guarapuava e, finalmente, a Cidade de Guarapuava”<sup>282</sup>.

Neste sentido, o discurso regional procurou na história que se construiu para Guarapuava, a partir dos referenciais de sua ocupação, as bases para se conceber a região naquele momento. Nesse sentido, Laura Maria Bastos Pupo, Secretária Municipal de Educação e Cultura ao comentar a obra de genealogia de Sebastião Meira Martins publicada em 1997 e intitulada “Guarapuava, nossa gente e suas origens”, menciona que

Guarapuava, nossa gente e suas origens não é simplesmente mais um livro de história e nem somente o compêndio de fatos históricos de nossa terra, mas é acima de tudo o resultado de um persistente e inestimável trabalho de muitos anos de coleta de dados, registro de informações e de pesquisa sobre a gente guarapuavana e do amor de Sebastião Meira Martins à sua terra natal. Conhecer suas origens e encontrar sua própria identidade é o suporte fundamental para que um povo possa edificar um futuro promissor.

Cumprir-me, tão somente, louvar a voz e o engenho do autor que, com a publicação desta obra, tem consciência de estar atuando sobre o futuro<sup>283</sup>.

Sobre essa mesma obra, a diretora do Departamento de Cultura Sonia Lucia Ditzel Delle Donne, diz que “através do amor à sua terra, que perpassa as páginas do livro, e do conhecimento de suas origens, o autor incentiva novas gerações a tomar rumos progressistas”<sup>284</sup>.

A partir dessas referências, o autor realiza em sua obra um histórico cronológico. Em concordância com Heitor Francisco Izidoro, enfatiza a ocupação, realizando uma apologia ao processo ocupacional deste espaço. Nesse sentido, ele realiza referências ao passado da região numa tentativa de demonstrar o êxito dessa ocupação. Segundo o autor,

apontamos algumas famílias que no passado foram fazendeiros e tropeiros, com sua coragem embrenharam-se rumo ao desconhecido, ultrapassaram as fronteiras do sudoeste pelo Rio Iguaçu, conquistando campos e matas além do Rio Uruguai, até a

<sup>282</sup> MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta...** p. 69.

<sup>283</sup> MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente e suas origens.** Guarapuava: Ed. do autor, 1997. p. 05.

<sup>284</sup> MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente...** p. 05.

provincia de São Pedro do Sul, hoje Estado do rio Grande do Sul, fundando vilas, que hoje são prósperas cidades<sup>285</sup>.

A fase de ocupação é vista como uma fase de descoberta econômica da região, fazendo referência ao seu desbravamento, bem como o pioneirismo enfatizando os que afluíram para a região no contexto da ocupação desta área. Este trabalho relata, de modo geral, as peculiaridades da história de Guarapuava, enfatizando nomes, datas e os principais acontecimentos da história de Guarapuava, de acordo com seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Para o autor,

A nossa Guarapuava é mal compreendida por certos forasteiros que aqui transitam, porque infelizmente não conhecem a nossa valorosa história. Falam, Guarapuava é antiga não progrediu, cidade tal... do Oeste é muito maior, cidade de tal... do Norte, Nordeste progrediu mas graças aos guarapuavanos que abriram os caminhos em todos os sentidos. Nosso município foi o pioneiro na pecuária, no Oeste da Província do Paraná Guarapuava nas épocas passadas, as terras do Norte ainda não tinham sido exploradas (sic) nós é quem abastecia a capital Curitiba, de gado bovino por mais de cem anos. Esse período também foi nossa cidade esquecida os fazendeiros com sua coragem e fé ao trabalho e com sua suas tropas de muares atingiram várias províncias, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Feira de Santana, estado da Bahia<sup>286</sup>.

Ao analisar essa obra, pode-se depreender que se constrói uma história fascinada pelas suas origens, ao mesmo tempo que procura valorizar a região no sentido de promovê-la dentro da configuração política e econômica do estado do Paraná.

Outra obra que pode ser analisada dentre os estudos que seguem uma determinada periodização da história desse espaço, é a produzida por Murilo Valter Teixeira, intitulada “Continente guarapuavano: transição político-social”. Esta aproxima-se quanto a estrutura do texto de Heitor Francisco Izidoro. Embora o autor não tenha tido a preocupação de dividir a obra em fases evolutivas, ao menos não explicitamente, ele segue o mesmo modelo de pensar a construção histórica de Guarapuava do autor citado acima.

Segue esta mesma linha de reflexão ao relatar que

<sup>285</sup> MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente...** p. 09.

<sup>286</sup> MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente...** p. 09.



A transição que ocorreu desde a pequena aldeia de Atalaia até chegar aos dias atuais, fez com que surgissem fatos de uma complexidade fascinante no relacionamento humano com seus devaneios, aspirações e lutas. O africano, o europeu e o indígena, devem ter caracterizado um tipo de brasilidade, com suas crenças, tradições, usos e costumes, além das regras sociais que uma vez fermentadas, nortearam a forma de ser do homem guarapuavano. Diversas famílias: Siqueira, Araújo, Mendes, Lacerda, Virmond, Marcondes, Saldanha, Rocha Loures e tantas outras, cujas gerações ocorreram em solo guarapuavano, e que perduram até nossos dias, certamente trazem no bojo de suas células, a herança da adaptabilidade ambiental, conduzem as características iniciais dos sesmeiros isolados e decididos, independentes e conservadores<sup>287</sup>.

Enfatizando o trabalho realizado pelos pioneiros, relata o processo de formação de Guarapuava, tornando explícita a estruturação da obra em fases evolutivas, pautadas no desenvolvimento linear e progressista do processo histórico de formação. Como nas demais obras analisadas, tem na ocupação, um marco referencial no processo histórico de formação da região.

Ao discorrer sobre a situação de Guarapuava no contexto de produção de sua obra, o autor aproxima-se da obra de Izidoro, tanto na forma estrutural, quanto na maneira de apreender o processo histórico de formação de Guarapuava, tendo na ocupação um marco temporal.

Partindo da análise da produção textual que tem como tema a ocupação/conquista de Guarapuava, torna-se possível enfatizar que a ocupação de Guarapuava, significou um marco temporal que ativou as linhas de interpretação dessa história regional.

Nesse sentido, Nivaldo Kruger publica a obra “Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história”. Nas palavras do autor, “sob minha visão procurei reunir neste Álbum expressões da natureza e dos homens que, aqui vivendo, nos legaram exemplos de coragem, amor, fé e persistência. Da natureza com seu encanto telúrico... Dos homens seu trabalho, seus sonhos, seus ideais...”<sup>288</sup>.

Como se pode perceber, este texto demonstra o interesse em “preservar a memória” através de registros das experiências vividas pela sociedade

<sup>287</sup> TEIXEIRA, Murilo Valter. **Continente guarapuavano: transição político-social**. Guarapuava: 1999. p. 07.

<sup>288</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história**. Guarapuava: Fundação Santos Lima: 1999. p. 08.

guarapuavana. Como os anteriores, este trabalho contempla fases evolutivas para o processo histórico regional, discorrendo, num primeiro momento, sobre o processo ocupacional de Guarapuava.

Em seguida, passa a caracterizar as fases sócio-econômicas de Guarapuava, onde concebe a economia regional dentro de um quadro evolutivo de ciclos econômicos. A idéia de progresso, conforme já referendado, permeia toda a estrutura da obra através de fases evolutivas.

Da mesma forma que as obras já referendadas, esse trabalho também fez menções apoloéticas à ocupação do território, ao mesmo tempo que corroborou com a idéia de desenvolvimento e progresso a partir das bases dessa ocupação.

Em concordância com Luiz Cleve Teixeira, Kruger também considera que a conservação da tradição e a preservação da memória são fundamentais para o desenvolvimento regional, pois considera que “essa é a razão que faz da tradição garantia de sustentação dos caracteres essenciais da fisionomia política e social de um povo, na manutenção de suas virtudes e dos seus valores permanentes. A tradição é o êmulo do progresso. Sem ela, este não se justifica”<sup>289</sup>.

Para Kruger, o desenvolvimento regional deve-se ao trabalho das pessoas que viveram em Guarapuava ao considerar que “dos primitivos alicerces da remota Freguesia de N. S. de Belém à atualidade, uma heróica plêiade de homens que sonharam e lutaram. No horizonte, a testificar a cidade alicerçada no passado, projeta-se no futuro, como símbolo de trabalho, fé e esperança. (1810-1999)<sup>290</sup>.

Há a valorização do passado, paralelamente à idéia de um futuro, criando um jogo dialético, uma ambiguidade discursiva quanto à valorização do presente, que oscila entre o passado e o futuro. Assim, o presente está encerrado entre o peso do passado e a esperança de um futuro próspero. A ideologia do progresso volta para o futuro a valorização do tempo, através das atitudes perante o presente e o passado.

---

<sup>289</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente...** p. 08.

<sup>290</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente...** p. 142.

No sentido da preservação da memória de um povo o autor infere que “a memória de uma Nação é sua história. Um povo que ignora ou não recorda seu passado, e não cultua suas tradições, perde sua personalidade. Não sabendo de onde veio, não saberá para onde vai. É preciso meditar e interpretar a história: viver como gente, influir pela participação”<sup>291</sup>.

Essas posturas revelam uma atração pelo passado do tempo mítico da ocupação. Denotam ainda, a procura por um momento privilegiado que arrasta para o futuro, recorrendo com frequência à narrativa para fazer comunicar passado, presente e futuro. O passado dá sentido e significado às ações presentes.

Para esse autor, “o amor à Pátria e ao País em que nascemos inicia na localidade em que vivemos. Os registros históricos desse álbum fotográfico, destacando personalidades e feitos, é uma homenagem àqueles que com amor, audácia e muito trabalho, nos legaram este tesouro. Não há como falar do presente sem reverenciá-los”<sup>292</sup>. Essa obra, publicada no final do milênio, infere que

Luzes da sucessão dos milênios  
A estrada luminosa deserta  
Do fugaz tempo que passou,  
Eu outro milênio que desperta,  
seguindo as luzes do rastro que ficou.  
Lembranças são águas que correm entre os fatos e feitos que se fizeram acontecer. Elas vivem e não morrem. É o simbólico rio da História, que nunca pára de correr<sup>293</sup>.

A partir desses referenciais, o que se pretendeu discutir aqui não foi a estrutura da história como ciência, mas sim como podemos analisar as formas narrativas de um passado que se quer historicizar. Em outras palavras, isso significa interpretar como esses produtores representaram o passado sob a forma de uma história, numa tentativa de demonstrar alguns caminhos traçados por essa produção regional.

Através da reescrita constante da história dessa região, foram emergindo vários intérpretes regionais que não anularam os anteriores, ao contrário, foram complementando-se e fornecendo bases para um pensar regional, suscitando

<sup>291</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente...** p. 10.

<sup>292</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente...** p. 10.

<sup>293</sup> KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente...** p. 173.

novas discussões e, conseqüentemente, novas apreensões sobre a região, motivando a constante reescritura dessa história regional.

De modo geral, o que se pretendeu foi, a partir de uma análise dessa produção textual, mostrar que todas as interpretações aqui analisadas informaram sobre a região e a representaram de forma válida, desde que consideradas em sua época, perspectivas e circunstâncias.

A reflexão histórica sobre este espaço, como já mencionado, compreende uma grande produção textual e sua análise demandou um esforço de seleção. Porém essa seleção impunha-se diante das limitações desse trabalho. Portanto, não se teve a ingênua pretensão de abarcar toda produção elaborada sobre o processo de formação regional, embora tenha-se ciência que essa seleção acabou por negligenciar de forma inevitável muitas obras que compõe o pensamento histórico sobre Guarapuava, uma vez que contemplou-se somente algumas dessas apreensões. Essa seleção não significou, porém, o desmerecimento das obras que não foram contempladas ao longo do texto.

Toda produção têm seu valor histórico, e cada uma delas possui uma temporalidade e a partir dela foram lidas e analisadas, ou seja, dentro do seu contexto e meios de produção. O que se pretendeu mostrar, portanto, foram algumas interpretações regionais inscritas em seus meios e modos de produção e que, antes de tudo, são discursos que produziram uma imagem temporal da região.

A análise da construção do pensamento e escrita dessa história foi apreendida levando-se em consideração a subjetividade desse pensamento. Considerar essa questão foi importante à medida que o conhecimento dessa história se deu através de interpretações históricas produzidas por diferentes intérpretes que a refletiram em seu processo de ocupação. Partindo desse pressuposto, considera-se que os sujeitos que refletiram sobre Guarapuava, o fizeram sob determinados pontos de vista, carregados de sua subjetividade. Portanto, foram aqui apreendidos como intérpretes dessa região.

Dessa forma, o exame do passado feito por esses intérpretes, são a representação de cada um, carregada de sua subjetividade e inscrita em seu lugar

de produção. Cada uma das interpretações produzidas sobre a região, representa a percepção histórica de sujeitos históricos a partir de uma dada realidade social.

Portanto, a análise dessa produção textual e os debates que o tema suscitou, pretendeu demonstrar como a região foi sendo pensada ao longo do tempo e não pretendeu abolir a possibilidade de que essa, se condicionou a um presente e a um lugar de produção<sup>294</sup>. O encaminhamento contrário criaria um efeito de neutralidade, e imparcialidade, que aboliria as condições subjetivas da produção desses discursos.

Partindo desse pressuposto, a análise dessa produção textual foi apreendida a partir de interpretações desenvolvidas sobre o processo histórico de ocupação regional e portanto, mostrou formas, fabricações e narrações da história regional a partir do condicionamento da produção histórica em um presente e lugar social, bem como a condição temporal do objeto e da pesquisa com o seu sujeito<sup>295</sup>.

Certamente que essas narrações serão continuamente refeitas, repensadas, resignificadas, reescritas, pois “não há narrador que reproduza o seu sonho tal qual foi sonhado; não há historiador que reproduza o vivido tal qual foi vivido. Entre narração/conhecimento e sonho/vivido há um abismo intransponível, sobre o qual se estende a ponte frágil e oscilante das interpretações<sup>296</sup>”.

Ao escrever sobre a região, esses produtores o fizeram partindo de uma determinada realidade social, atendendo à objetivos presentes e, dessa forma, mostraram a sua forma de ver a região, a sua concepção e representação regional, uma vez que “as mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos<sup>297</sup>”.

---

<sup>294</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**

<sup>295</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** p. 10.

<sup>296</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** p. 20.

<sup>297</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...** p. 09.

Analisar essa produção permitiu refletir sobre formas de pensamento construídas individual e socialmente por alguns intérpretes regionais. Por conseguinte, permitiu a análise das interpretações e apreensões desta história regional pelos sujeitos que a reescrevem constantemente no sentido de preservar as tradições dessa região.

Ao considerar os discursos em torno da conquista de Guarapuava como textos que construíram representações coletivas acerca da história regional coloca-se diante de diferentes matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social, conforme apresentado por Chartier. O referido autor afirma ainda que a realidade “é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade, em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social”<sup>298</sup>.

De acordo com esta proposição, entende-se que há produção de discursos por diferentes agentes sociais, portanto, atentou-se para o fato de que cada série de discursos fosse “compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veridicidade”<sup>299</sup>.

Essa questão é importante ao pautar-se em uma visão de “história como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”<sup>300</sup>. Por exemplo, discussões em torno de processos pacíficos ou não que cercam um certo discurso em torno da conquista de Guarapuava são relevantes ao entender que se está diante de um debate ou luta simbólica em torno da definição de uma determinada verdade histórica junto a sociedade envolvente.

Posições distintas sobre um mesmo processo reforçam o fato de que se está operando sobre “estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”<sup>301</sup>. Ademais, colocam em evidência uma luta em torno da

---

<sup>298</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...** p. 183.

<sup>299</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...** p. 187.

<sup>300</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...**

<sup>301</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...** p. 184.

definição de saberes regionais, de uma ou de várias “lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social”<sup>302</sup>.

Seguindo esse encaminhamento, se considerou cada intérprete regional com as suas específicas avaliações do passado e, portanto, com suas representações particulares do tempo histórico narrado, pois “o vigor da história depende então da liberdade de que dispõe os indivíduos para pensar e agir”<sup>303</sup>.

---

<sup>302</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação...** p. 183.

<sup>303</sup> BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. **Passados recompostos...** p. 44.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contemplar o espaço definido como Guarapuava, se destacou visões dessa região e de sua ocupação a partir de alguns de seus intérpretes. Abordá-los significou interrogá-los a partir de suas interpretações. Interpretações que atribuíram sentido ao vivido e que se assentaram sobre um mirante temporal, um ponto de vista, em um presente – tempo específico<sup>304</sup>. Seus discursos produzidos sobre a ocupação/conquista de Guarapuava são temporais e inscritos dentro de possibilidades particulares de produção.

Ao analisar esta produção, considerou-se a problemática específica de cada intérprete regional, com as suas específicas avaliações do passado e, portanto, a representação particular do tempo histórico de cada um. Os discursos produzidos sobre a conquista de Guarapuava são temporais, ou seja, refletem a visão particular de seu intérprete, inscrito dentro de suas possibilidades de produção. Cada uma dessas produções, representou nesse caso, uma percepção histórica, uma ou muitas atribuições de sentido a um determinado momento do processo histórico de formação regional.

Portanto, a análise dos textos selecionados somente permitiu refletir sobre formas de pensamento construídas individual e socialmente por alguns intérpretes regionais. Partir da especificidade de cada uma dessas interpretações, permitiu, por conseguinte apreendê-las a partir dos sujeitos que a escreveram. Isso porque considerou-se cada intérprete regional com as suas específicas avaliações do passado e, portanto, com suas representações particulares do tempo histórico narrado.

As representações discursivas analisadas serviram como construtoras de uma memória histórica para Guarapuava na segunda metade do século XX. A análise dessa discursividade possibilitou entender a criação representativa de um determinado espaço denominado de região. Através dos discursos analisados

---

<sup>304</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil...**



pode-se perceber que a construção da idéia de conquista regional através de um discurso épico encontrou ressonância em diferentes momentos do século XX.

A produção e circulação desse discurso encontrou legitimidade à medida que se construiu um imaginário, pois utilizava-se de discursos que tinham como referência um passado glorioso, fundamentando a discursividade sobre a região na segunda metade do século XX. Essas representações também serviram para sustentar o projeto de “preservação e resgate” da memória histórica dessa região, instituído pela prefeitura municipal a partir da década de 1990.

Conforme buscou-se apontar, os discursos sobre esse espaço regional às vezes apresentaram uma ambiguidade discursiva no que tange a adesão ao progresso e à modernidade, em contraponto à uma relação nostálgica com o passado regional.

O discurso épico que fundou a região e a fez emergir como região através das interpretações que se fizeram sobre seu processo colonizatório inicial, foi várias vezes apropriado no sentido de construir uma identidade regional, manter a integridade do território face aos desmembramentos sucessivos que este território foi sofrendo ao longo do tempo, bem como esse discurso várias vezes foi tomado como base de para uma discursividade que conclamava desenvolvimento e progresso para a região.

Neste caso, o discurso épico de conquista, além de ser fator de identidade regional também se apresentava como argumento para destacar Guarapuava no cenário político e econômico do estado do Paraná na segunda metade do século XX. Assim se apresentavam conceitos em torno do trabalho, luta, coragem como algo naturalizado, ligado às características do guarapuavano.

As representações sobre Guarapuava, destacadas na produção textual, não pretendiam anunciar um lugar, mas as suas características. São enunciados, nomeações que atribuíram sentidos à identidade histórica desse espaço e sua gente, tal como o uso recorrente do termo “povo guarapuavano” ou, tão somente “guarapuavanos”.

No período analisado, os discursos elaborados sobre Guarapuava, proferidos e difundidos por diferentes agentes sociais, foram marcados por uma

forte ênfase na história/memória sobre a região, num momento em que se clamava por progresso, típico de um período e de uma região em processo de urbanização. Construía-se para tanto, uma história repleta de heroísmo, coragem, bravura para consolidar essa região no cenário político e econômico do Paraná.

Procurou-se verificar parte do tratamento dispensado à história dessa região que foram sendo aludidas e elaboradas em diversos momentos por diferentes intérpretes regionais. As transformações porque passou a região desde sua ocupação até o momento que se constituiu como foco de análise, permitiram muitas interpretações, que processadas amplamente numa base discursiva, consideraram parte do imaginário social no que envolve seu processo colonizatório inicial.

As representações discursivas analisadas puderam ser culturalmente interpretadas e portanto, demandaram um esforço interpretativo de contextualização cultural e social das fontes visitadas. Ao escrever sobre a região, seus produtores o fizeram partindo de uma determinada realidade social, atendendo a objetivos presentes e, dessa forma, mostraram a sua forma de ver a região, a sua concepção e representação regional.

Nessa perspectiva, esse espaço regional é um produto histórico. Esse espaço produzido, é o resultado da ação e da representação humana, expressa através de uma discursividade específica e que manifesta a historicidade de seu desenvolvimento. Esses discursos expressaram a organização da sociedade e projetaram o futuro a partir do discurso-base da conquista. Essa idéia legitimou o discurso da modernização e do progresso, elementos referenciais para a região a partir da segunda metade do século XX.

De modo geral, todos os discursos construídos sobre esse espaço foram inscritos em uma rede de significados que o distinguiu dos demais espaços. Esses discursos, narrativas de interpretação, resultaram de práticas sociais as quais compõem uma memória discursiva sobre o território dando visibilidade a certos grupos sociais e legitimando sua história/memória.

O regional foi abordado, portanto, como um espaço onde se produziram sentidos e onde os diferentes intérpretes que versaram sobre a propalada história

guarapuavana emitiram sua regionalidade, pois se considera que a regionalização se dá a partir da formação de uma sociedade homogênea de interesses.

Neste caso, a noção de região se construiu apoiada nos discursos, construindo representações sobre o passado. Estas por sua vez, elaboram unidades de referência através de construções discursivas e simbólicas carregadas de significado. Ao construir um discurso regional, essas produções elaboraram uma discursividade sobre a região e propuseram uma forma de ver e de dizê-la. Assim, construiu-se um grupo de idéias que se repetiram sucessivamente.

Refletir a discursividade construída sobre a história desse espaço significou, portanto, adentrar em um terreno que demandou um intenso trabalho de interpretação interna dos textos arrolados na pesquisa. Estudar ou conhecer as formas pelas quais os indivíduos escreveram e interpretaram essa história regional, os métodos dos quais se utilizaram, as interpretações e as suas possíveis controvérsias, induziram adentrar no mundo das idéias daqueles que trataram e ainda vem tratando de temas relativos à história da região conhecida hoje como Guarapuava, o que por sua vez, configurou um universo complexo.

Ao escrever sobre a região esses produtores, que têm como tema de análise a ocupação de Guarapuava, o fizeram portanto demonstrando a sua interpretação. Essa dissertação, também uma interpretação, pretendeu suscitar questões e possibilitar que outras interpretações sejam realizadas, pois essa apreensão não trouxe a reprodução dessa formação social dada. A análise dessa região, pôde desvelar as relações de sentido e de poder existentes na evocação de seu passado, a partir das condições de produção, que permitiram que tais discursos aparecessem naquele momento.

Porém, as idéias e as práticas orientam-se nas direções mais diversas, senão opostas, contribuindo em conjunto para alargar o campo das interrogações e das reflexões. Pode-se extrair algumas tendências gerais, correndo naturalmente os riscos inevitáveis de uma esquematização excessiva.

## RELAÇÃO DE FONTES

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

IZIDORO, Heitor Francisco. **História de Guarapuava**. Curitiba: Vicentina, 1971.

IZIDORO, Heitor Francisco. **Guarapuava: das Sesmarias a Itaipu**. Curitiba: Vicentina, 1976.

KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história**. Guarapuava: Fundação Santos Lima: 1999.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Gráfica da UNICENTRO: 1998.

MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente e suas origens**. Guarapuava: Ed. do autor, 1997.

TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do passado**. Guarapuava: Esquema Edições e Artes Gráficas, 1993.

TEIXEIRA, Murilo Valter. **Continente guarapuavano: transição político-social**. Guarapuava, 1999.

### PROJETOS DE LEI

Lei n 067/89 – Cria o Arquivo Histórico Municipal;

Projeto de Lei n 05/84 – Visa criar um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava;

Lei n 08/84 – Cria o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava;

Projeto de Lei n 003/92 – Prevê a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava;

Lei n 285/92 – Cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava;

Projeto de Lei n 032/93 – Trata da alteração da denominação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava – COMUPPAH para Conselho municipal de Preservação do Patrimônio Cultural;

Lei n 391/93 – altera a denominação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Guarapuava – COMUPPAH e alínea “d” do artigo 3 da Lei 285/92, de 11.06.92.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Guarapuava.

### **PERIÓDICOS REGIONAIS**

Jornal Folha do Oeste. Guarapuava-Pr;

Jornal Gazeta de Guarapuava. Guarapuava-Pr;

Jornal Esquema Oeste. Guarapuava-Pr;

Jornal O Jornal. Guarapuava-Pr;

Jornal O Oeste. Toledo-Pr;

Jornal Tribuna de Guarapuava. Guarapuava-Pr;

Revista do Globo. Porto Alegre - Rs.

### **LOCAIS PESQUISADOS:**

Arquivo Histórico Willy Barth. Toledo/Pr;

Biblioteca Pública Municipal Padre Ruiz de Montoya. Guarapuava/Pr;

Biblioteca da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Guarapuava/Pr;

Câmara Municipal de Vereadores. Guarapuava/Pr; Centro de Documentação e Memória - Arquivo Histórico Municipal. Guarapuava/Pr;

Museu Municipal Visconde de Guarapuava. Guarapuava/Pr.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paulo. **Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos.** Assis: UNESP, SP. Revista História, p. 33-37. 1983.

ARIAS NETO, José Miguel Arias. **O pioneirismo: discurso político e identidade regional.** ANPUH Editora Marco Zero Revista Brasileira de História Espaço Plural vol.14, n28, 1994.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** Enciclopédia Einaudi – tomo 5. Anthropos-homem. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 296-332. 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1990.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Maria Cecília. **História do Paraná.** 1 vol. 2. Ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** Trad. Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARDOSO, Jaime; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná.** Curitiba: Chain Editora, 1986.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: **História: novas abordagens.** LE GOFF, Jacques. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre certezas e inquietações.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** São Paulo: Estudos Avançados, 1991. p. 173-189.

DALLA VECHIA, Zilma Haick, et. all. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes de uma cidade.** Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, 1989. DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru: EDUSC, 2002.

DIEHL, Astor Antonio. **O debate teórico-historiográfico e a inserção do conceito de identidade.** Anais do I Colóquio Cultura, Etnias, Identificações: Historiografia e Região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FONTES, Virgínea. História e modelos. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** (Orgs.) Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava.** Curitiba: Ed. Museu Paranaense, 1943.

FREITAG, Liliane da Costa, LACHESKI, Edilane. **Pelas páginas do oeste: imprensa local e região.** Anais do I Colóquio Cultura, Etnias, Identificações: Historiografia e Região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense.** Cascavel: Edunioeste, 2001.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação.** Franca: UNESP, 2007. Tese .

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970.** Niterói, 1997. Tese.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba, 1989.

KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade.** Guarapuava, 1999. Dissertação de Mestrado. UNICENTRO/UNESP.

LACHESKI, Edilane. **Oeste paranaense: representações discursivas da ocupação (1950 - 1960).** Guarapuava: UNICENTRO, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. LE GOFF, Jacques. *Memória – História*. Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 1, 1984. LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Lugares da memória no Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural**. Ponta Grossa: Olhar de professor, v. 1, n. 1, 1998. p 115 – 128.

MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da História Regional do Paraná**. Curitiba, 1951.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPHG, 1992. p. 189-194.

MORAES, Antonio Carlos Robert, COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo. n. 10, p. 7 – 29, dez. 1993. Campinas: UNICAMP, 1992.

ORIÁ, Ricardo. **A história em praça pública: a leitura da cidade através de seus monumentos históricos**. Revista Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras: Educação e Patrimônio Cultural, n 27. Porto Alegre, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discursos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2000.



PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

REIS, José Carlos. A especificidade lógica da História. In: REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate**. Revista da Associação Paranaense de História. Curitiba, ano 9, n 17, 1988. p.242-250.

SANTOS, Zeloí Martins. **Os campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná. (1854–1889)**. Guarapuava: Dissertação de Mestrado – UNICENTRO, UNESP, 1999.

SANTOS, Zeloí Martins. **Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná**. Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In CAMARGO, Beatriz; CAMARGO, Mário Pimenta. (orgs.). **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo-Oeste do Paraná**. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. **As Cavalhadas em Guarapuava: uma releitura da comemoração (1970–2002)**. Anais do I Colóquio Cultura, Etnias, Identificações: Historiografia e Região. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos (org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SWAIN, Tânia Navarro (org.). **Você disse imaginário?** In: SWAIN, Tânia Navarro. História no plural. Brasília: Editora UnB, 1993.

SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região: discursos e representações do Paraná.** Cultura e Cidadania. ANPUH – PR. V. 1, p. 292-321, 1996.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

VISCARDI, Cláudia M. Ribeiro. **Elites políticas em Minas Gerais na primeira República.** Estudos Históricos, História e Região. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 08. N. 15, 1995. p. 39-55.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 2 edição. Curitiba: Editora dos professores, 1968.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu.** Curitiba: SBPH, 1987.